

A large, stylized map of Portugal is positioned on the left side of the cover. It is rendered in a light gray color with a thick, dark gray outline that has a slight 3D effect. The map is oriented vertically, with its top pointing towards the top left of the page.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

RELATÓRIO DE IMIGRAÇÃO
FRONTEIRAS E ASILO
2010

A presente versão do documento corresponde à edição impressa, publicada em Dezembro de 2011.

Ficha Técnica

Título: Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2010

Autoria: SEF/Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento).
Coordenação: João Ataíde e Pedro Dias
Autores: Alexandra Ramos Bento; Luís Azambuja Martins, Rui Machado, Pedro Sousa

Junho de 2011

ISBN: 978-972-98772-8-5
Depósito Legal n.º 336 345/11
Tiragem: 120 exemplares

Editor

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Av. do Casal de Cabanas,
Urbanização Cabanas Golf, Nº 1, Torre 3, Piso 2
2734-506 Barcarena, Oeiras

Telefone: 214 236 200 / 965 903 600
Fax: 214 236 640
E-Mail: sef@sef.pt
Sítio Internet: <http://www.sef.pt>
Portal de Estatística: <http://sefstat.sef.pt>

O DPF-NP agradece o apoio e colaboração prestada pela Direcção Nacional do SEF e por todas as unidades orgânicas do Serviço, sem a qual a elaboração deste documento não teria sido possível.

RELATÓRIO DE IMIGRAÇÃO FRONTEIRAS E ASILO 2010

Mensagem do Director Nacional	5
Sumário Executivo	6
Imigração e Asilo: Enquadramento	12
População Estrangeira Residente	16
Fronteiras	24
Controlo da Permanência	32
Investigação Criminal	40
Fraude Documental	46
Protecção Internacional	52
Nacionalidade	56
Integração	58
Actuação Internacional	64
Anexos Estatísticos	74



MENSAGEM DO DIRECTOR NACIONAL

1. Passam cinco anos desde que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) iniciou a produção de um relatório anual dedicado às actividades desenvolvidas no domínio da imigração, fronteiras e asilo (RIFA).

Este relatório afirmou-se como um documento de referência para o conhecimento e análise da realidade nacional nas áreas da imigração, fronteiras e asilo. Assumindo uma visão abrangente e acessível, o RIFA responde ao crescente interesse da sociedade portuguesa pelos temas associados às migrações.

Por outro lado, este relatório não deixa de reflectir a cultura organizacional do SEF, assente numa postura sensível a todas as dimensões que esta realidade encerra e no diálogo e colaboração com todos os actores relevantes na área das migrações.

2. A complexidade dos processos migratórios contemporâneos exige uma abordagem global, equilibrada e atenta aos sinais de uma realidade em constante mutação. Nesse sentido, a política nacional de imigração estrutura-se em torno de quatro grandes eixos: regulação dos fluxos migratórios, promoção da imigração legal, luta contra a imigração clandestina e integração dos imigrantes.

3. Assim, numa nova formulação e sem romper com os propósitos iniciais do RIFA, o relatório de 2010 procura reflectir, de modo mais simples e direccionado, a realidade dos fenómenos migratórios em Portugal, bem como da actuação substantiva do SEF.

O Director Nacional



Manuel Jarmela Palos





SUMÁRIO EXECUTIVO

I Nota Prévia

O SEF conseguiu responder aos desafios que lhe foram colocados na prossecução de uma estratégia de modernização e produtividade, assente na renovação tecnológica, intensificação da actuação operacional; afirmação da intervenção internacional, desburocratização, melhoria das condições de atendimento ao público e valorização dos recursos humanos, apesar dos rigorosos constrangimentos orçamentais vividos em 2010.

De forma sintética, a actuação do Serviço orientou-se pelos valores da eficácia, aproximação aos cidadãos e tutela dos seus direitos, numa abordagem global e integrada da realidade imigratória, com salvaguarda dos interesses subjacentes à segurança. Estes valores, consolidados na cultura da organização, têm permitido responder, de forma flexível e eficaz, aos desafios com que a mesma se depara.

Pela sua relevância, em 2010 sobressai a Avaliação Schengen a Portugal, cujas conclusões na vertente Fronteiras, são claramente elogiosas para o SEF e para os seus funcionários. Pelo seu contributo para o prestígio de Portugal e do SEF, deve também realçar-se a assinatura dos Memorandos de Entendimento entre Portugal e a Bulgária, Roménia e Liechtenstein para a cedência do sistema SISone4ALL, tendo em vista a sua adesão ao Acordo de Schengen (15 de Novembro de 2010), e cujo software foi desenvolvido pelo Serviço e pela empresa portuguesa Critical Software.

De destacar também a continuidade da renovação tecnológica, direccionada para a eficácia no controlo das fronteiras, em especial por via dos projectos PASSE, M Passe e RAPID e o esforço empreendido na vertente da aproximação aos cidadãos e da integração de imigrantes, reconhecido, designadamente, na avaliação MIPEX III.

II População estrangeira residente

A 31 de Dezembro de 2010, a população estrangeira residente em Portugal totalizava 445.262 cidadãos (*stock* provisório), o que representa um decréscimo do *stock* da população residente de 1.97%, face ao ano precedente. Este decréscimo quebra a continuidade do crescimento sustentado que caracterizou a comunidade estrangeira em Portugal nos últimos anos. Como nacionalidades mais representativas surgem o Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, Roménia, Angola e Guiné-Bissau, sem que se verifiquem alterações em termos das dez principais nacionalidades, face ao ano precedente.

O Brasil mantém-se como a comunidade estrangeira mais representativa, com um total de 119.363 residentes, mantendo a tendência de crescimento sustentado, que ocorre desde o início do século.

A Ucrânia permanece como a segunda comunidade estrangeira mais representativa (49.505), seguida de Cabo Verde (43.979), Roménia (36.830), Angola (23.494) e Guiné-Bissau (19.817 cidadãos).

Em síntese, a par do decréscimo do *stock* de estrangeiros residentes em Portugal, verifica-se a consolidação do domínio do Brasil, com decréscimo do peso relativo de Cabo Verde, Angola e Guiné Bissau, comunidades estrangeiras tradicionais em Portugal, e dos designados novos fluxos migratórios do Leste Europeu (Ucrânia e Moldávia) e ainda a afirmação da Roménia como o Estado Membro da UE mais representativo em Portugal.

III Fronteiras

No âmbito do controlo das fronteiras em 2010 o SEF controlou 10.286.998 pessoas, das quais 9.059.580 nas fronteiras áreas e 1.727.418 nas fronteiras marítimas. Face ao ano anterior, estes valores representam um aumento respectivamente de 1,54% nas fronteiras aéreas e de 6,15% nas marítimas. Aqueles valores corresponderam ao controlo de 68.066 voos (-0,83% face a 2009) e de 34.502 embarcações (+2,33% face a 2009).

No que se refere à admissão, em 2010 ocorreram 2.068 recusas de entrada em Portugal, o que traduz uma redução de 19,34% face ao ano de 2009, confirmando a tendência decrescente assinalada desde 2004. Em termos de nacionalidades mais relevantes, destacam-se o Brasil, Angola, Guiné-Bissau, Senegal e Venezuela.

Em 2010 foi dada continuidade aos projectos de implantação de novas tecnologias nas fronteiras, nomeadamente a instalação do sistema PASSE nas fronteiras marítimas do Funchal e Sines; a conclusão da instalação do sistema RAPID em todas as fronteiras aéreas nacionais, a implementação do sistema no Aeroporto de Porto Santo, e o início da utilização regular do Mobile PASSE (M-PASSE).

As conclusões da Avaliação Schengen das fronteiras portuguesas, efectuada em 2010 realçaram, nomeadamente, a estrutura centralizada e clara do SEF, a abertura e flexibilidade na implementação de novas tecnologias, e o profissionalismo e motivação dos colaboradores do SEF.

De referir que neste ano, Portugal procedeu à reposição excepcional dos controlos nas fronteiras internas nacionais, nos termos previstos na Convenção de Schengen, por ocasião da Cimeira da NATO em Lisboa (19 e 20 de Novembro de 2010).

Em termos da actividade de controlo da permanência, em 2010 sobressai a promoção de 9 615 acções de fiscalização, o que representa um acréscimo de 5,16% face ao ano transacto. Deve ainda sublinhar-se que 6 786 acções foram realizadas de forma autónoma, expressando um crescimento de 3,29% face a 2009. Neste âmbito, foi dada continuidade às designadas operações de grande impacto, através da realização de 15 operações desta natureza, focalizadas em objectivos estratégicos determinados.

IV Controlo da Permanência

No domínio do controlo de estrangeiros, em 2010, foram registadas 7.425 notificações para abandono voluntário, o que representa um acréscimo 7,17% face ao ano anterior. Durante o ano de 2010 foram instaurados 2.729 processos administrativos de expulsão, constatando-se um acréscimo de 10,22% face a 2009. Quanto às readmissões, denota-se uma diminuição de 17,3% nas readmissões passivas (445) e de 11,69% nas readmissões activas (231). Em 2010 o SEF detectou 1.531 medidas cautelares, valor muito similar ao ano transacto.

No ano em referência, beneficiaram do programa de apoio ao retorno voluntário 559 cidadãos estrangeiros, valor que reflecte um aumento de 46,7% face ao ano precedente. Em termos de nacionalidades mais representativas, sobressai o Brasil e, de forma distanciada, Angola, Cabo Verde, Ucrânia e S. Tomé e Príncipe.

No decurso de 2010 foram instaurados 21.148 processos de contra-ordenação, valor que representa um decréscimo global de 11,9% face ao ano transacto. No entanto, deve realçar-se o crescimento de 12,28% das contra-ordenações instauradas a entidades empregadoras por exercício de actividade profissional não autorizada de estrangeiros.

Não se assinalaram alterações dignas de registo em termos dos fluxos migratórios irregulares para Portugal durante o ano em referência, face aos anos precedentes, verificando-se a clara predominância dos fluxos da América Latina, esmagadoramente provenientes do Brasil. África apresenta-se como o segundo continente mais relevante, em termos de proveniência de fluxos irregulares. Ao nível da Europa de Leste, a Ucrânia continua a ser representativa em termos de migração irregular.

V Investigação Criminal

Na área da investigação criminal, assinala-se o predomínio da criminalidade relacionada com o uso de documento falso/falsificado, o casamento de conveniência e o auxílio à imigração ilegal. Durante 2010 o SEF concluiu a investigação de 348 processos-crime. Por nacionalidade, prevalecem os arguidos de nacionalidade portuguesa, brasileira, de nacionalidade desconhecida, cabo-verdiana, guineense (Bissau) e indiana. Neste ano realça-se o processo designado por "Trufas-Odessa", que levou à condenação de 6 arguidos, de nacionalidade ucraniana, em penas entre 1 ano e 7 anos de prisão efectiva, pelos crimes de associação de auxílio à imigração ilegal, auxílio à imigração ilegal e falsificação ou contrafacção de documento. Por outro lado, pela primeira vez, uma pessoa colectiva foi objecto de condenação pela prática dos crimes de auxílio à imigração ilegal e falsificação ou contrafacção de documento.

No ano em análise foi atribuído o direito de residência a 19 vítimas de crimes de auxílio à imigração ilegal, tráfico de pessoas e lenocínio. Por outro lado, foi dada continuidade ao Programa "Não Estás à Venda", para sensibilização contra o tráfico de seres humanos, e lançada a campanha "Saferdicas" que alerta para perigos e cuidados a ter na utilização da Internet nomeadamente, em relação ao recrutamento para tráfico de seres humanos.

VI Fraude Documental

Em 2010 foram registadas 572 detecções de fraude documental relativas à utilização de documentos de viagem, de identificação e de residência, representando uma variação negativa de -15,63% face a 2009, valor que confirma a tendência de descida sustentada desde 2007, assinalada à escala global.

VII Asilo e Protecção Internacional

Em 2010 o número de pedidos de asilo em Portugal foi de 160, mais 15.11% do que no ano transacto. Daquele quantitativo, 84 pedidos foram apresentados em território nacional e 76 em Postos de Fronteira. Foram concedidos 6 estatutos de refugiado, a nacionais de países africanos e asiáticos (3 em 2009), e 51 autorizações de residência por razões humanitárias (45 em 2009), maioritariamente a nacionais de países africanos.

Neste ano foram reinstalados em Portugal 33 refugiados, de sete nacionalidades, que se encontravam sob protecção do ACNUR, nomeadamente na Ucrânia, Síria, Líbia, Bielorrússia e Moçambique. Já no quadro da recolocação, no âmbito da solidariedade europeia a Malta, Portugal acolheu 6 beneficiários de protecção internacional.

VIII Nacionalidade

No quadro das competências do SEF no que refere à concessão da nacionalidade portuguesa, em 2010 foram apresentados 32.415 pedidos de parecer, valor que espelha o acréscimo substancial do universo de estrangeiros que solicita e acede à nacionalidade portuguesa. Neste âmbito, destacam-se os pedidos de nacionais de Países de Língua Oficial Portuguesa (Brasil, Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau), bem como algumas nacionalidades do leste da Europa (Moldávia e Ucrânia).

Em 2010 o SEF emitiu 17.376 pareceres para acesso à nacionalidade, 17.095 dos quais positivos. Por nacionalidade, destacam-se os pedidos do Brasil, Cabo Verde, Angola, Ucrânia e Guiné-Bissau.

IX Integração

No que se prende com a intervenção do SEF na vertente da integração de imigrantes, no ano em análise sobressai a avaliação pelo MIPEX III, que classifica Portugal em primeiro lugar no ranking das políticas de reagrupamento familiar e em quarto lugar no acesso dos imigrantes a autorizações de residência permanentes, áreas onde a intervenção do Serviço é determinante. Neste contexto, destacam-se ainda os resultados alcançados nos programas “SEF em movimento”, dirigido a pessoas com dificuldades de deslocação, e “SEF vai à escola”, destinado à regularização documental de menores que frequentam o ensino português.

Na vertente do atendimento ao público, sublinham-se a implementação de um sistema de workflow na gestão documental (SIGAP) e a inauguração do novo Posto Desconcentrado de Atendimento de Alverca/Vila Franca de Xira, para atendimento de cidadãos estrangeiros moradores na região norte da Área Metropolitana de Lisboa. O SEF lançou ainda o SISTEMA ISU – Interface SEF-Universidades para validação simplificada da situação documental de estrangeiros que frequentem o ensino superior, implementado na Universidade de Lisboa, Universidade de Aveiro, no Instituto Politécnico de Bragança e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Como contributo para o conhecimento e reflexão sobre as temáticas da imigração e asilo, sobressaem os estudos temáticos sobre “A satisfação das necessidades de mão-de-obra através da imigração: o caso português” e “Migração temporária e circular em Portugal”, produzidos no contexto da Rede Europeia das Migrações, da qual o SEF é Ponto de Contacto Nacional. No âmbito desta rede foram também elaborados os relatórios anuais de política e estatística, versados nas evoluções anuais em matéria de migrações e asilo.

X Actuação Internacional

Na área da actuação internacional, no ano de 2010, ocorreram 138 participações do SEF em eventos de âmbito internacional, valor que espelha um decréscimo de 58,2 % face a 2009, por razões de contenção orçamental. Uma expressiva maioria destas participações ocorreu no âmbito da União Europeia, onde se destacou a participação/intervenção de peritos do SEF no Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA), Grupo de Alto Nível Asilo e Migração (GANAM), Rede Europeia das Migrações (REM) e ainda no âmbito dos trabalhos do Sistema de Informações Schengen (SIS II).

No ano de 2010 ocorreram também cinco Missões de Avaliação da Correcta Aplicação do Acervo Schengen a Portugal, nos domínios da Protecção de Dados, Cooperação Policial, Fronteiras Aéreas, Fronteiras Marítimas e Vistos. O SEF prosseguiu a sua actuação no âmbito das actividades da Agência Europeia FRONTEX, sendo de sublinhar a participação na primeira operação das Equipas de Intervenção Rápida nas Fronteiras (RABIT) na fronteira greco-turca, e em quatro operações de fronteiras aéreas.

No quadro das Parcerias para a Mobilidade, da União Europeia, no ano de 2010 o SEF deu continuidade ao desenvolvimento de diversas iniciativas e projectos para Cabo Verde, Moldávia Peru e Ucrânia.

No contexto extra europeu o SEF interveio ainda em diversos projectos na área das migrações, asilo e tráfico de seres humanos do Centro Internacional para o Desenvolvimento de Política Migratória (ICMPD) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM). No ano em referência o SEF acolheu, ainda, a Conferência da Fraude e Imigração (IFC 2010), estrutura que reúne especialistas europeus e americanos do campo da documentação de identificação e de viagem no seio da imigração e do controlo de fronteiras.

Na vertente da cooperação portuguesa, destaca-se a participação no Programa de Cooperação Técnico-Policial do MAI, através de formação e assessoria para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

No domínio das novas tecnologias, em 2010 foi instalado o sistema de controlo de fronteira PASSE em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, tendo ainda sido encetadas diligências para a sua instalação no Aeroporto de Bissau. No ano em análise, o SEF também participou activamente na produção do passaporte biométrico de Cabo Verde.

No âmbito da cooperação bilateral com o Brasil, em 2010 sobressai a assinatura de um Protocolo sobre o “RAPID-Projecto Piloto” e a adopção de um Plano de Acção bianual de cooperação.

Com recurso ao financiamento comunitário, em 2010 foi incrementada a rede de Oficiais de Ligação de Imigração, com nove elementos destacados no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Senegal, Moçambique, Ucrânia e Rússia.

Em síntese, pese embora os constrangimentos de ordem financeira que condicionaram decisivamente a actuação do Serviço em 2010, o esforço conjugado de toda a organização permitiu alcançar resultados quantitativos e qualitativos muito relevantes, que asseguraram a continuidade da estratégia de afirmação do Serviço, a nível nacional, comunitário e internacional.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

4097

Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010

O acolhimento e a integração dos imigrantes constituíram uma das prioridades de intervenção política do XVII Governo Constitucional.

Assim, com o objectivo de dar continuidade a uma nova geração de políticas sociais, o Governo, pela presente resolução, aprova o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013), constituído por 90 medidas, que visa a assumir como grande finalidade a plena integração dos imigrantes, nomeadamente nas áreas da cultura e da língua, do emprego e da formação profissional e da habitação.

Neste II Plano destacam-se duas novas áreas de intervenção: a da promoção da diversidade e interculturalidade, e a dos idosos imigrantes. Esta última visa responder a um desafio crescente da imigração em Portugal e antecede a preparação de acções e medidas para o ano europeu para o envelhecimento activo e solidariedade intergeracional, que se prevê para 2012.

Todo este esforço tem sido alvo de referências muito positivas a nível internacional, conforme o comprova o MIPEX — Index de Políticas de Integração de Migrantes (2007) e, mais recentemente, em 2009, o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, que classifica Portugal no 1.º lugar em políticas de integração dos imigrantes. Nesse relatório, as iniciativas de Portugal nesta área são reconhecidas como de vanguarda, com o nosso país a ser alvo da melhor classificação na atribuição de direitos e serviços aos estrangeiros residentes.

Este reconhecimento internacional representa um incentivo mas, sobretudo, uma responsabilidade acrescida na execução e monitorização destas políticas, tendo presente a actual conjuntura de crise económica e social.

designadamente, da sociedade civil, destacando as organizações não governamentais (ONG) e as associações de imigrantes na sua execução.

Para garantir a acção concertada de todos os ministérios e o acompanhamento da avaliação dos objectivos propostos, dá-se continuidade à Rede de Pontos Focais de Acompanhamento, coordenada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI, I. P.), com a obrigatoriedade de apresentação ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), de um relatório anual de execução das medidas previstas no Plano.

O II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013), tal como sucedeu com o anterior, foi elaborado a partir de um trabalho conjunto de todos os ministérios e de contributos e propostas solicitados à sociedade civil, designadamente, as associações de imigrantes, aos membros do COCAI, da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR), da rede de investigadores do Observatório da Imigração.

O Governo decidiu, ainda, submeter este Plano a um procedimento de consulta pública, disponibilizando o projecto no Portal do Governo e no sítio da Internet do ACIDI, I. P. O Plano que agora se aprova tem em consideração alguns contributos apresentados nesse âmbito.

Foi ouvido o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013), que consta do anexo à presente resolução e da qual faz parte integrante.

2 — Dar continuidade à Rede de Pontos Focais de Acompanhamento do Plano, constituída por:

IMIGRAÇÃO E ASILO: ENQUADRAMENTO

A Política Nacional de Imigração e Asilo procura responder a padrões de ordem ética, humanista e de interesse nacional, que numa abordagem global, integrada e equilibrada se estrutura em torno de quatro grandes eixos (figura 1).

```

graph LR
    A[1. Regulação dos Fluxos Migratórios] --> B[2. Promoção da Imigração Legal]
    B --> C[3. Luta contra a Imigração Irregular]
    C --> D[4. Integração dos Imigrantes]
  
```

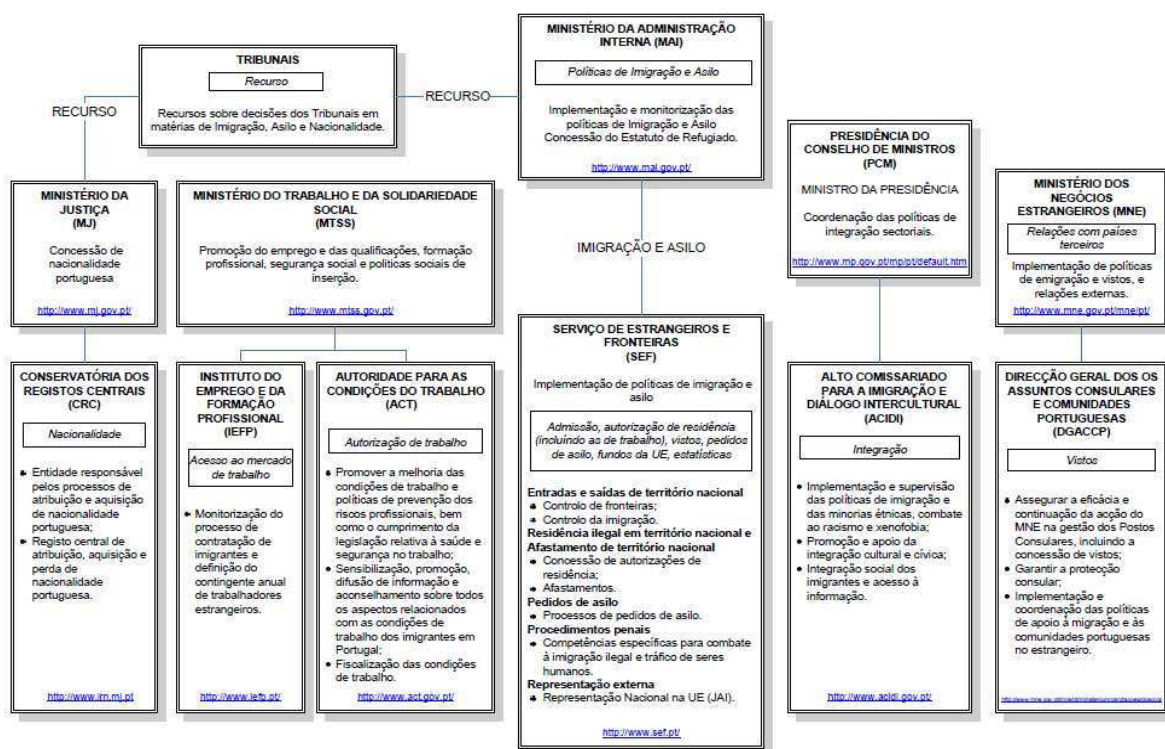
1. Regulação dos Fluxos Migratórios

2. Promoção da Imigração Legal

3. Luta contra a Imigração Irregular

4. Integração dos Imigrantes

Figura 2 – Organograma institucional das políticas de imigração e asilo



Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

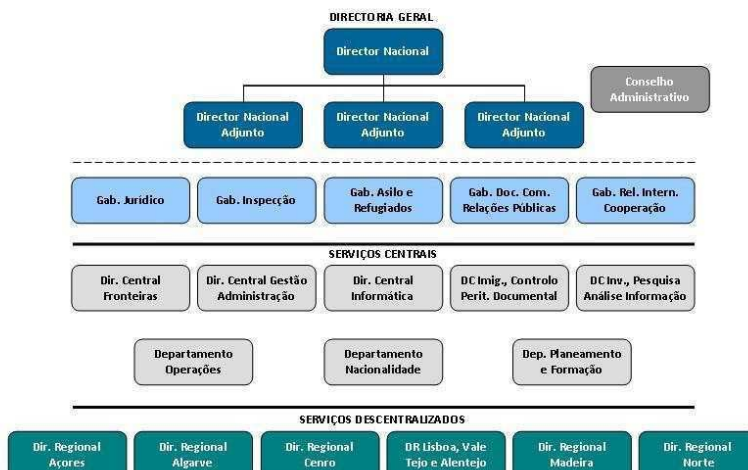
O SEF¹ constitui-se como o organismo que executa boa parte da política de imigração e asilo, nomeadamente nas vertentes do controlo de fronteiras e de fiscalização da permanência de estrangeiros, investigação criminal no domínio do auxílio à imigração ilegal, tráfico de seres humanos e crimes conexos, gestão e peritagem documental, asilo e protecção subsidiária, representação do Estado português e cooperação internacional (figura 3).

Figura 3 – SEF: Missão, Visão e Valores

SEF MISSÃO	Assegurar o controlo das pessoas nas fronteiras, dos estrangeiros em território nacional, a prevenção e o combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal e tráfico de seres humanos, gerir os documentos de viagem e de identificação de estrangeiros e instruir os processos de pedido de asilo, na salvaguarda da segurança interna e dos direitos e liberdades individuais no contexto global da realidade migratória.	
VISÃO	Um serviço de segurança próximo dos cidadãos, activo e eficaz na gestão dos fluxos migratórios e na construção do espaço alargado de liberdade, segurança e justiça	
VALORES	Proximidade com os cidadãos estrangeiros	Modernização e eficácia
	Salvaguarda do interesse público	Qualificação dos colaboradores

A estrutura orgânica do SEF é hierarquizada verticalmente, sob dependência do MAI, com autonomia administrativa, que compreende os seguintes órgãos e serviços: Directoria Geral, Conselho Administrativo, Serviços Centrais e Serviços Descentralizados (figura 4).

Figura 4 – Estrutura Orgânica do SEF



¹ Cf. Lei Orgânica do SEF, Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro (Artigo 1º, n.ºs 1 e 2); Lei Orgânica do MAI, do Decreto-Lei 203/2006, de 27 de Outubro (Artigo 7º); QUAR para o SEF

Medidas Legislativas

Em matéria de desenvolvimentos legislativos relevantes para as migrações e asilo, importa evidenciar, para o ano de 2010, os seguintes diplomas:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2010, de 26 de Março: aprova o contingente global indicativo da concessão anual de vistos de residência para a admissão em território nacional de cidadãos estrangeiros para o exercício de uma actividade profissional subordinada. Esta Resolução fixou o limite máximo de 3 800 vistos de residência a conceder, desde a data da publicação da Resolução e até 31 de Dezembro de 2010. Aquele valor inclui 40 vistos para a Região Autónoma dos Açores e 10 vistos para a Região Autónoma da Madeira. O quantitativo é idêntico ao valor estabelecido para o ano de 2009, mas representa uma diminuição significativa face ao contingente fixado em 2008 (8 500), em razão do cenário de crise económica e correspondente impacto no mercado de trabalho (Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2009, de 16 de Junho);

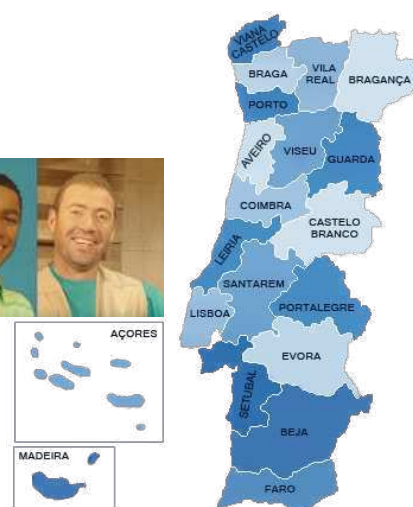
Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de Dezembro: aprova os modelos de certificado de registo de cidadão da UE, de documento de residência permanente de cidadão da UE, do cartão de residência de familiar de cidadão da UE e as respectivas taxas, e a Portaria n.º 1334-E/2010, de 31 de Dezembro, que fixa as taxas e os demais encargos devidos pelos procedimentos administrativos inerentes à concessão de vistos em postos de fronteira, à prorrogação de permanência em território nacional, à emissão de documentos de viagem, à concessão e renovação de autorizações de residência, à disponibilidade de escolta, à colocação de estrangeiros não admitidos em centros de instalação temporária e à prática dos demais actos relacionados com a entrada e permanência de estrangeiros no País;

II Plano para a Integração dos Imigrantes (II PII) (2010-2013), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 17 de Setembro: O PII II é constituído por 90 medidas que concretizam compromissos sectoriais do Estado, visando a plena integração dos imigrantes, nomeadamente nas áreas da cultura e da língua, do emprego e da formação profissional e da habitação;

II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010, de 29 de Novembro: Este Plano enuncia 45 medidas, estruturadas em torno de quatro áreas estratégicas de intervenção: Conhecimento; Sensibilização e Prevenção; Educação e Formação; Protecção e Assistência e Investigação Criminal e Cooperação;

Portaria n.º 674/2010, de 11 de Agosto: prorroga a duração do Programa “Integração Profissional de Médicos Imigrantes” (IPMI), destinado a apoiar a integração profissional de 150 médicos imigrantes residentes em Portugal, com vista ao exercício da medicina no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), até à conclusão do processo de equivalência de habilitações de todos os candidatos já admitidos.

www.imigrante.pt



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE

Contexto

No século XX, até à década de 60, Portugal foi um país de índole predominantemente **emigratória**, onde os fluxos migratórios registavam um saldo claramente negativo.

Com a revolução de **25 de Abril de 1974** e a independência dos actuais países africanos de língua portuguesa esta realidade alterou-se profundamente e, no início da década de 80, verificou-se um **aumento exponencial** e atípico do número de estrangeiros residentes em Portugal. Os anos 90 caracterizam-se pela **consolidação** e crescimento da população estrangeira residente, com destaque para as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa e do Brasil.

No início do século XXI, novos fluxos do leste europeu assumiram um súbito e inesperado destaque, em especial no caso da Ucrânia, país que rapidamente se tornou numa das comunidades estrangeiras mais representativas. Em síntese, a primeira década do presente século caracteriza-se por um **crescimento sustentado** da comunidade estrangeira residente no país.

No final de 2010, a população estrangeira residente em Portugal totalizava **445.262 cidadãos**, quantitativo que representa um decréscimo do *stock* da população residente de 1.97%, face ao ano precedente. Deste universo populacional, cerca de metade é oriundo de países de língua portuguesa (49,51%), destacando-se o Brasil (26,81%), Cabo Verde (9,88%), Angola (5,28%) e Guiné-Bissau (4,45%). As demais nacionalidades mais relevantes são a Ucrânia (11,12%) e a Roménia (8,27%).

O referido **decréscimo do stock da população** residente (-1.97%) poderá indiciar uma inversão da tendência ao crescimento sustentado que caracterizou esta realidade nos últimos anos. Para este decréscimo, e não ignorando as repercussões da actual crise económica e financeira nas migrações, concorreu o crescimento do acesso à nacionalidade portuguesa por parte de estrangeiros residentes.

Enquadramento técnico-estatístico

Conceito de estrangeiro residente

Para efeitos estatísticos adopta-se um **conceito abrangente de estrangeiro residente** em Portugal, que engloba os estrangeiros detentores de título de residência² e os estrangeiros a quem foi prorrogada a permanência de longa duração³.

Fontes estatísticas

A partir de 2008 a informação estatística sobre a população estrangeira residente em Portugal passou a ser exclusivamente obtida a partir do SII/SEF⁴, através do desenvolvimento do projecto **SEFSTAT**. Em resultado deste processo, no ano de referência de 2008 ocorreu uma **quebra de série das estatísticas da população estrangeira**⁵ residente, que não deve ser ignorada na análise evolutiva destes dados.

Para além de traduzir uma melhoria substantiva na qualidade e quantidade dos dados, esta alteração vem permitir melhor resposta aos imperativos do **Regulamento Comunitário sobre Estatísticas das Migrações e Protecção Internacional** (Regulamento n.º 862/2007) sobre dados nacionais da população estrangeira residente e protecção internacional.

No âmbito do projecto SEFSTAT, em 2010 foi desenvolvido um **Portal de Estatística na Internet** (<http://sefstat.sef.pt/>), dedicado à divulgação de informação estatística sobre a população estrangeira residente, possibilitando a desagregação ao nível de concelho.



² Nos termos do conceito legal da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

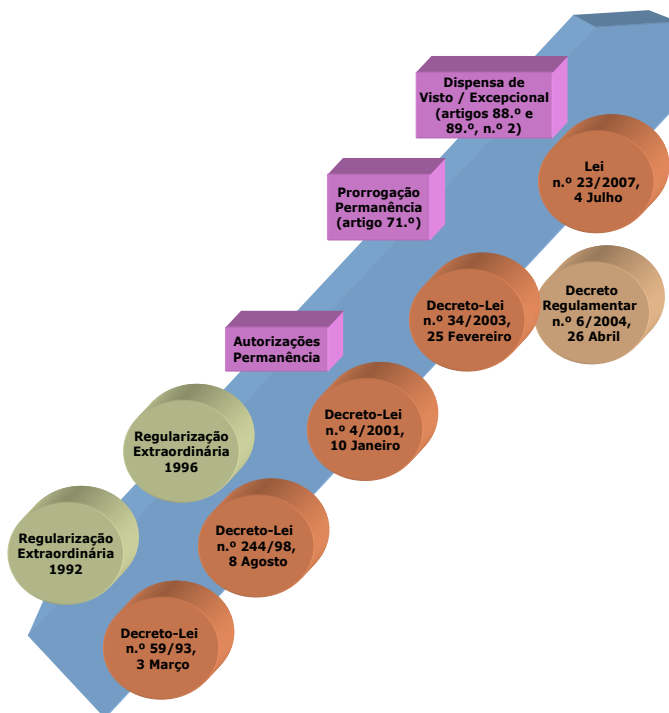
³ Prorrogação de vistos de estada temporária. Este universo não inclui os estrangeiros a quem nesse ano foi concedido um visto consular, cuja prorrogação (pelo SEF), por princípio, apenas ocorrerá no ano seguinte.

⁴ SII/SEF – Sistema Integrado de Informação do SEF: Base de dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras onde é registada toda a informação relativa à entrada, permanência e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional.

⁵ A explicitação técnico-estatística relativa à nova fonte de informação e à quebra de série estatística está detalhadamente enunciada no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2008.

Alterações Legislativas

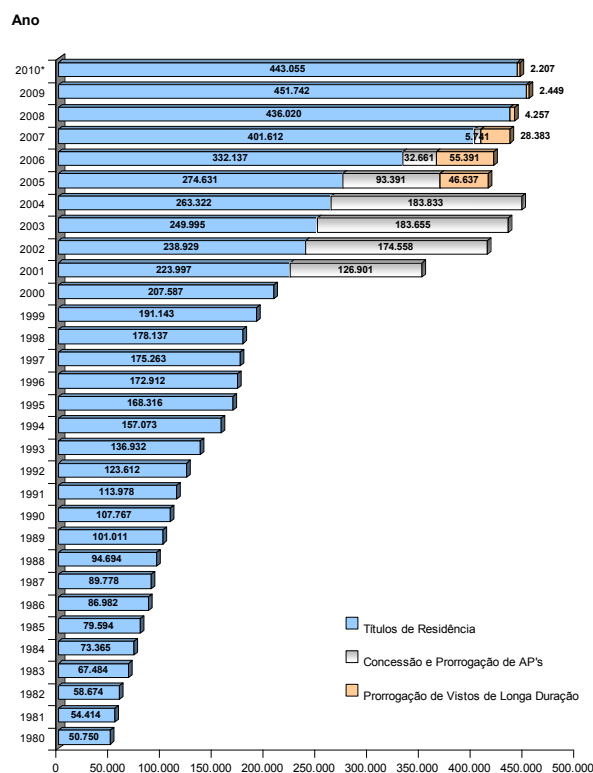
A análise da evolução da população estrangeira em Portugal não pode ser dissociada das **alterações legislativas** ocorridas nos períodos em referência. Na verdade, verifica-se que as grandes variações estão directamente associadas às alterações legislativas que, em igual período, permitiram a regularização de cidadãos estrangeiros. Este facto é claramente visível nos períodos relativos às regularizações extraordinárias (1992 e 1996), bem como à adopção de instrumentos de regularização da permanência (autorizações de permanência, prorrogações de permanência e autorizações de residência com dispensa de visto por motivos excepcionais).



População Estrangeira em Portugal (1980-2010)

Evolução da população⁶

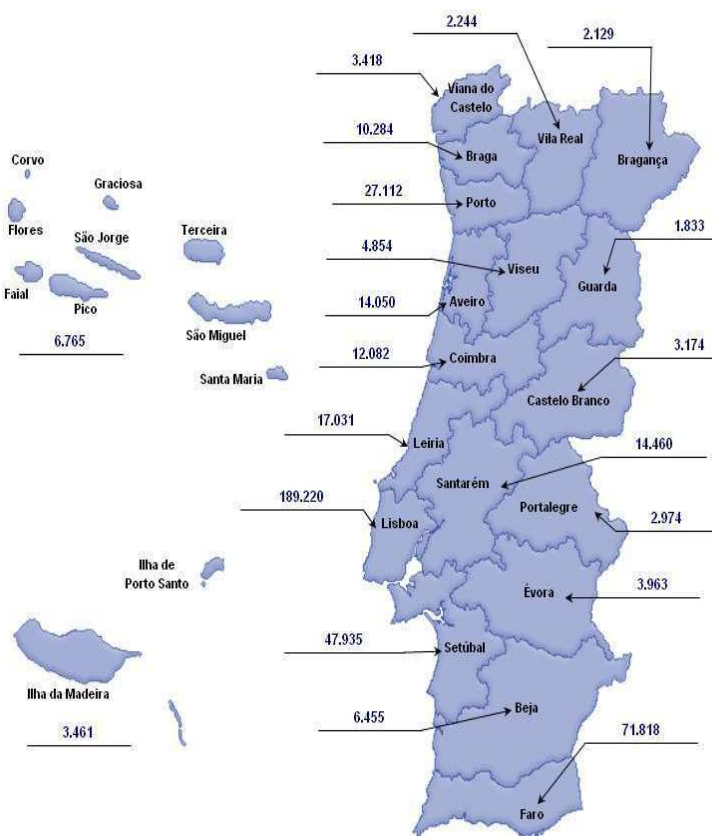
O crescimento sustentado dos estrangeiros residentes em Portugal verificado na última década foi quebrado nos anos de referência de 2005 e de 2010. Relativamente ao decréscimo do ano em apreço, este está associado à ocorrência simultânea de diversos factores, designadamente o aumento da atribuição de nacionalidade portuguesa (desde a última alteração à lei da nacionalidade), a crise económica e financeira que Portugal enfrenta (redução do investimento e do emprego), bem como a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem (nomeadamente o Brasil e Angola).



⁶ A análise sobre a evolução da comunidade estrangeira em Portugal deve atender à quebra na série de dados de 2008, decorrente da nova metodologia de obtenção de dados, em particular no caso de abordagens temporalmente mais dilatadas que a do triénio 2008-2010.

Distribuição geográfica da população estrangeira

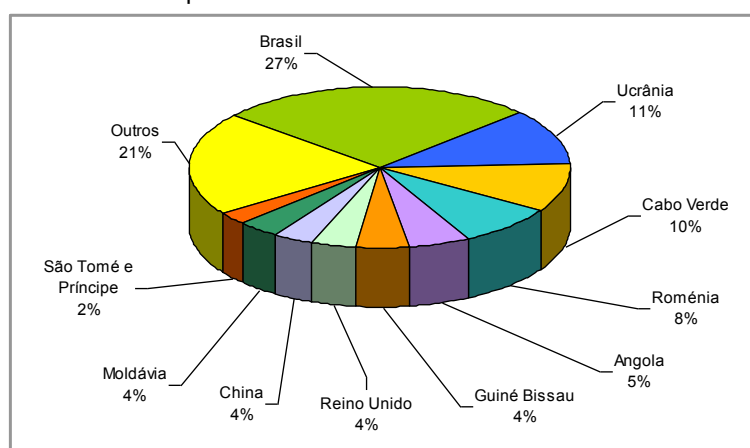
A **distribuição territorial** da população estrangeira evidencia uma concentração predominante na **zona litoral** do país, com destaque para os distritos de **Lisboa (189.220)**, **Faro (71.818)** e **Setúbal (47.935)**, coincidindo com as áreas onde se concentra parte significativa da actividade económica nacional. O somatório da população residente nestes três distritos representa cerca de 69,39% do valor total do país (308.973 cidadãos, face ao universo de 445.262), espelhando a assimetria na distribuição da população estrangeira pelo território nacional. De salientar que o decréscimo de população estrangeira verificado nestes três distritos (-3,26%), face a 2009, é superior ao decréscimo total (-1,97%). Para além daqueles distritos, destacam-se ainda, por esta ordem, os distritos do Porto (27.112), Leiria (17.031), Santarém (14.460) e Aveiro (14.050).



População Estrangeira por Nacionalidade

As nacionalidades de estrangeiros residentes mais representativas em Portugal são o **Brasil** (26,81%), **Ucrânia** (11,12%), **Cabo Verde** (9,88%), **Roménia** (8,27%) e **Angola** (5,28%). A Guiné-Bissau (4,45%), Reino Unido (3,86%), China (3,53%), Moldávia (3,51%) e São Tomé e Príncipe (2,36%) constituem igualmente comunidades de dimensão assinalável a residir em território nacional. Este grupo de dez nacionalidades totaliza 79,78% da população estrangeira com permanência regular em Portugal (362.343 indivíduos).

Principais Nacionalidades – Stock



Em 2010 não se verificam alterações nas dez principais nacionalidades, face ao ano precedente. No entanto, em termos de posições relativas, a Moldávia (-24,71%) foi ultrapassada pelo Reino Unido (+5,03%) e China (+9,05%).

O **Brasil** representa actualmente cerca de **26,81%** da comunidade estrangeira residente em Portugal, totalizando 119.363 indivíduos (116.220 em 2009). Com um aumento de 2,70% face ao ano anterior, subsiste a tendência de crescimento desta comunidade em território nacional, fenómeno que ocorre desde o início do presente século.

A **Ucrânia** mantém-se como a segunda comunidade estrangeira mais representativa em Portugal (11,12%), cifrando-se em 49.505 o número de nacionais daquela origem a residir no país (52.293 cidadãos em 2009). Desta forma, a tendência de decréscimo desta nacionalidade, verificada no biénio anterior, é acentuada no presente ano (-5,33%).

A terceira comunidade mais expressiva é a oriunda de **Cabo Verde**, com 43.979 cidadãos residentes (48.845 em 2009), significando 9,88% da população estrangeira em Portugal. A representatividade desta nacionalidade tem vindo a decrescer nos últimos anos, tendência confirmada no ano em referência (-9,96%).

A **Roménia** manteve, em 2010, a tendência crescente observada nos últimos anos (+13,47%), atingindo os 36.830 residentes (32.457 em 2009), consolidando-se como a nacionalidade de um Estado Membro da União Europeia com maior número de residentes em território nacional e a quarta principal comunidade estrangeira (8,27%) em Portugal.

Angola mantém a quinta posição (5,28%), com 23.494 residentes (26.557 em 2009), evidenciando um decréscimo face ao ano transacto (-11,53%).

A **Guiné-Bissau** assume-se como a sexta comunidade (4,45%), com 19.817 cidadãos (22.945 em 2009), registando um decréscimo (-13,63%).

De assinalar que o efectivo das comunidades originárias dos PALOP tem vindo a decrescer, de forma consistente, nos últimos anos.

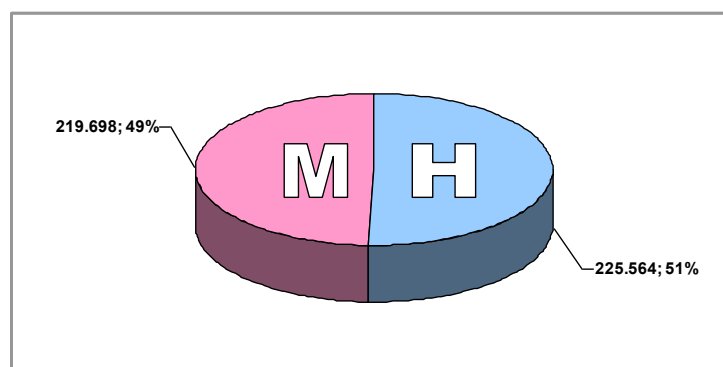
Principais Nacionalidades – Stock

PAÍS	SEXO	TOTAL	TÍTULOS DE RESIDÊNCIA	PRORROGAÇÃO DE VLD's
BRASIL	HM	119.363	119.195	168
	H	52.478	52.401	77
	M	66.885	66.794	91
UCRÂNIA	HM	49.505	49.487	18
	H	27.165	27.154	11
	M	22.340	22.333	7
CABO VERDE	HM	43.979	43.510	469
	H	20.773	20.574	199
	M	23.206	22.936	270
ROMÉNIA	HM	36.830	36.830	-
	H	20.924	20.924	-
	M	15.906	15.906	-
ANGOLA	HM	23.494	23.233	261
	H	11.534	11.364	170
	M	11.960	11.869	91
GUINÉ-BISSAU	HM	19.817	19.304	513
	H	11.636	11.393	243
	M	8.181	7.911	270
REINO UNIDO	HM	17.196	17.196	-
	H	8.869	8.869	-
	M	8.327	8.327	-
CHINA	HM	15.699	15.600	99
	H	8.161	8.129	32
	M	7.538	7.471	67
MOLDÁVIA	HM	15.641	15.632	9
	H	8.310	8.306	4
	M	7.331	7.326	5
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	HM	10.495	10.175	320
	H	4.751	4.632	119
	M	5.744	5.543	201

População estrangeira por género

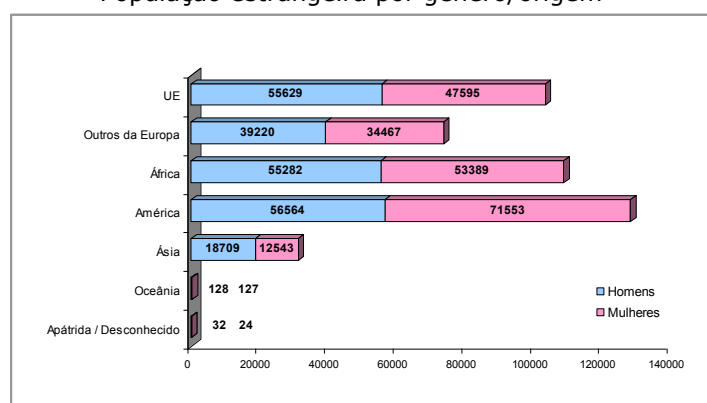
A estrutura da população estrangeira em Portugal por género apresenta uma configuração próxima da paridade. Historicamente, e nos últimos anos a imigração masculina tem assinalado índices superiores à feminina, apesar desta tendência ter sido gradualmente atenuada, por via do reagrupamento familiar. No ano em apreço verifica-se uma redução do efectivo masculino (-3,77%), face ao ano anterior. Assim, a diferença percentual entre ambos os géneros ficou reduzida a 2%, sendo o sexo masculino superior ao feminino.

População estrangeira por género



A desagregação por género relativamente à distribuição por grandes zonas geográficas de origem, revela que a predominância do género masculino se mantém para todos os continentes, com excepção do **continente americano**, onde se regista uma supremacia do sexo feminino, nomeadamente oriundo da América do Sul. No entanto, a redução do efectivo masculino de nacionais de países da Europa extra UE e de África contribuiu decisivamente para a aproximação à paridade de ambos os géneros.

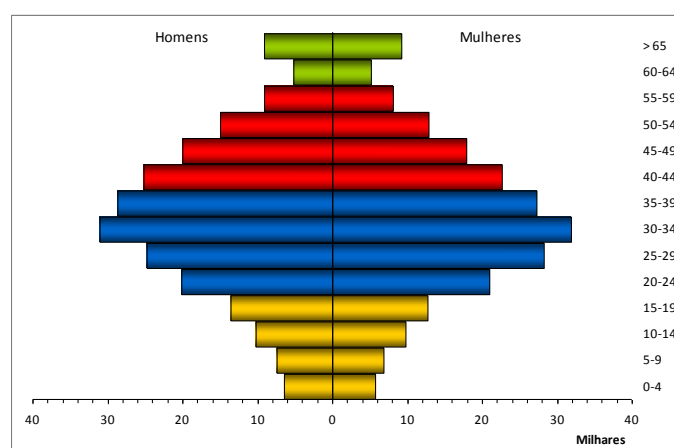
População estrangeira por género/origem



De salientar que os PALOP, com excepção da Guiné-Bissau, registam alguma predominância do género feminino, o que poderá encontrar razões no acesso à nacionalidade portuguesa da população masculina que integrou os primeiros fluxos imigratórios.

População estrangeira por grupo etário

A população estrangeira residente em idade activa ascende a 85,47% (população estrangeira com idades compreendidas entre 15 a 64 anos). Outro aspecto relevante na estrutura populacional prende-se com a percentagem de jovens (entre os 0 e 14 anos), que totaliza 10,21% da população estrangeira, associada a um índice de potencialidade⁷ de 119,43%, aspecto a considerar na perspectiva do crescimento demográfico.



⁷ Relação de população feminina em período fértil.

Para melhor leitura, foram constituídos grandes grupos etários: 0 - 19 anos, 20 - 39 anos, 40 - 64 anos e mais de 65 anos.

Assim, a população potencialmente activa tem maioritariamente idades compreendidas entre os 20 e 39 anos (47,83% da população estrangeira). De notar que a população estrangeira masculina activa (74.445), face ao género feminino (66.830), é superior no grupo etário dos 40 aos 64 anos, o que exprime a composição dos primeiros fluxos migratórios para Portugal.

População Estrangeira Residente (Grandes Grupos Etários)

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS	SEXO	GRUPO ETÁRIO				TOTAL
		0 - 19	20 - 39	40 - 64	65 e mais	
TOTAL	HM	72.710	212.971	141.275	18.306	445.262
	H	37.573	104.518	74.445	9.028	225.564
	M	35.137	108.453	66.830	9.278	219.698

Fluxo Imigratório⁸ em 2010

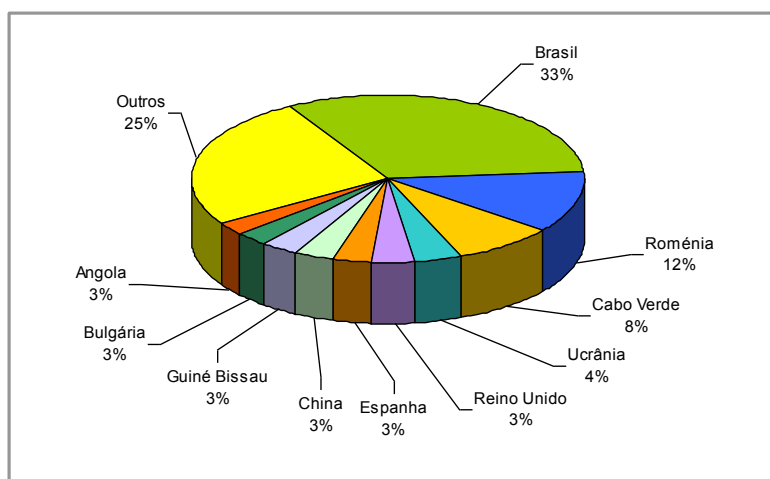
Em 2010 foram registadas 50.747 emissões de primeiros títulos de residência. Este valor representa uma quebra de 17,41% na emissão de novos primeiros títulos face ao ano de 2009 (61.445).

No ano em análise, a concessão de autorizações de residência, ao abrigo dos regimes previstos na Lei de Estrangeiros, foram referentes ao reagrupamento familiar (11.595), ao exercício de actividade profissional (10.323) e a estudo (5.250). A emissão de certificados e cartões de residência a cidadãos da União Europeia e seus familiares (Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto) atingiu um total de 22.178 títulos emitidos (16.137 a nacionais de estados europeus, 2.533 a estrangeiros oriundos de África, 2.921 da América e 661 da Ásia).

As atribuições de primeiros títulos de residência foram mais representativas nos casos do **Brasil** (16.165), **Roménia** (6.047), **Cabo Verde** (4.223), **Ucrânia** (2.057), **Reino Unido** (1.763), **Espanha** (1.664) **China** (1.653), **Guiné-Bissau** (1.567), **Bulgária** (1.367) e **Angola** (1.317).

Relativamente às dez nacionalidades mais representativas de 2010 para efeitos de emissão de primeiro título, face ao ano precedente, há a assinalar que a Moldávia deixou de estar incluída neste grupo de nacionalidades (1.152), lugar que foi ocupado pela Espanha (1.664).

Emissão de Títulos de Residência - Principais Nacionalidades



⁸ Emissão de primeiros títulos de residência – dados provisórios

Há ainda a destacar que, no ano em análise, estas nacionalidades coincidem com as dez nacionalidades mais representativas do *stock* de residentes, com excepção de Espanha (que no *stock* é substituída por São Tomé e Príncipe). Verifica-se ainda que os fluxos de entrada das cinco principais nacionalidades seguem a representatividade identificada no ano transacto.

A emissão de novos títulos a nacionais dos países mais representativos decresceu em 2010, excepto nos casos de Espanha (+13,58%) e da Guiné-Bissau (+5,52%).

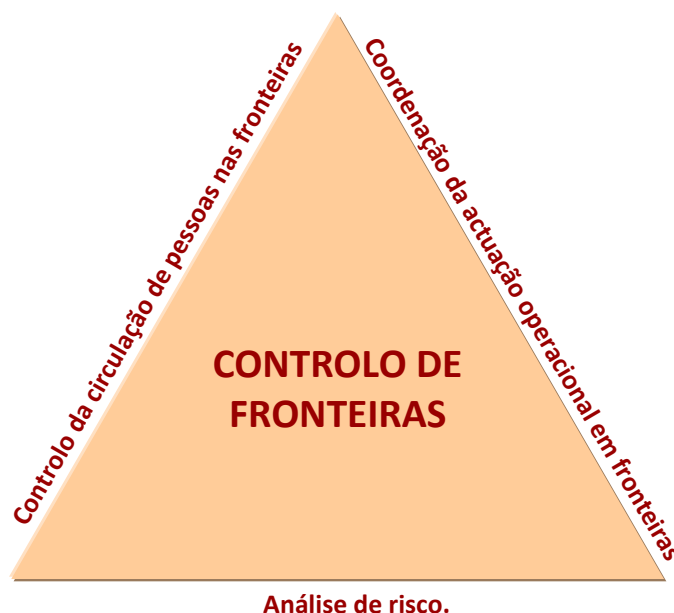
Quanto à desagregação por **género**, verifica-se o predomínio de títulos emitidos a cidadãos do sexo feminino (26.083), designadamente nos casos do Brasil (9.245), Cabo Verde (2.250), Ucrânia (1.197), China (859), Moldávia (640) e Angola (705). Das principais nacionalidades, regista-se uma preponderância do sexo masculino na Roménia (3.415), Reino Unido (937), Espanha (896) e Guiné-Bissau (811).



FRONTEIRAS

O SEF é a entidade nacional responsável pelo controlo dos postos de fronteira externa nacionais⁹. No contexto da política migratória portuguesa, o SEF tem empreendido uma estratégia de reforço do controlo de fronteiras, em especial no que se refere à utilização das novas tecnologias, esforço reconhecido a nível nacional, da União Europeia e internacional. No ano em análise deve sublinhar-se a reposição excepcional do controlo de fronteiras internas e a Avaliação Schengen a Portugal, em ambos os casos, com resultados amplamente positivos.

A actuação do SEF no controlo de fronteiras privilegia quatro eixos fundamentais: **qualificação, informação, tecnologia e cooperação**. Para a presente abordagem, é de realçar o tratamento e análise da informação obtida junto de diversas fontes, potenciando a eficácia do controlo de fronteiras, designadamente por via da análise de risco de fronteiras. Neste contexto, é também relevante o contributo da cooperação, desenvolvida a nível interno, no quadro das relações internacionais (da União Europeia, CPLP ou bilateral), com o contributo dos Oficiais de Ligação e de Imigração e a actuação no âmbito da Agência Europeia FRONTEX. Por sua vez o suporte da tecnologia potencia a eficácia e a eficiência, na perspectiva da segurança interna e da celeridade do serviço prestado aos beneficiários. A título de exemplo, enunciam-se o sistema de controlo de fronteiras (PASSE) e a fronteira electrónica (RAPID).



Actuação do SEF no Controlo de Fronteiras

A intervenção do SEF no domínio do controlo das fronteiras opera-se numa perspectiva integrada relativamente à circulação de pessoas nas fronteiras, coordenação da actividade operacional nas fronteiras e análise de risco.

De notar que esta actuação foi reconhecida como **boa prática** no domínio do controlo de fronteiras, pela Avaliação Schengen a Portugal, no ano em análise.

A coordenação da actuação operacional, através do **Centro de Situação de Fronteiras (CSF)**, tem como principais instrumentos:

- Coordenação da participação activa em operações nacionais ou europeias de controlo de fronteira e repressão da imigração ilegal;
- Recolha, tratamento e análise de informação operacional;
- Produção de notas técnicas e alertas referentes à actividade de controlo de fronteira;
- Emissão de credenciações e credenciações.

⁹ “Fronteiras externas”, na acepção da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS), entendem-se as fronteiras entre Estados Terceiros e Estados signatários do Acordo. No caso português, apenas se verifica a existência de fronteiras externas aéreas (nos aeroportos e relativamente aos voos que com proveniência ou destino em territórios dos Estados não vinculados à CAAS) e marítimas (portos marítimos, exceptuando as ligações no território português e as ligações regulares de transbordo entre estados partes na CAAS).

Na esfera de actuação do CSF importa salientar a participação na preparação e organização da Cimeira NATO em Lisboa, no decurso da qual foi reposto temporariamente o controlo nas fronteiras internas nacionais, bem como a participação no dispositivo de segurança da visita Papal e do Presidente da China.

Assim, evidencia-se a emissão de 21 notas técnicas e 76 alertas, o controlo de voos privados em aeródromo (487 voos, principalmente no aeródromo de Cascais), a emissão de 227 licenças especiais de embarque e a emissão de 15.314 credenciações e credenciações (13.559 no âmbito do Sistema de Segurança Interna).

Notas Técnicas: 21
Alertas: 76

Controlo Voos
Privados: 487

Licenças Especiais de Embarque: 227
Acreditação e Credenciação: 15.314

Quanto à vertente de análise de risco, destaca-se o estudo prospectivo de fluxos migratórios realizado pela Unidade de Análise de Risco. Esta unidade procedeu, também, à preparação de relatórios quadrimestrais de prospecção da ameaça em fronteira, bem como, em conjunto com o CSF, à preparação de alertas para “*modi operandi*” no trabalho operacional.

Os resultados do controlo da circulação de pessoas nas fronteiras são expressos por um conjunto de indicadores quantitativos, tais como o número de cidadãos controlados, recusas de entrada ou vistos concedidos.

Cimeira OTAN 2010

A actuação do SEF no âmbito da Cimeira OTAN visou a prevenção da entrada de cidadãos ou grupos referenciados como habituais causadores de conflitos ou alterações da ordem pública ou comportamentos susceptíveis de comprometer a segurança dos cidadãos nacionais e estrangeiros que acorreram a Portugal por ocasião daquele evento.



Com fundamento na ameaça grave à ordem pública e à segurança interna, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2010, de 10 de Novembro, procedeu-se à reposição do controlo das fronteiras internas, entre os dias 16 e 21 de Novembro, a título excepcional, conforme o n.º 1 do artigo 23.º do Código de Fronteiras Schengen.

O SEF desenvolveu uma abordagem dual, ao nível da actuação operacional e da credenciação de pessoas:

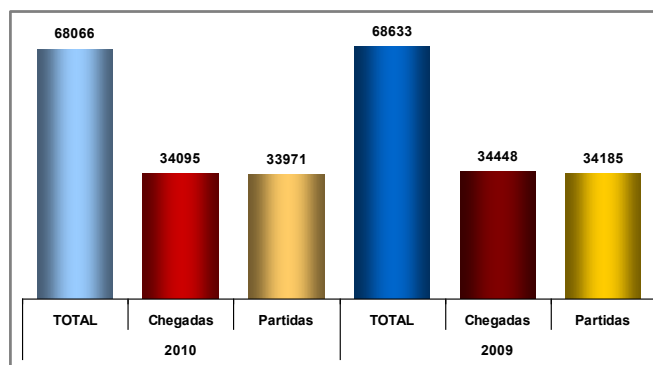
■ Na vertente de actuação operacional, procedeu-se ao planeamento e desenvolvimento de uma operação de carácter pluri-regional, envolvendo 450 elementos em cada um dos seis dias da Operação de Grande Impacto. Dela resultou o controlo de 229.385 pessoas nos postos de fronteira e postos de passagem autorizados; 291 recusas de entrada; 22 detenções e apreensão de material diverso (armas proibidas, propaganda anti-OTAN e estupefacientes);

■ Em termos de credenciação, foram efectuados 10.851 procedimentos, com o empenho de sete efectivos.

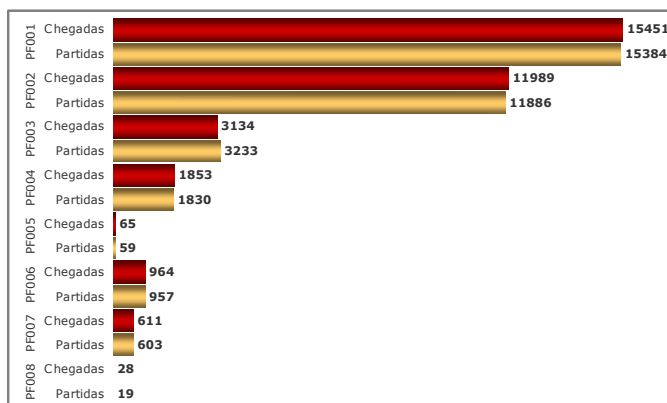
Fronteiras Aéreas

No âmbito do controlo das fronteiras aéreas, em 2010 foram objecto de controlo **68.066 voos**, valor que traduz um muito ligeiro decréscimo face aos voos controlados no ano precedente (-0,83%). Esta redução observa-se tanto no movimento de chegadas (-1,02%) como no de partidas (-0,63%).

Voos sujeitos a controlo



Os aeroportos de **Lisboa** (30.835 voos) e de **Faro** (23.875 voos) são os que mais se destacam, com 45,30% e 35,08% dos voos controlados, respectivamente. Seguem-se os aeroportos do **Porto** (6.367 voos) e **Funchal** (3.683 voos), representando 9,35% e 5,41% respectivamente. Esta representatividade é consistente com os valores registados nos últimos anos.

Movimentos de voos nos aeroportos internacionais¹⁰

Deve ainda assinalar-se a diferença entre Lisboa e Faro, em termos de proveniência e destino dos voos controlados. Em Lisboa o controlo distribui-se, de forma equilibrada, entre grandes áreas de proveniência e de destino, nomeadamente União Europeia não Schengen (11.438), outros destinos europeus (1.580), África (8.254), América do Sul (6.788) e América do Norte (2.775). Já em Faro, cerca de 95% dos controlos reportam-se a voos de e para a Europa não Schengen (22.754).

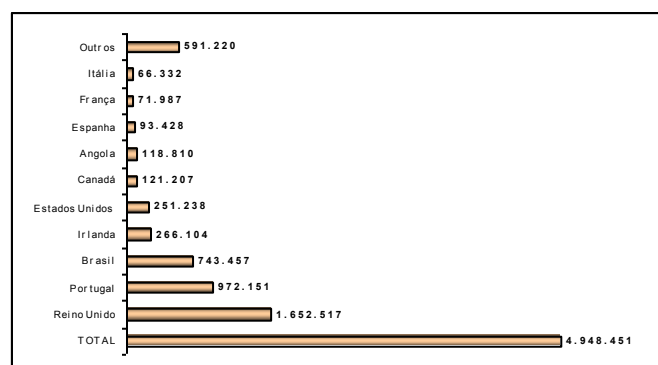
No que respeita a **passageiros controlados**¹¹, verificou-se um ligeiro acréscimo (+1,54%) face ao ano anterior, totalizando **9.059.580 pessoas**. Deste universo, 5.539.481 passageiros tinham nacionalidade de Estados Membros da UE não signatários do Acordo de Schengen (61,1%), sendo 3.520.099 nacionais de países terceiros (39,9%).

ANO	LISBOA (PF001)	FARO (PF002)	PORTO (PF003)	MADEIRA (PF004 e PF008)	AÇORES (PF005, PF006, PF007)	TOTAL
2010	4 366 817	3 343 478	781 840	455 865	111 580	9 059 580
2009	4 065 792	3 450 152	767 823	478 502	160 163	8 922 432

Em termos de **controlo documental** e **electrónico** (com recurso ao RAPID e PASSE), foram controlados 4.948.451 passageiros, representando 54,62% do total de passageiros controlados. De salientar que o controlo documental electrónico tem permitido aumentar a qualidade do controlo de fronteiras e obter ganhos de produtividade e de tempos de espera muito expressivos para a boa gestão do tráfego aeroportuário.

O facto de as principais nacionalidades controladas documental e electronicamente serem da União Europeia deve-se, sobretudo, à utilização do RAPID para efeitos de passagem na fronteira aquando do controlo de voos externos.

Controlo documental e electrónico (RAPID e PASSE)



¹⁰ PF 001 – Aeroporto de Lisboa; PF 002 – Aeroporto de Faro; PF 003 – Aeroporto do Porto; PF 004 – Aeroporto do Funchal; PF005 – Aeroporto das Lajes; PF 006 – Aeroporto de Santa Maria; PF 007 – Aeroporto de Ponta Delgada; PF 008 – Aeroporto de Porto Santo

¹¹ Dados ANA – Aeroportos de Portugal.

Fronteiras Marítimas

No que respeita ao controlo de fronteiras marítimas, em 2010 registou-se um acréscimo sustentado do número de **embarcações controladas**, face ao ano anterior, ascendendo a **34.502** os navios objecto de controlo (+2,33% face a 2009).

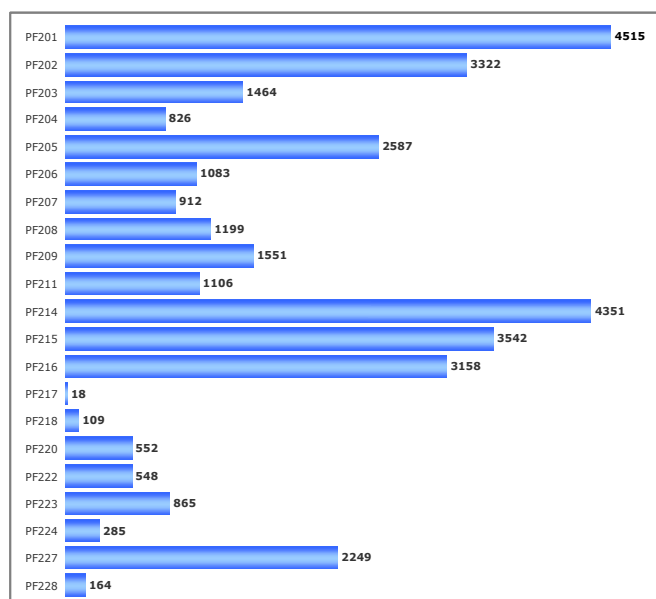
Por posto de fronteira, evidenciam-se os portos/marinhas de **Lisboa** (4.515 embarcações) e **Vilamoura** (4.351), tendo ambos os portos registado um crescimento assinalável do número de embarcações controladas (+46,02% e +9,38%, respectivamente). Os portos/marinhas de **Portimão** (3.542), **Leixões** (3.322) e **Lagos** (3.158) são também de destacar em termos de embarcações controladas.

Quanto ao tipo de embarcações, sobressaem as de recreio (64,05%), seguidas das comerciais (32,40%). Para tal distribuição contribui o facto de a totalidade de embarcações controladas nas marinas de Vilamoura, Portimão, Lagos e Cascais (2.249) serem de recreio. Já os portos de Lisboa, Leixões, Sines e Setúbal concorrem para a relevância do controlo navios comerciais. As embarcações de recreio (22.037) assumem-se como a tipologia mais expressiva, seguida dos navios comerciais (11.149) e de cruzeiros (900).

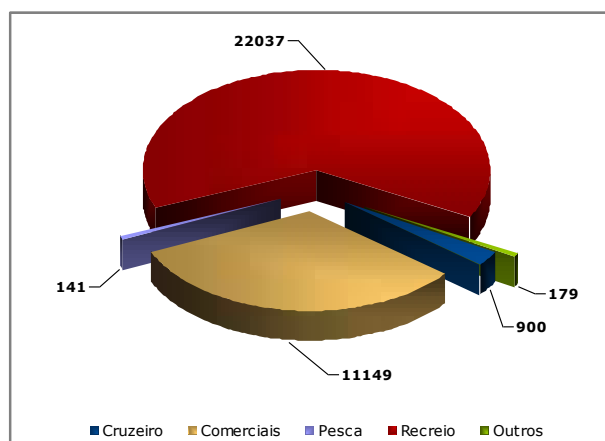
O crescimento sustentado do controlo de embarcações nos postos de fronteira marítima reflecte-se na tendência de crescimento do número de pessoas controladas, que totalizaram **1.727.418 pessoas** (+6,15%), repartidas por 1.157.281 passageiros (+7,88%) e 570.137 tripulantes (+2,81%).

As principais origens dos passageiros controlados em fronteiras marítimas são a União Europeia (394.531) e o continente americano (149.631).

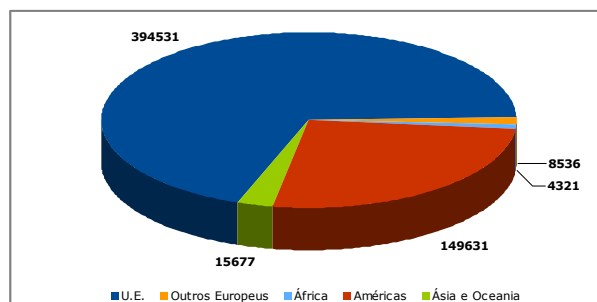
Embarcações/Navios Controlados¹²



Tipo de Embarcações/Navios Controlados

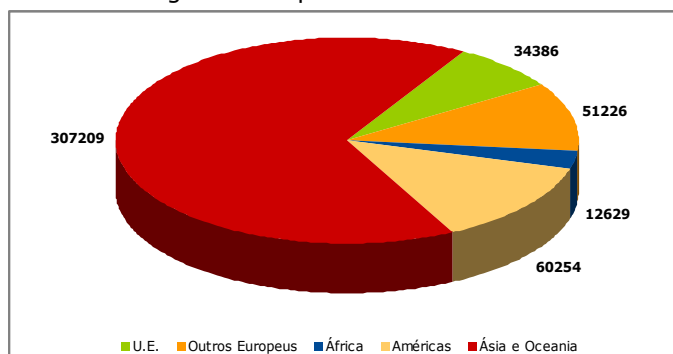


Origem de Passageiros Controlados

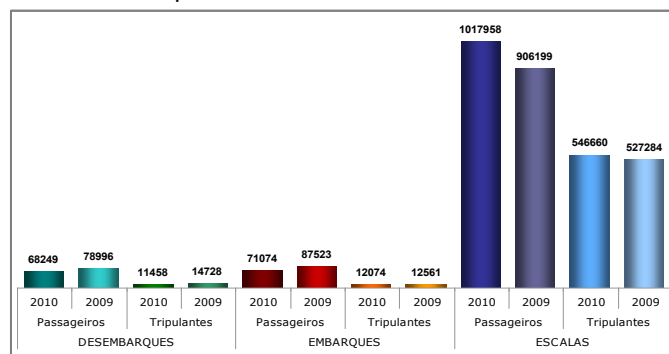


¹² PF 201 - Porto de Lisboa; PF 202 - Porto de Leixões; PF 203 - Porto de Setúbal; PF 204 - Porto de Viana do Castelo; PF 205 - Porto de Sines; PF 206 - Porto da Figueira da Foz; PF 207 - Porto de Aveiro; PF 208 - Porto do Funchal; PF 209 - Porto de Ponta Delgada; PF 211 - Porto da Horta; PF 214 - Marina de Vilamoura; PF 215 - Marina de Portimão; PF 216 - Marina de Lagos; PF 217 - Porto de Olhão; PF 218 - Porto de Peniche; PF 220 - Porto da Nazaré; PF 222 - Porto de Póvoa do Varzim; PF 223 - Porto de Porto Santo; PF 224 - Porto de Angra do Heroísmo; PF 227 - Marina de Cascais; PF 228 - Porto de Sesimbra.

Origem de Tripulantes Controlados



Tipo de Movimento de Fronteira



Relativamente aos tripulantes, as principais origens são os continentes asiático (307.209) e americano (60.254).

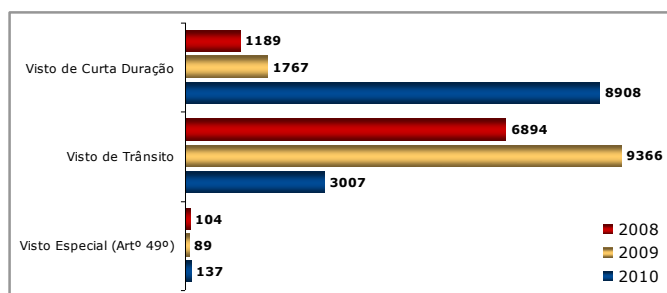
Quanto à natureza de movimento de fronteira, regista-se uma tendência para o aumento do número de escalas (+12,33%), representando 90,58% do total de movimentos de pessoas alvo de controlo de fronteiras marítimas.

Vistos concedidos em Postos de Fronteira

Em termos de resultados da actividade de controlo fronteiriço, evidencia-se o crescimento sustentado do número vistos concedidos em postos de fronteira. Em 2010 foram concedidos, a título excepcional, **12.052 vistos** (+7,40%). Neste contexto, deve assinalar-se a entrada em vigor do novo Código Europeu de Vistos¹³, a 5 de Abril de 2010. O facto de este Código ter eliminado a tipologia de vistos de trânsito, integrando-os na tipologia de vistos de curta duração, é relevante para a análise dos dados em apreço, concorrendo para explicar o acréscimo do número de vistos emitidos na fronteira, face aos anos precedentes.

Refira-se ainda que é nos postos de fronteira marítimos que é emitido o maior número de vistos na fronteira, consequência das tripulações serem, geralmente, constituídas por nacionais de países terceiros. No entanto, o posto de fronteira do aeroporto de Lisboa é o principal emissor de vistos na fronteira, secundado pelos quatro principais portos marítimos (Lisboa, Leixões, Sines e Setúbal).

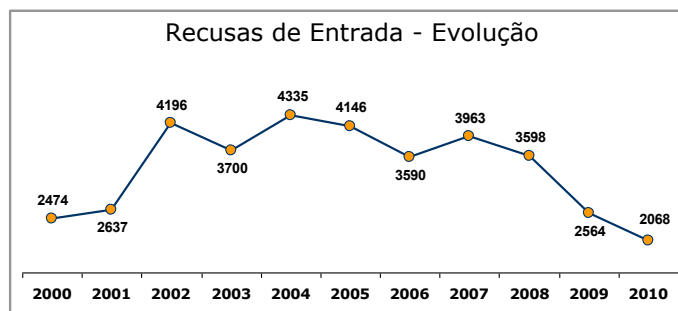
Vistos Concedidos nos Postos de Fronteira



Recusas de Entrada

As recusas de entrada em Portugal a estrangeiros que não reuniam as condições legais de admissão ascenderam a **2.068** (-19,34% face a 2009). Estes valores confirmam uma tendência decrescente a este nível que se regista desde 2004.

Recusas de Entrada - Evolução

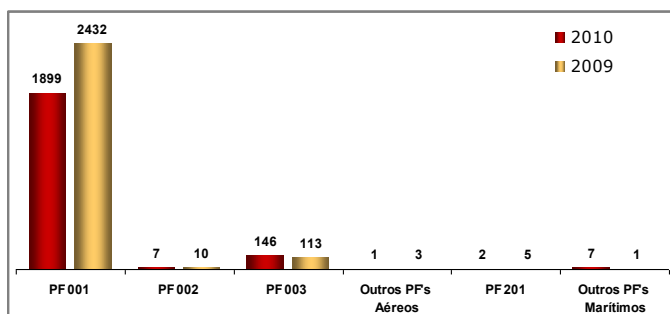


¹³ Regulamento (CE) n.º 810/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho de 2009, que estabelece o Código Comunitário de Vistos

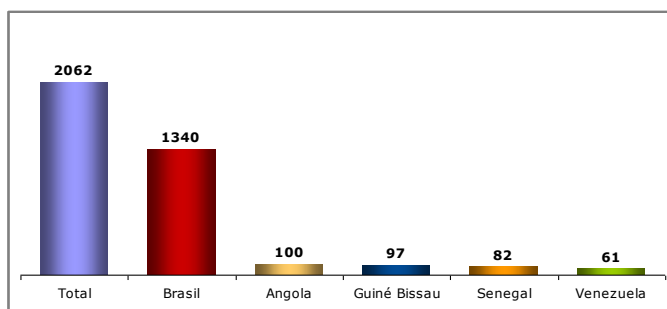
A redução consistente do número de recusas de entrada dever-se-á a um conjunto de factores, nomeadamente a alteração das dinâmicas económicas e migratórias, o combate à fraude documental e a generalização de documentos com elementos biométricos, a actuação junto dos países de origem, nomeadamente através dos oficiais de ligação de imigração.

A quase totalidade das recusas de entrada em território nacional ocorreu em postos de fronteira aérea, ascendendo a 2.054 casos (99,32% do valor global). Por posto de fronteira, a esmagadora maioria de recusas de entrada ocorreu no Aeroporto de Lisboa (1.899), em resultado do elevado número de ligações aéreas internacionais (países terceiros) que têm esta cidade como destino.

Recusas de Entrada por Posto de Fronteira



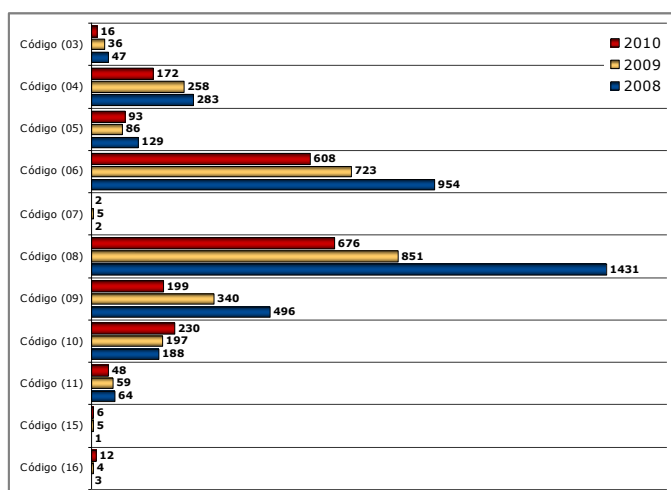
Recusas de entrada por nacionalidade



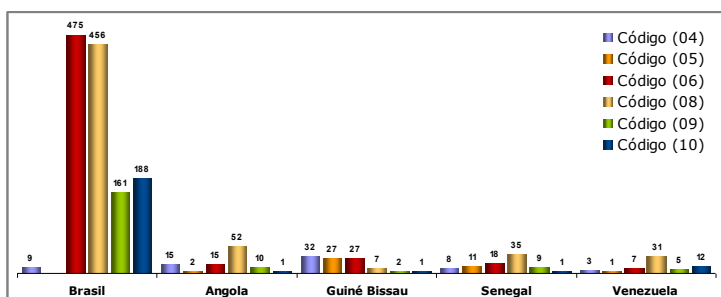
Cerca de 65% das recusas de entrada em território nacional incidem sobre cidadãos nacionais do **Brasil** (1.340), mormente no Aeroporto de Lisboa, tendo por fundamento predominante a ausência de visto adequado à finalidade da estada. De forma muito distanciada, seguem-se os nacionais de **Angola** (100), **Guiné-Bissau** (97), **Senegal** (82) e **Venezuela** (61).

Os principais fundamentos da recusa de entrada em Portugal foram a ausência de motivos que justificassem a entrada (680), a ausência de visto adequado ou visto caducado (609) e a existência de indicações para efeitos de não admissão no Espaço Schengen (231).

Recusas de entrada por fundamentos¹⁴



Recusas de entrada por nacionalidade e fundamentos¹⁴



Por nacionalidade, a recusa de entrada a cidadãos brasileiros tem como principal fundamento a ausência de visto adequada à finalidade da estada (475), seguido pela não comprovação do objectivo e das condições da estada (456). De notar ainda que parte assinalável das recusas de entrada a cidadãos guineenses tem por fundamento a utilização de documentos fraudulentos (59 das 97 recusas de entrada).

¹⁴ Fundamentos de Recusa de Entrada: Cod. 03 – Ausência Doc. Viagem ou Doc. Caducado; Cod. 04 – Doc. Falso ou falsificado; Cod. 05 – Utiliz. Doc. Alheio; Cod. 06 – Ausência visto ou visto caducado; Cod. 07 – Visto falso ou falsificado; Cod. 08 – Ausência motivos que justifiquem entrada; Cod. 09 – Ausência de meios de subsistência; Cod. 10 – Indicações para efeitos de Não-Admissão no espaço Schengen; Cod. 11 – Estrangeiros menores desacompanhados; Cod. 15 – Cumprimento de Medida Cautelar; Cod. 16 – Outros

Analicamente, a pressão migratória exercida pelas três principais nacionalidades na fronteira externa portuguesa (Brasil, Guiné-Bissau e Angola) tem como principais factores explicativos as relações histórico-culturais, a língua comum e as significativas comunidades nacionais estabelecidas em Portugal. Sem prejuízo da ponderação de outros factores relevantes, a análise dos supra referidos valores não deve ignorar o contexto do regime de isenção de vistos para turismo ou negócios aplicável aos nacionais do Brasil, contrariamente ao que sucede com Angola e Guiné-Bissau. As recusas de entrada a nacionais do Senegal e da Venezuela estarão predominantemente associadas a fluxos migratórios destes países para outros Estados Membros da União Europeia, nomeada e respectivamente França e Espanha.

Medidas técnicas e administrativas no Controlo de Fronteiras

No que se refere a medidas adoptadas em 2010 na área do controlo de fronteiras, sobressai a consolidação do programa de aplicação das novas tecnologias, tendo como principais destaques:

- Instalação do sistema **PASSE** nos postos de fronteira marítima externa do **Funchal e Sines**;
- Início da utilização do Mobile PASSE¹⁵ (**M-PASSE**), para controlo a bordo de embarcações, bem como em operações móveis no terreno e ainda em fronteiras aéreas em acções fora das linhas de controlo;
- Conclusão do processo de instalação do sistema **RAPID** em todas as fronteiras aéreas nacionais, com a implementação do sistema no **aeroporto de Porto Santo**. Por outro lado, o sistema foi actualizado e procedeu-se a um segundo estudo de campo, com a duração de dois meses, nos aeroportos internacionais de Lisboa e Faro, com o objectivo de testar o novo *software*;
- Implementação, em **fase piloto**, do sistema *Advanced Passenger Information System (APIS)*, envolvendo três companhias transportadoras (TAP, BA e SATA), permitindo a consulta dos dados dos passageiros no sistema PASSE e precedendo a sua chegada.

Outros eventos relevantes para a actividade de Controlo de Fronteiras

Nos termos do artigo 2.º, n.º 2, da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, em 2010 Portugal procedeu à **reposição excepcional dos controlos nas fronteiras** internas nacionais, por ocasião da Cimeira da NATO em Lisboa (19 e 20 de Novembro de 2010). Esta reposição foi relevante para a avaliação da capacidade de resposta dos serviços e forças de segurança nacionais e da interoperabilidade dos sistemas tecnológicos de apoio ao controlo de fronteiras e da permanência de estrangeiros em território nacional, bem como no que se prende com a cooperação luso-espanhola.

Na vertente fronteiras externas, a **Avaliação Schengen a Portugal**, realizada em 2010, indicou um conjunto de resultados globalmente muito positivos no que refere ao cumprimento dos principais procedimentos e recomendações do Catálogo Schengen. Efectivamente, foram enunciadas diversas boas práticas no domínio do controlo de fronteiras (análise de risco, cooperação internacional com os países vizinhos, a rede de Oficiais de Ligação e a participação activa na FRONTEX, estrutura centralizada e clara do SEF, abertura e flexibilidade na implementação de novas tecnologias) e o profissionalismo e motivação dos colaboradores do SEF.

¹⁵ Este equipamento assenta no sistema SMILE (Sistema Móvel de Suporte ao Controlo Documental e Recolha de Dados Biométricos), que permite a leitura de documentos para controlo de fronteiras e suporte às acções de fiscalização em território nacional.



CONTROLO DA PERMANÊNCIA

A actuação do SEF em território nacional, aqui abordada, engloba o controlo e fiscalização da permanência e actividades de cidadãos estrangeiros em território nacional.

Fiscalização

No âmbito da actividade de controlo da permanência, em 2010 as Direcções Regionais do SEF empreenderam **9 615 acções** de fiscalização; 6 786 de forma autónoma e 2 829 em colaboração com outras forças e serviços de segurança (figura 6), nomeadamente a GNR, PSP, PM, PJ, ASAE, DGAIEC, ACT, Segurança Social, *Cuerpo Nacional de Policia* e *Guardia Civil*. Este resultado expressa um acréscimo de 5,16% do número de acções de fiscalização face ao ano transacto, sustentado no crescimento da actuação autónoma (+3,29%) e em colaboração com outras forças e serviços de segurança (+9,95%).

A actuação fiscalizadora incidiu nos vários ramos de actividade económica, tendo também por referência o conhecimento de indícios de prática criminal envolvendo estrangeiros.

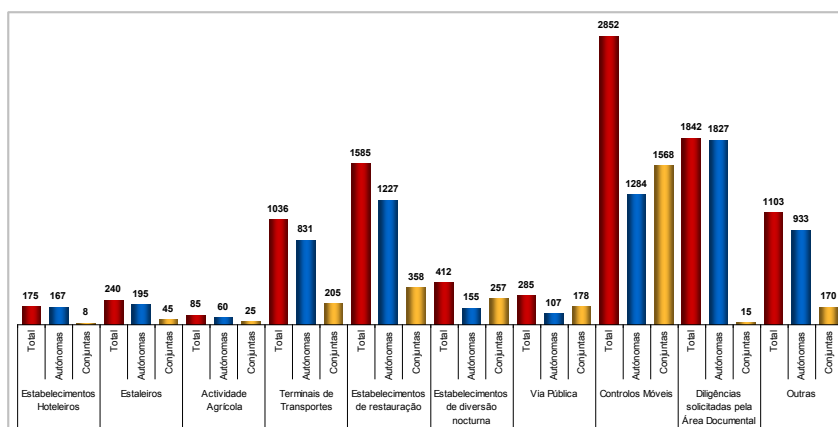
Por outro lado, foi privilegiada a detecção de situações de trabalho ilegal, bem como a análise cuidada a pedidos de concessão de títulos de residência com indícios de utilização de meios de prova fraudulentos (relações laborais, casamentos, permanência em Portugal). Deste modo, foi possível detectar ilícitos criminais relativos a falsificação de documentos (nomeadamente contratos de trabalho), casamentos de conveniência e auxílio à imigração ilegal.

ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	DR NORTE	DR CENTRO	DRLVTA	DR ALGARVE	DR MADEIRA	DR AÇORES	TOTAL 2010	TOTAL 2009
TOTAL GERAL	1.841	2.917	2.402	1.995	116	344	9.615	9.143
AUTÓNOMAS	1.493	2.175	1.452	1.287	106	273	6.786	6.570
CONJUNTAS	348	742	950	708	10	71	2.829	2.573

A Direcção Regional do Centro constitui-se como a unidade orgânica com maior volume de acções de fiscalização empreendidas (2.917), sendo determinante para este resultado o número de acções em controlos móveis efectuadas no CCPA de Vilar Formoso (1.821), principal ponto de entrada terrestre no país.

Neste contexto, evidenciam-se as acções de fiscalização em controlos móveis (2.852). É ainda de realçar a actuação fiscalizadora no âmbito da instrução de procedimentos administrativos da vertente documental do SEF (1.842), bem como a estabelecimentos de restauração (1.585), a terminais de transportes (1.036) e a estabelecimentos de diversão nocturna (412).

Acções de Fiscalização por área de actividade



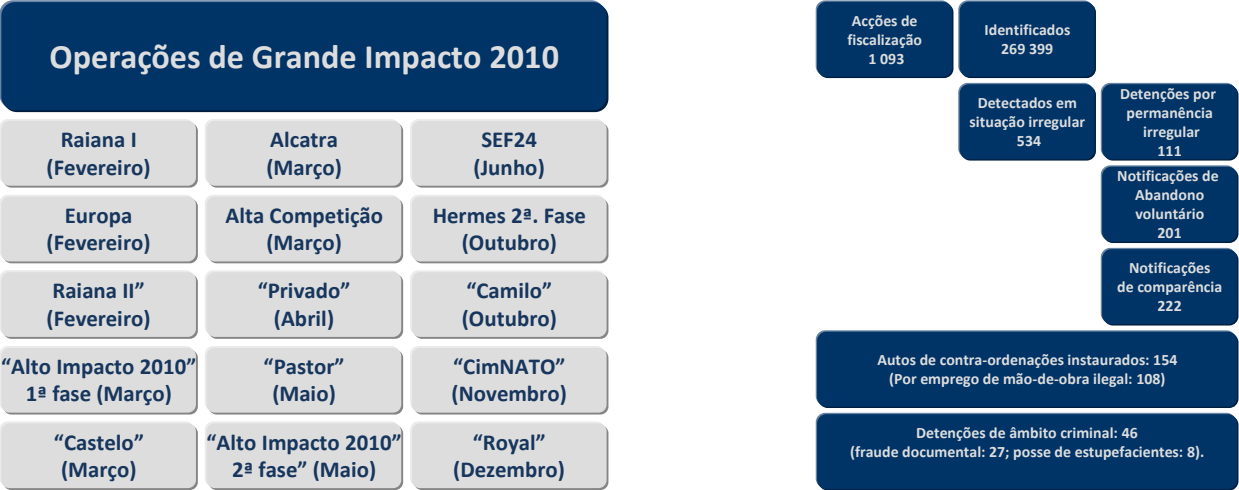
Como resultados destas acções de fiscalização, foram **identificados 247.695 cidadãos**, 3.878 dos quais nacionais de países terceiros em situação irregular. De evidenciar que a maior parte dos cidadãos identificados ocorreu em acções de fiscalização no âmbito de controlos móveis (160.251) e a terminais de transporte (35.873).

Estrangeiros identificados

	TOTAL	IDENTIFICADOS	EM SITUAÇÃO ILEGAL	PERCENTAGEM DE ILEGAIS
		48.551	3.860	8,0%
PRINCIPAIS NACIONALIDADES	Brasil	13.813	2.200	15,9%
	Cabo-verde	2.239	224	10,0%
	Guiné-Bissau	1.515	179	11,8%
	China	2.675	169	6,3%
	Ucrânia	3.717	163	4,4%
	Angola	1.392	130	9,3%

Operações de carácter pluri-regional – Operações de Grande Impacto

Dando continuidade a um modo de actuação operacional com uma abrangência pluri-regional, iniciado em 2009, com resultados significativos no combate à criminalidade associada aos fenómenos migratório, em 2010 foram empreendidas **15 Operações de Grande Impacto (OGI)**, de acordo com uma actuação estruturada e focalizada em determinados objectivos estratégicos.



Deve ainda notar-se que o teste operacional do Projecto **SMILE** (Sistema Móvel de Identificação Local de Estrangeiros) foi realizado no âmbito da OGI "Raiana II". Em fase de testes operacionais, esta nova ferramenta tecnológica permite, de forma célere, a leitura de documentos em acções de controlo de fronteiras, fiscalização e investigação. Este equipamento valida a informação contida nos documentos, através do acesso imediato às bases de dados relevantes (SEF, Schengen, Interpol) e recolhe dados biométricos e informação sobre a situação documental do estrangeiro, bem como eventuais medidas administrativas ou judiciais que sobre ele impendam. Por outro lado, este equipamento procede à verificação dos elementos de segurança dos documentos, minimizando o risco de fraude documental.

Afastamentos

O cidadão estrangeiro que tenha entrado ou permaneça em território português de forma irregular pode ser alvo de notificação para abandono voluntário do país ou de processo de expulsão administrativa. No âmbito do processo administrativo de afastamento, o estrangeiro em situação irregular pode ser conduzido à fronteira, para abandono do país, caso manifeste tal intenção. A expulsão pode ainda constituir uma pena acessória pela prática de um crime, detendo, neste caso, natureza judicial.

Neste contexto releva ainda a figura da readmissão, quando, nos termos das convenções internacionais, um estrangeiro seja encontrado irregularmente num Estado, vindo directamente de outro.

Notificações para Abandono Voluntário (NAV)

No domínio do controlo de estrangeiros, em 2010, foram registadas **7.425 notificações para abandono voluntário** na sequência de acções de fiscalização, o que representa um ligeiro acréscimo face ao ano anterior (7,17%) e em consonância com a tendência crescente e sustentada verificada desde 2007.

Por nacionalidades, tal como nos anos transactos, o **Brasil** (4.116) destaca-se dos demais países, perfazendo cerca de 55% do total de notificações. Como nacionalidades mais representativas seguem-se **Cabo Verde** (599), **Guiné-Bissau** (413), **Ucrânia** (362) e **Angola** (338). Face a 2009, verifica-se um crescimento do número de notificações relativas a nacionais das cinco principais nacionalidades.

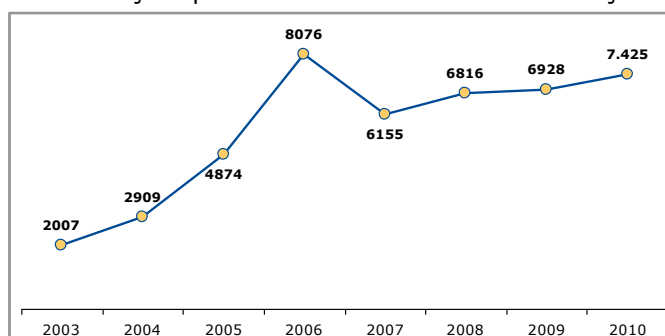
Processos de expulsão administrativa (PEA)

Durante o ano de 2010 foram **instaurados 2.729 processos** de expulsão administrativa, tendo sido proferidas 772 decisões de expulsão e 655 de arquivamento, totalizando a conclusão de 1.427 procedimentos¹⁶.

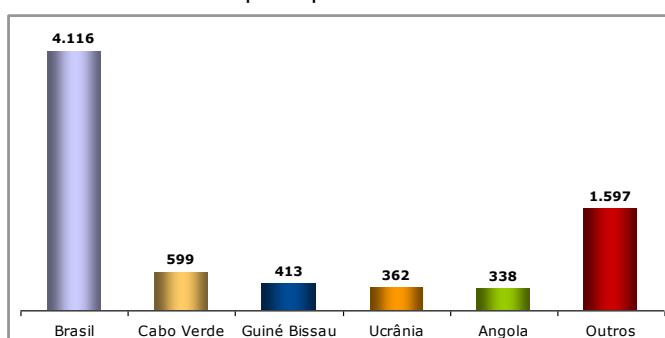
Aquele valor expressa um acréscimo de 10,22%, face ao ano transacto e traduz um aumento sustentado do número de processos instaurados desde 2008.

Como nacionalidades mais representativas evidenciam-se o **Brasil** (1.173), **Cabo-Verde** (374), **Guiné-Bissau** (222), **Angola** (210), **Ucrânia** (115) e **Marrocos** (72), tal como sucedera no ano de 2009. Deste conjunto de países, somente a Ucrânia viu reduzida a sua expressão, sendo de assinalar o crescimento da Guiné-Bissau (+33,73%) e de Cabo-Verde (+27,65%).

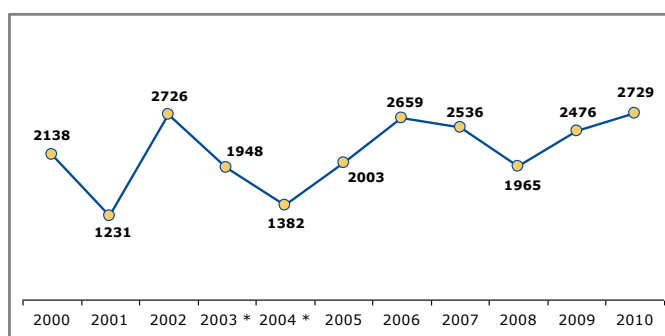
Notificações para Abandono Voluntário – evolução



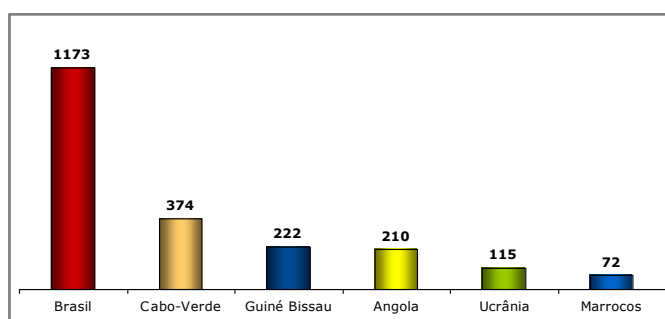
NAVs - principais nacionalidades



Processos de expulsão administrativa – evolução



PEAs por nacionalidade



¹⁶ Deve referir-se que a instrução e execução de decisões proferidas em processos de expulsão administrativa em que existam medidas de coacção privativas da liberdade ou se verifiquem indícios de envolvimento em práticas criminais revestem natureza prioritária.

Afastamentos Executados

No ano em análise foram afastados de território nacional 720 estrangeiros: 418 no âmbito de expulsões administrativas (art.º 149.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho), 169 em sede procedimento de condução à fronteira (art.º 147.º da Lei n.º 23/2007) e 133 em cumprimento de decisões judiciais de pena acessória de expulsão (art.º 151.º da Lei n.º 23/2007).

Face a 2009, verifica-se um decréscimo dos afastamentos executados (-7,57%), que se fica a dever, essencialmente, à redução acentuada das penas acessórias de expulsão (-20,36%), sendo que a expulsão administrativa regista um decréscimo quase inexpressivo.

Readmissões

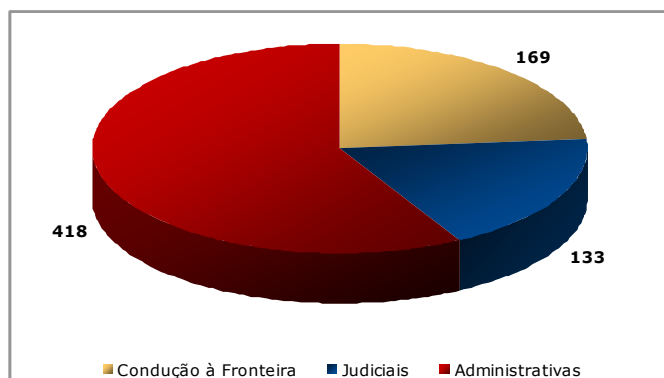
A readmissão¹⁷ consiste no afastamento e devolução ao Estado de onde provém directamente um cidadão estrangeiro em situação irregular, no âmbito de acordos celebrados para esse efeito.

Relativamente a readmissões, permanece a tendência para o decréscimo da utilização deste mecanismo de cooperação policial no domínio das migrações, nomeadamente quanto às readmissões passivas (em que Portugal é o país requerido). Em 2010, Portugal foi requerido em **368 readmissões passivas**, das quais 220 foram solicitadas por **Espanha** e 148 por **França**. As readmissões **ativas** totalizaram **204**, das quais 194 foram solicitadas a Espanha, 6 a França e 4 a Marrocos.

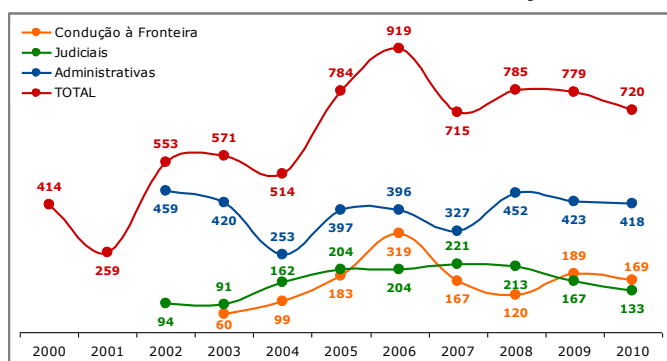
Relativamente ao ano de 2009, denota-se uma diminuição de **17,3%** nas readmissões **passivas** (445) e de **11,69%** no caso das readmissões

Em termos de nacionalidades mais representativas, na **readmissão passiva** destacam-se o **Brasil** (129), seguido de **Cabo Verde** (80), **Guiné-Bissau** (25), **Ucrânia** (18) e **Paquistão** (14).

Afastamentos executados

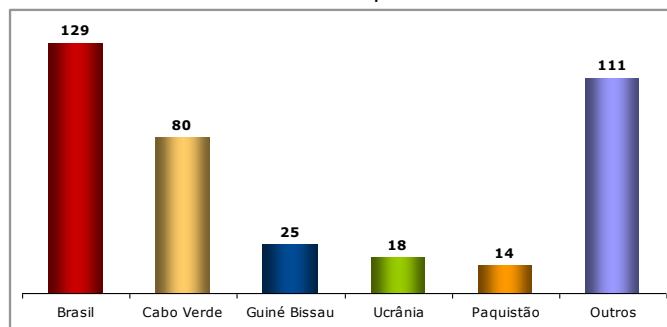


Afastamentos executados - evolução



Readmissões	Total	Activas	Passivas
2010	572	204	368
2009	676	231	445
2008	1.026	427	599

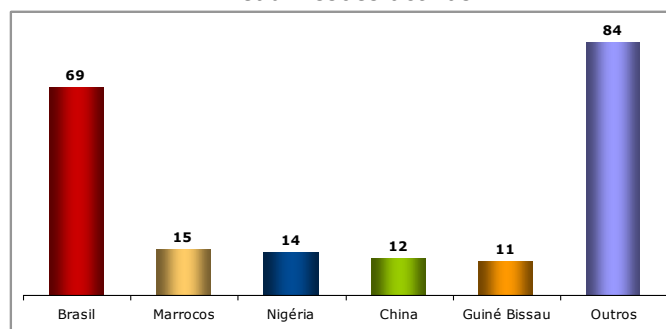
Readmissões passivas



¹⁷ Artigo 163.º e seguintes da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

No caso das **readmissões activas**, para além de o **Brasil** (69) permanecer como a principal nacionalidade, relevam ainda **Marrocos** (15), **Nigéria** (14), **China** (12) e **Guiné-Bissau** (11). Face ao ano anterior, assinala-se o crescimento do peso das readmissões de nacionais de Marrocos e o decréscimo de nacionais da **Ín-**

Readmissões activas



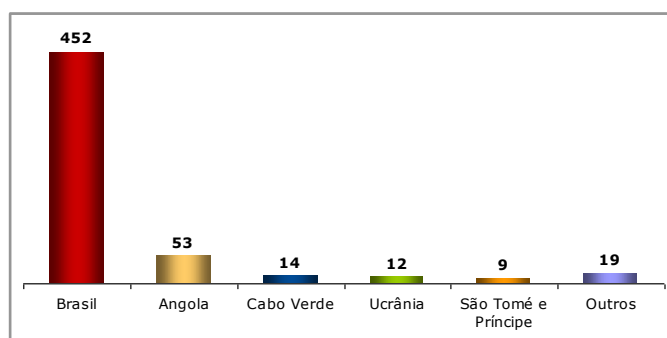
De forma sintética, dir-se-á que os dados relativos às readmissões constituem um indicador sobre a composição dos fluxos migratórios irregulares com origem ou trânsito em Portugal (no caso das readmissões activas) e com origem noutros Estados da UE, designadamente Espanha e França (no caso das readmissões passivas).

Regresso voluntário

Ao abrigo de um Protocolo celebrado com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Estado português apoia o retorno voluntário aos países de origem de cidadãos estrangeiros¹⁸, de forma sustentada e digna.

Em 2010 beneficiaram do programa de apoio ao retorno voluntário **562 cidadãos** estrangeiros, valor que reflecte um aumento de 46,7% face ao ano precedente. Em termos de nacionalidades mais representativas, sobressai claramente o **Brasil** (452) e, distanciados, **Angola** (53), **Cabo Verde** (14), **Ucrânia** (12) e **S. Tomé e Príncipe** (9). Embora o Programa tenha registado um crescimento muito significativo, a interpretação deste valor, no contexto da realidade migratória actual, merece algum cuidado, por se tratar de um universo de dimensão reduzida.

Retorno Voluntário – OIM

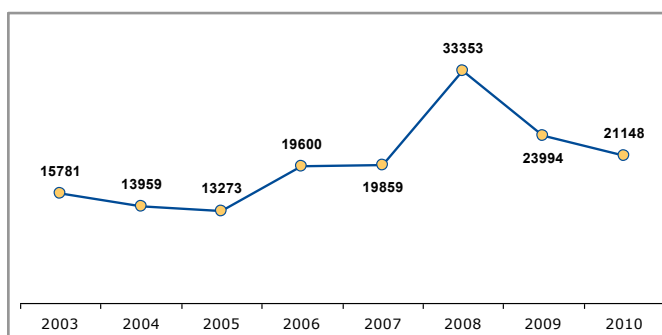


Contra-ordenações

A lei de estrangeiros estabelece um conjunto de deveres cujo incumprimento é sancionado por um elenco de contra-ordenações, competindo ao SEF a aplicação das respectivas coimas. Neste contexto merece destaque o regime contra-ordenacional que sanciona o emprego ilegal de estrangeiros enquanto instrumento de combate a este fenómeno.

De um total de **21.148 processos** de contra-ordenação instaurados em 2010, valor que representa um decréscimo de 11,9% face ao ano transacto, 20.443 reportam-se ao quadro legal de estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho) e 705 ao regime legal aplicável aos cidadãos da União Europeia e seus familiares em território nacional (Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto).

Contra-ordenações Instauradas – Evolução

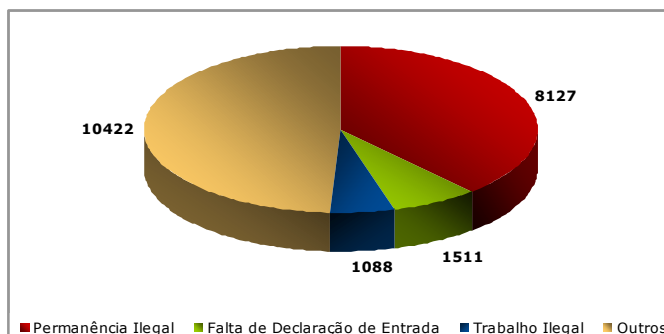


¹⁸ Artigo 139.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Em termos evolutivos, após um acréscimo acentuado de 2007 para 2008 (coincidente com a entrada em vigor da actual lei de estrangeiros então publicada), assiste-se a um decréscimo do número de processos instaurados.

No entanto, importa sublinhar o crescimento de contra-ordenações instauradas a entidades empregadoras pelo **exercício de actividade profissional não autorizada** de estrangeiros, facto indiciador do impacto positivo da actividade fiscalizadora do SEF. Se no período de 2008 (1.113) a 2009 (969) se verificou um decréscimo de 12,94%, os valores de 2010 (**1.088**) expressam um crescimento de 12,28% face ao ano precedente. Das entidades patronais constituídas arquivadas nos processos de contra-ordenação, por nacionalidade, relevam a portuguesa (805), a brasileira (171), a chinesa (45) e a indiana (10).

Contra-ordenações instauradas por tipo



No que respeita ao “**excesso de permanência**”¹⁹, de um total de **8.127** processos instaurados, salienta-se o decréscimo acentuado de nacionais do Brasil (4.884 em 2010 face a 8.232 em 2009). Em termos de relevância, sobressaem ainda os nacionais da Ucrânia (699), Cabo Verde (600), China (325) e Angola (293).

Relativamente à **falta de declaração da entrada**²⁰ por passagem em fronteira não sujeita a controlo, de um total de **1.511 processos** instaurados, realçam-se os nacionais do Brasil (558), Ucrânia (268), China (131), Turquia (38) e Moldávia (36).

Finalmente, o total de processos de contra-ordenação instaurados **por emprego de estrangeiros não habilitados**²¹ ascendeu a **969**. Saliente-se que a grande maioria das **entidades patronais** eram de nacionalidade portuguesa (756), seguindo-se as entidades de nacionalidade brasileira (117), chinesa (43) e polaca (9).

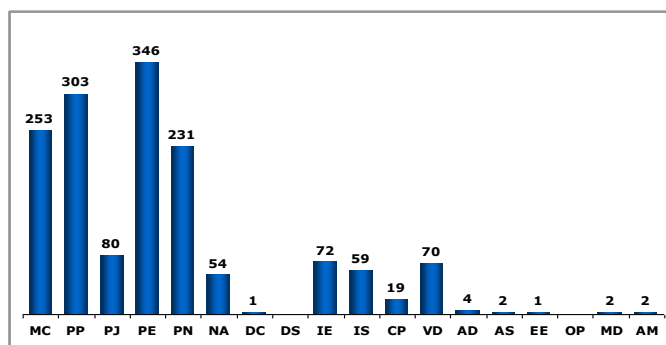
Medidas Cautelares

As medidas cautelares relativas a pessoas detectadas reportam-se à informação constante nas aplicações informáticas disponíveis no Sistema Integrado de Informações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SII/SEF) e respeitam a indivíduos procurados e/ou referenciados quer por unidades orgânicas do SEF, quer por entidades externas ao SEF (autoridades judiciais e órgãos de polícia criminal).

Deteção de Medidas Cautelares

Em 2010 foram detectadas **1.531 medidas cautelares**, valor muito similar ao ano transacto (1.524).

Por tipo de medida, sobressai o pedido de paradeiro no âmbito do processo administrativo de expulsão²² (346), o pedido de paradeiro de autoridade policial (303) e o mandado de captura (253).



¹⁹ Artigo 192.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

²⁰ Artigo 197.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

²¹ Artigo 198.º, n.º 2, da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

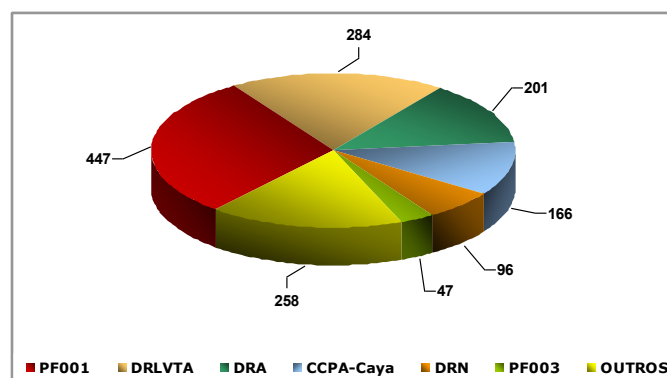
²² Paradeiro para Efeito de Expulsão – Artigo 141.º n.º 1, 148 e 161 da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Verificando-se uma estabilização dos valores de medidas cautelares detectadas desde 2008, evidencia-se, no entanto o ligeiro acréscimo de pedidos de paradeiro (+3,6%). O elevado acréscimo da descoberta de indicações de não admissão em território nacional (+145,5%) reflectirá, também, o facto de aquela medida ter sido implementada em 2009.

Medidas Cautelares ²³	2009	2010
Pedidos Paradeiro	938	972
Mandados Captura	316	266
Interdição de Entrada	114	72
Interdição de Saída	52	67
Não Admissível	22	54
Outras	82	100
TOTAL	1.524	1.531

Medidas Cautelares por Local de Detecção

Quanto às áreas de actuação onde as medidas foram detectadas, predomina a actividade de fiscalização das Direcções Regionais, Controlo de Fronteira e CCPAs. De sublinhar a expressividade da detecção de medidas cautelares nos cinco CCPAs existentes, indicador da relevância deste tipo de unidades de cooperação policial.



Medidas Cautelares	Pedidos Paradeiro	Interdição de Entrada	Interdição de Saída	Mandados Captura	Não Admissível	Outras	Total
PF Aérea	250	42	50	152	10	51	555
PF Marítima	5	0	0	1	0	1	7
CCPA	213	10	0	24	27	2	276
DRs	479	19	5	71	17	45	636
Investigação Criminal	2	0	0	0	0	0	2
Outros	23	1	12	18	0	1	55
TOTAL	972	72	67	266	54	100	1531

Indicações no âmbito da Convenção de Aplicação do Acordo Schengen

No domínio da cooperação policial no âmbito da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS), verificou-se um decréscimo generalizado das actividades desenvolvidas pelo Grupo Operativo do SEF no Gabinete SIRENE. No entanto ressalva-se a excepção do acréscimo relativo à eliminação de indicações relativas ao artigo 96.º da CAAS (estrangeiro não admissível nos Estados Schengen)

Sistema de Informação Schengen

Actividades do grupo operativo do SEF no Gabinete SIRENE	2010	2009
Descobertas de Indicações (HITS) em Portugal	636	689
Indicações portuguesas descobertas noutros EMs	88	128
Validação indicações artigo 96.º da CAAS: 856;	856	954
Eliminações do artigo 96º da CAAS	376	53
Revalidações de indicações do artigo 96.º da CAAS	708	963
Consultas solicitadas referentes a cartas de condução	3.646	4.343
Pedidos nacionais de cooperação policial (artigo 39.º da CAAS)	76	141
Pedidos externos de cooperação policial (artigos 39.º e 46.º da CAAS)	216	222

²³ Agrupamento de Medidas Cautelares: **Pedidos de Paradeiro** (Paradeiro Autoridade Policial; Paradeiro Autoridade Judicial; Paradeiro para Expulsão; Paradeiro para Notificação; Paradeiro em Processo de Asilo); **Mandados de Captura**; **Interdição de Entrada**; **Interdição de Saída**; **Não Admissível** (em território nacional); **Outros** (Detecção Simples; Cumprimento de Pena; Vigilância Discreta; Adulto Desaparecido; Declaração de Contumácia; Autorização de Saída)

"Testemunhos de Tráfico de Seres Humanos: Caso Nicolae"

NOTA INTRODUTÓRIA

O tráfico de seres humanos é um fenómeno criminal da maior gravidade, que põe em causa a pedra angular da nossa Constituição: a essencial dignidade da pessoa humana, proclamada logo no artigo 1º. Essencial dignidade significa dignidade igual de todos os seres humanos, independentemente de origem étnica, nacionalidade, sexo, filiação religiosa, ideologia política, situação social ou qualquer outro dos factores de discriminação proscritos pelo artigo 13º, nº 2, da Constituição.

Na verdade, o tráfico de pessoas transforma os seres humanos em simples mercadorias sujeitas a um comércio iníquo, constituindo, em rigor, o escravagismo dos tempos modernos. A gravidade deste fenómeno, que se traduz na perda de vidas, na afectação da integridade e na privação da liberdade das pessoas, é documentada pelo texto constitucional, que o refere no nº 3 do artigo 34º, permitindo, a título excepcional, a entrada no domicílio durante a noite para o prevenir e reprimir.

Para lhe dar resposta, a Revisão de 2007 do Código Penal consagra, no âmbito do tráfico de pessoas, referido a actividades de recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou extracção de órgãos, sveras, com

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

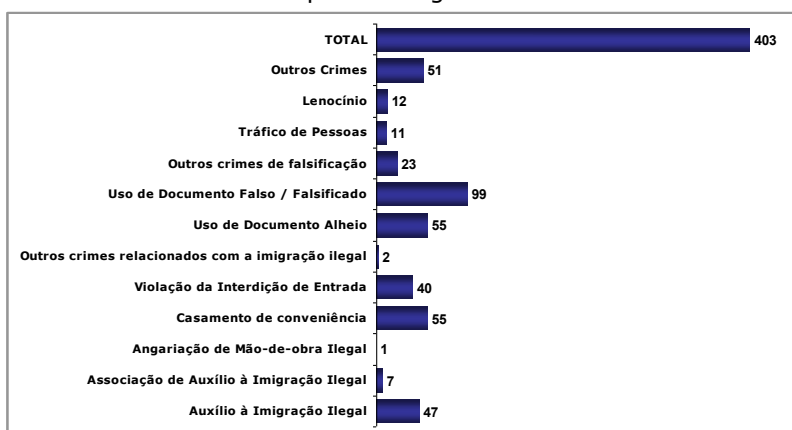
O SEF procede à averiguação e investigação criminal dos ilícitos criminais associados à de auxílio à imigração ilegal e outros com ele conexos, nomeadamente os crimes de tráfico de pessoas e de casamento de conveniência. Em particular, a crescente relevância do fenómeno do tráfico de seres humanos imputa ao SEF a adopção de uma linha de actuação focada no combate às redes de imigração e de mão-de-obra ilegais. De notar, ainda, a elevada complexidade da investigação deste tipo de criminalidade, em razão de factores como a organização, a transnacio-

Criminalidade participada e movimento processual

Em 2010 o SEF registou sob NUIPC 403 crimes, sendo o tipo de crime reportado mais expressivo o de uso de documento falso/falsificado (99), secundado pelos de casamento de conveniência (55) e uso de documento alheio (55).

No início de 2010, o número de processos pendentes em investigação²⁴ ascendia a 405 inquéritos. Considerando a distribuição pelo Ministério Público de 357 inquéritos para investigação e a conclusão de 348 processos no ano em análise, transitaram 427 processos para 2011.

Inquéritos registados



Movimento Processual	1. Pendente	2. Distribuídos	3. Concluídos Arquivamento	4. Concluídos Acusação	5. Transitados
TOTAL	420	357	128	220	427

Medidas Executadas

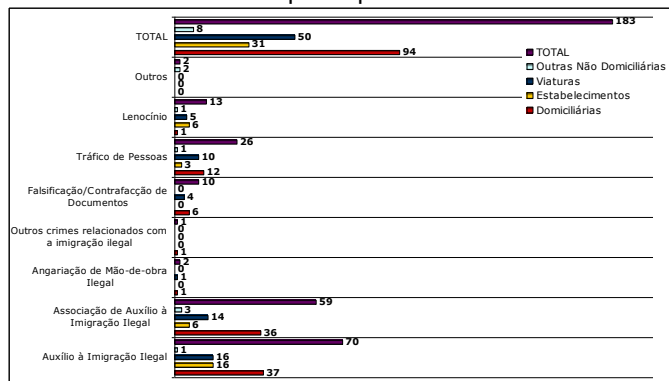
Em 2010, o SEF executou 183 buscas (94 domiciliárias, 31 a estabelecimentos, 50 a viaturas e oito buscas não domiciliárias), procedeu a um conjunto assinalável de apreensões, deteve 197 cidadãos por prática de ilícitos criminais e constitui 552 arguidos.



Buscas

Das 94 buscas domiciliárias, dá-se particular destaque aos crimes de auxílio à imigração ilegal (37) e associação de auxílio à imigração ilegal (36). Relativamente às 31 buscas efectuadas a estabelecimentos, evidenciam-se os crimes de auxílio à imigração ilegal (16), de associação de auxílio à imigração ilegal (6) e de lenocínio (6). As 50 buscas efectuadas a viaturas incidiram sobre os crimes de auxílio à imigração ilegal (16), associação de auxílio à imigração ilegal (14) e tráfico de pessoas (10). As 8 buscas não domiciliárias incidiram sobre os crimes de auxílio à imigração ilegal (3) e associação de auxílio à imigração ilegal (5).

Buscas por Tipo de Crime



²⁴ A instrução de processos-crime pelo SEF é realizada pela DCIPAI e Direcções Regionais dos Açores, Algarve, Centro, Madeira e Norte.

Apreensões

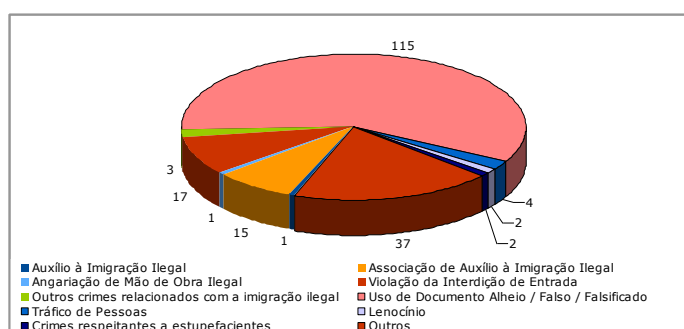
Em termos de apreensões efectuadas em 2010, destacam-se 511 documentos, 18.174 euro, 3.100 libras (GBP) e 1.033 dólares americanos (USD), bem como 4 armas e 8 viaturas. Relativamente às apreensões de documentos, por crime em que foram utilizados, sobressaem as seguintes tipologias: crimes de uso de documento falso/falsificado (156) e alheio (115), auxílio à imigração ilegal (107) e tráfico de pessoas (85). Em termos de viaturas apreendidas, a repartição faz-se da seguinte forma: crimes de associação de auxílio à imigração ilegal (5), auxílio à imigração ilegal (2) e lenocínio (1).

Apreensões / Tipo do Crime	Arma	Documentos	Numerário		Viaturas	Outras
			(Euro)	(outras divisas)		
Auxílio à Imigração Ilegal	1	107	0	0	2	7
Associação de Auxílio à Imigração Ilegal	0	4	15.150	3.100	5	73
Angariação de Mão-de-obra Ilegal	0	1	0	0	0	0
Violação da Interdição de Entrada	0	1	0	0	0	0
Outros crimes relacionados imigração ilegal	0	1	0	0	0	3
Uso de Documento Alheio	0	115	0	0	0	0
Uso de Documento Falso / Falsificado	0	156	0	0	0	0
Falsificação/Contrafacção de Documentos	0	41	0	0	0	0
Outros crimes de falsificação	0	0	0	0	0	0
Tráfico de Pessoas	1	85	2.617	1.033	0	7
Lenocínio	2	0	407	0	1	1
Crimes contra o património em geral	0	0	0	0	0	2
TOTAL	4	511	18.174		8	93

Detenções

No âmbito da vertente de investigação criminal o SEF procedeu à **detenção de 197 cidadãos**. Das 115 detenções associadas à fraude documental é de realçar as efectuadas por uso de documento falsificado (67), bem como pelo uso de documento alheio (43). Assinalam-se ainda as detenções por violação da medida de interdição de entrada (17), bem como as relativas a "Outros" (37) que, na sua maioria, se referem ao cumprimento de mandados de detenção.

Detenções por Tipo de Crime

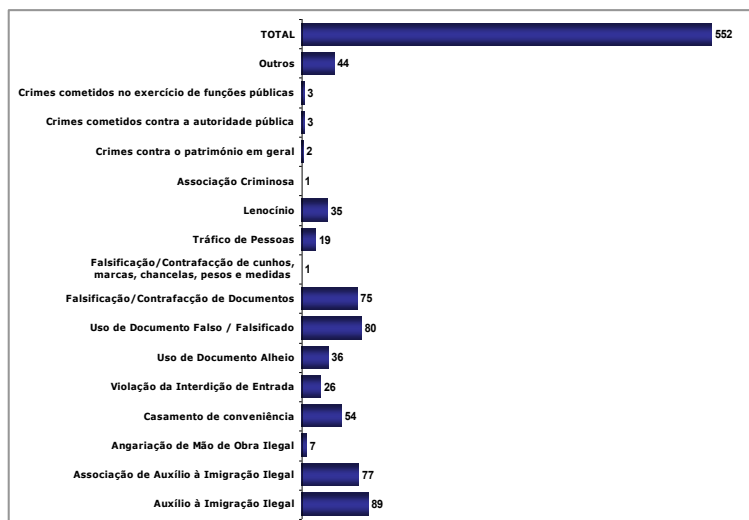


Arguidos

Em 2010 foram **constituídos 552 arguidos** em sede de processos-crime, destacando-se o número de cidadãos portugueses (184), secundados pelos de nacionalidade brasileira (113).

TOTAL		ARGUIDOS
		552
PRINCIPAIS NACIONALIDADES	Portugal	184
	Brasil	113
	Desconhecidos	36
	Cabo-verde	22
	Guiné-Bissau	21
	Índia	18

Arguidos constituídos por tipo de crime



Por tipo de crime, destacam-se os arguidos constituídos por auxílio à imigração ilegal (89), uso de documento falso/falsificado (80), associação de auxílio à imigração ilegal (77), falsificação de documentos (75) e ainda por casamento de conveniência (54).

Medidas de Coacção

As medidas de coacção mais gravosas (prisão preventiva e domiciliária) estão relacionadas com criminalidade mais complexa, nomeadamente a associação de auxílio à imigração ilegal (preventiva: 7; domiciliária: 1) e auxílio à imigração ilegal (preventiva: 2). Destaque ainda 6 indicações para colocação em CIT e o encerramento de 5 estabelecimentos.

Vitimação

No decurso de 2010 o SEF sinalizou **208 vítimas** de crimes, constituindo as nacionalidades mais relevantes a brasileira (129), romena (25) e portuguesa (15).

Em termos do tipo de crime, destaca-se o lenocínio (53), o tráfico de pessoas (41) e o auxílio à imigração ilegal (36).

O encaminhamento de potenciais vítimas para o mecanismo de regularização documental²⁵ em território nacional beneficiou 19 pessoas, vítimas de crimes de auxílio à imigração ilegal (10), tráfico de pessoas (8) e lenocínio (1).

Vítimas sinalizadas

Auxílio à Imigração Ilegal 36	Lenocínio 53	Tráfico de Pessoas 41
Brasil 13	Brasil 34	Brasil 26
Ucrânia 5	Roménia 11	Roménia 13
Índia 5	Outros 8	Outros 2
Outros 11		

²⁵ Artigo 109.º e seguintes da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Resultados qualitativos e medidas técnicas

No quadro da actuação do SEF nesta área, em 2010 deve realçar-se o processo designado por **“Trufas-Odessa”**²⁶, O julgamento decorreu nas Varas Criminais de Lisboa, tendo ficado provados os crimes de associação de auxílio à imigração ilegal, auxílio à imigração ilegal e falsificação ou contrafacção de documento. Neste processo foram condenados 6 arguidos (todos de nacionalidade ucraniana) a penas entre 1 ano e 7 anos de prisão efectiva. Os dois principais arguidos foram ainda condenados em pena de expulsão acessória por um período de 6 anos.

Neste processo verificou-se, pela primeira vez, a condenação de uma pessoa colectiva pela prática dos crimes de auxílio à imigração ilegal e falsificação ou contrafacção de documento, com pagamento de multa de 500 dias ao Estado à taxa diária de 100 euros.

Através da actividade de investigação criminal do SEF, em 2010 foi possível identificar e **desmantelar duas redes de auxílio à imigração ilegal e tráfico de seres humanos**, com ligações na Polónia. Uma das redes era controlada por cidadãos do leste europeu e a outra por cidadãos asiáticos. Ambas procediam à introdução de imigrantes e/ou vítimas em território nacional, com recurso a contratos de trabalho fraudulentos, visando a legalização da situação documental em Portugal.

Deve também sublinhar-se que o SEF tem dado particular atenção à tentativa de **utilização de meios de prova fraudulentos** (contratos de trabalho falsos, casamento de conveniência) para regularização da situação documental em território nacional, por cidadãos sul-americanos, africanos subsarianos, magrebinos e oriundos do subcontinente indiano.

Em termos instrumentais, o ano de 2010 ficou também marcado pela **adopção de um novo sistema de recolha de informação estatística para a vertente de investigação criminal do SEF**. O novo sistema procurou a harmonização de conceitos e a uniformização de procedimentos relativos à recolha e tratamento de informação, promovendo a qualidade e coerência das fontes.

O SEF promoveu, ainda, em 2010 **dois programas de Prevenção da Criminalidade associada à imigração**, vocacionados, nomeadamente, para a sensibilização sobre a problemática do tráfico de seres humanos: **“Não Está à Venda”** e **“Saferdicas”**.

²⁶ Operação policial iniciada na sequência de uma investigação da detecção de um visto falsificado no Algarve, foi desencadeada em Portugal, Espanha e Itália – com o apoio das entidades competentes para o controlo de fronteiras da Polónia, Hungria e Eslováquia –, levando à detenção de cidadãos estrangeiros, com base em fortes indícios nos autos por associação criminosa, associação de auxílio à imigração ilegal, tráfico de pessoas, extorsão, falsificação de documentos e corrupção activa e passiva para acto ilícito. Esta operação contou com o recurso prévio aos mecanismos de coordenação das Magistraturas Europeias / EUROJUST, para além da EUROPOL, tendo sido emitidos, entre outros, 14 Mandados de Detenção Europeu.

Relativamente ao Programa “**Não Estás à Venda**”, implementado em 2007, ter por objectivo a sensibilização para a questão do tráfico de seres humanos de estudantes, trabalhadores da área da saúde e outros agentes que lidam com áreas problemáticas de cariz social. Desde então, foram realizadas acções em cerca de 400 escolas por Inspectores do SEF e respondidos 13.500 questionários e distribuídos 35.000 livros do “Não estás à venda”. No ano em apreço foram realizadas 40 acções, contando com a participação de 3.800 pessoas.

Assinala-se também a expansão deste programa a Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Angola.

O lançamento da Campanha “Saferdicas” visa alertar para os perigos e cuidados a ter na utilização da Internet nomeadamente, em relação ao recrutamento para tráfico de seres humanos. Foram já realizadas 6 acções de sensibilização com cerca de 350 participantes. Neste âmbito foi elaborada uma publicação intitulada “Saferdicas”.





FRAUDE DOCUMENTAL

A detecção de fraude documental decorre das actividades de identificação e peritagem documental, em especial no que se refere a documentos de viagem e de identidade.

Detecção de Fraude Documental

Em 2010 foram registadas **572 detecções** de fraude documental relativas à utilização de documentos de viagem, de identificação e de residência, representando uma variação de -15,63% face a 2009 (678).

Esta descida sustentada, que se verifica desde 2007, não expressa uma situação circunstancial, exclusivamente nacional, antes reflectindo uma tendência generalizada à escala global. No caso português há a salientar a adopção de medidas de reforço da segurança documental e a introdução de dados biométricos em documentos de viagem, nomeadamente a consolidação dos projectos do passaporte electrónico português (PEP), RAPID, PASSE, bem como o incremento da formação na área da documentação de segurança e o combate à fraude documental. De resto, no domínio da documentação de segurança, o SEF continua a afirmar-se como uma entidade de referência a nível europeu e internacional.

Detecções por Tipo de Fraude

Por tipo de fraude, destaca-se a utilização de **documento alheio** (227) e de documentos **contrafeitos** (83). O crescimento da utilização de documento alheio afigura-se como uma reacção ao reforço generalizado da segurança física e lógica dos documentos e à alteração do paradigma tradicional da fraude. De salientar que este tipo de fraude é o único que apresenta uma tendência crescente (+10,19%).

Tipo de Fraude Documental		
Utilização de documento alheio	227	↗
Documentos contrafeitos	83	↘
Substituição de página (s)	71	↘
Substituição de fotografia	60	↘
Vistos falsos ou falsificados	31	↘
Carimbos falsos ou falsificados	31	↘

Os restantes tipos de fraude apresentaram variações negativas, sendo de sublinhar a redução acentuada da emissão fraudulenta de documentos (-82,69%). A utilização de documentos contrafeitos (-4,60%), substituição de página(s) (-10,13%), substituição de fotografia (-35,48%), vistos falsos ou falsificados (-38,00%), e carimbos falsos ou falsificados (-27,91%) constituem as variações quantitativamente mais relevantes. De assinalar ainda uma redução de 80% da utilização de documentos fantasistas (1), bem como de 33,33% de documentos furtados em branco (6).

O tipo de documento fraudulento mais relevante é o passaporte ordinário (374), que registou um decréscimo de 16,14%, secundado pelas autorizações de residência (111) e por outros documentos (14).

Locais de detecção

Os documentos com fraude são detectados, essencialmente, nos postos de fronteira (547). No ano em apreço, foram detectados primordialmente no Aeroporto de Lisboa (541), representando 94,6% do total de documentos detectados (572). O Aeroporto de Faro (5) e o Aeroporto de Ponta Delgada (1) constituem os restantes postos de fronteira onde se detectou fraude documental.

Nos CCPA foram detectados 8 documentos fraudulentos, nomeadamente em Vilar Formoso (7) e Castro Marim (1).

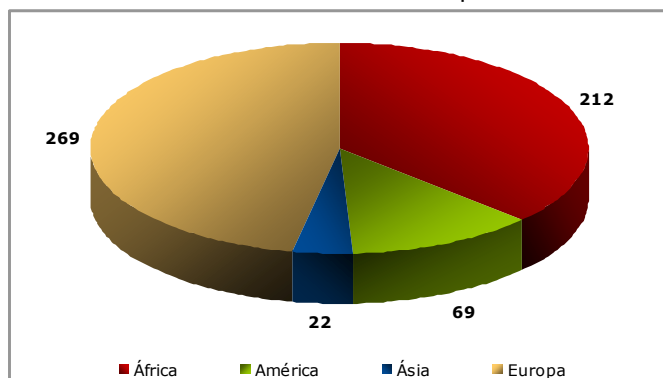
Nacionalidade dos documentos

Os documentos mais utilizados para a fraude são de origem europeia (269) e africana (212), sendo os países mais representativos Portugal (81), Guiné-Bissau (68), França (47), Guiné (Conacri) (42), Espanha (33), Nigéria (28), Itália (26), Angola (17), Senegal (17), e a Bélgica (13).

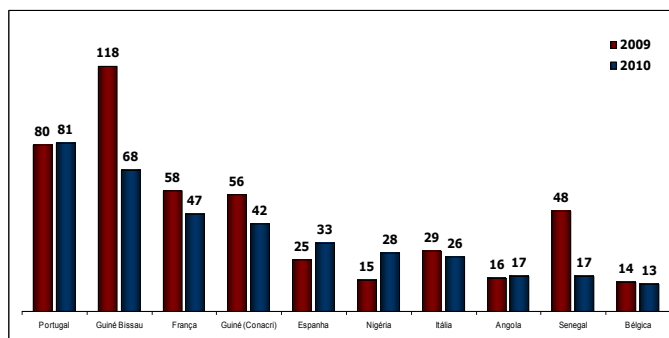
De notar que se verificou um acréscimo da fraude documental associada a documentos de origem europeia de 9,35% face a valores de 2009.

A predominância na utilização fraudulenta de **documentos europeus** (269) resulta do recurso à utilização de documentação alheia (154) e da contrafacção (21,6%). Por nacionalidade dos documentos, evidencia-se a fraude associada a documentos portugueses (81), franceses (47), espanhóis (33) e italianos (26).

Nacionalidade dos documentos por continente



Nacionalidade dos documentos por países



No que concerne aos documentos portugueses, registou-se um ligeiro aumento (1,3%) relativamente a 2009 (80). Por tipo de documento, destaca-se a intercepção de 107 autorizações de residência (47 portuguesas), 99 passaportes ordinários (25 portugueses) e 35 bilhetes de identidade (8 portugueses).

No que respeita ao **continente africano**, foram detectados 212 documentos fraudulentos, tendo-se verificado uma redução de 30% relativamente ao ano transacto.

Do conjunto de países africanos de língua oficial portuguesa, em 2010 foram detectados 86 documentos fraudulentos, verificando-se uma descida de 39,9%, face ao ano de 2009.

Por nacionalidade dos documentos, enumeram-se a Guiné-Bissau (68), Angola (17) e Cabo Verde (1).

Quanto ao tipo de documento, destacam-se a utilização de passaportes ordinários (78), seguido de bilhetes de identidade (6) e passaportes de serviço (2).

O tipo de fraude mais relevante foi a utilização de documento alheio (26), a substituição de fotografia (15), o carimbo falso/falsificado (12), o visto falso/falsificado (10) e a emissão indevida (10).

Salienta-se que, da comunidade PALOP, a Guiné-Bissau continua a ser a nacionalidade mais representativa em matéria de utilização de documentação fraudulenta, pese embora uma descida de 42,4% face a 2009.

No que se refere aos restantes países de África, assinala-se a tendência para a diminuição da fraude em documentação senegalesa (-64,58%). Por outro lado, a Guiné Conacri confirma-se como a nacionalidade mais representativa do continente africano extra PALOP, com 42 documentos detectados, verificando-se, contudo, um decréscimo da detecção de documentos fraudulentos (-25%).

Quanto à tipologia da fraude associada, salienta-se a substituição de fotografia (11), a utilização de documento alheio (9), o visto falso/falsificado (7) e a alteração de dados (6).

Nas restantes nacionalidades, evidenciam-se a Nigéria (28) com um crescimento acentuado (+86,67%), a Gâmbia (9), a Namíbia (7) e a Serra Leoa (5).

Relativamente aos países do **continente americano**, foram detectados 69 documentos fraudulentos (-22,5%), destacando-se o Brasil (-40%) e a Guiana (+200%) como as nacionalidades mais visadas, com 12 documentos cada. No que respeita aos documentos da Guina, deve acrescentar-se que os seus portadores declararam, maioritariamente, ser nacionais daquele país. Geralmente eram portadores de passaporte ordinário, com substituição de fotografia, e bilhete de identidade contrafeito. As detecções ocorreram em trânsitos no Aeroporto de Lisboa, provenientes de Bissau, com destino a várias cidades do Brasil e vice-versa.

Quanto aos restantes documentos de países do continente americano, destacam-se os EUA (9), a Venezuela (9) e o Canadá (6). Por tipo de fraude, sobressai a substituição de página (21), seguida da utilização de documento alheio (11), a contrafacção (11), a substituição de fotografia (8) e a alteração de dados (6).



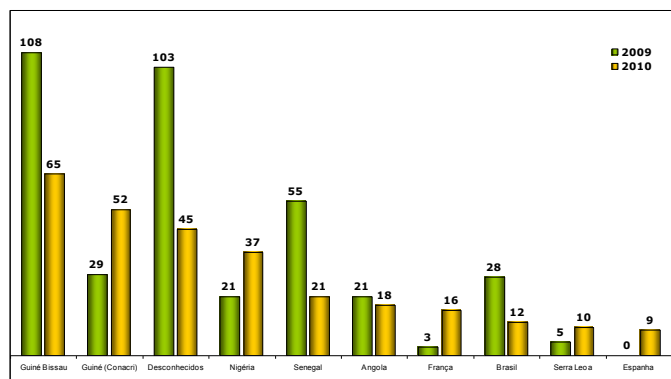
Do **continente asiático** foram detectados 22 documentos com fraude, predominando os sete originários da Malásia (6 passaportes com substituição de página e 1 bilhete de identidade contrafeito), correspondendo a um acréscimo de 133,3% face a 2009. A maioria dos portadores destes documentos foi interceptada no Aeroporto de Lisboa, em trânsito do Brasil para Londres.

Deste continente evidencia-se ainda a detecção de documentos da Índia (3), Japão (3) e da República Popular da Coreia (3). Por tipo de fraude, a maior parte foi constituída pela substituição de página (15), secundada pela substituição de fotografia (2), contrafacção (2), emissão indevida (2) e carimbo falso/falsificado (1).

Nacionalidade do portador

A caracterização do portador de documentos fraudulentos constitui um elemento de grande relevância para a prevenção deste tipo de ilícito. Em termos de nacionalidades do portador, dos 420 indivíduos detetados em 2010 com documento fraudulento (-17,5%) 244 são de nacionalidade africana (Guiné-Bissau: 65, Guiné Conacri: 52, Nigéria: 37, Senegal: 21 e Angola 18) e 45 de nacionalidade desconhecida.

Fraude Documental: nacionalidade dos portadores



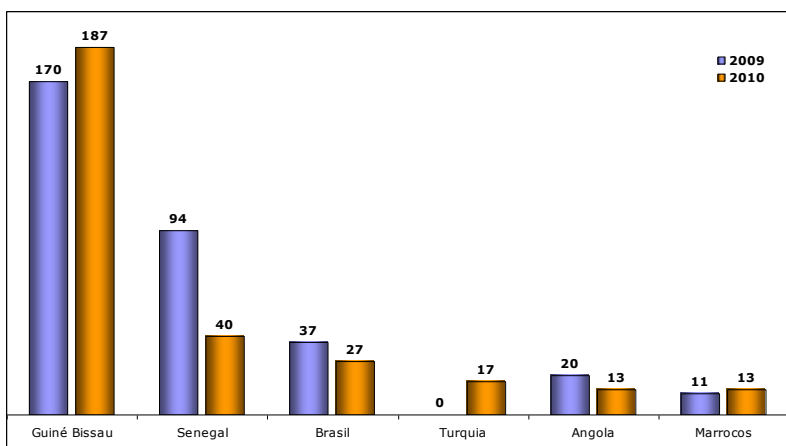
A Guiné-Bissau permanece como a principal nacionalidade em termos de portadores, apesar da quebra verificada em 2010 (-39,81%). Destaca-se ainda o crescimento significativo de fraude documental referente a nacionais da Guiné Conacri (+79,31) e da Nigéria (+76,19%). Por outro lado, nota-se o decréscimo de nacionais do Senegal (-61,82%) e Cabo Verde (-64,71%). Relativamente ao Senegal, a tendência verificada desde 2007 é comum ao número de documentos e aos seus portadores (91,2% documentos e 84,8 % portadores).

Fluxos Migratórios – Proveniência e Destino

Em 2010 o afluxo de portadores de documentos fraudulentos (331) decresceu face ao ano anterior (-16,83). O continente africano (265) constituiu a origem mais expressiva de portadores de documentos fraudulentos, secundado pelos continentes americano (34) e o europeu (32). Em termos de variação face ao ano anterior, destaque para o decréscimo dos continentes americano (-35,85%) e africano (-17,19%). O continente europeu assistiu a um acréscimo de 28% no número de portadores de documentos fraudulentos.

Fraude Documental: proveniência dos portadores

Por nacionalidade, a Guiné-Bissau (187) e o Senegal (40) constituem as origens mais expressivas, em matéria de utilização de documentos fraudulentos, seguidas do Brasil (27), Turquia (17), Angola (13) e Marrocos (13) (figura 14).

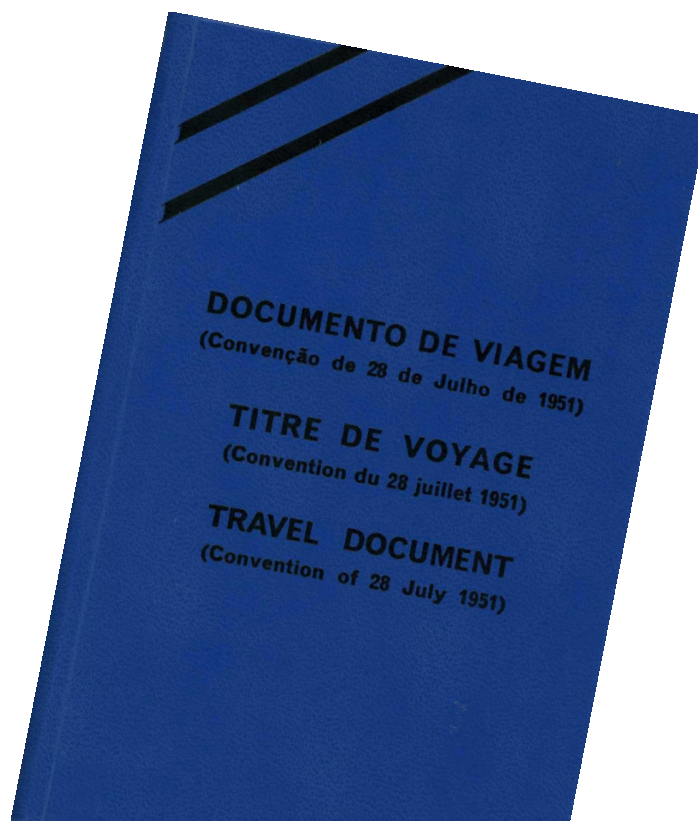


Em relação aos destinos, verificou-se que os portadores de documentos fraudulentos (77) tinham por destino privilegiado o Canadá (49), sendo também de realçar outros, dentro da União Europeia, como França (6), Espanha (3) e Irlanda (3).

Medidas Adoptadas

Portugal, enquanto organizador e moderador da Conferência Internacional da Fraude de Imigração 2010 (Carcavelos, Setembro de 2010), conduziu um estudo que permitiu a identificação de diversos factores explicativos do decréscimo global na detecção de documentos fraudulentos.

Fraude Documental: Factores explicativos da sua redução	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Aumento da eficiência/eficácia da cadeia de identidade (reforço electrónico da segurança documental)	Fraude e roubo de identidade
Formação e actualização dos funcionários (tempo/oportunidade)	Crise económica global
Partilha e disponibilização de informação (tempo/oportunidade)	Automatização e confiança nos equipamentos (excesso de confiança e fiabilidade)
Política de emissão de vistos (biometria - foto e impressões digitais)	Fraude digital (dimensão, novidade, monitorização)
	Necessidade de formação e actualização (forças de segurança e serviços de emissão de documentos)
	Imigração ilegal (percursos e meios alternativos: falsos estatutos de estudante e casamentos de conveniência)



ASILO E PROTECÇÃO INTERNACIONAL

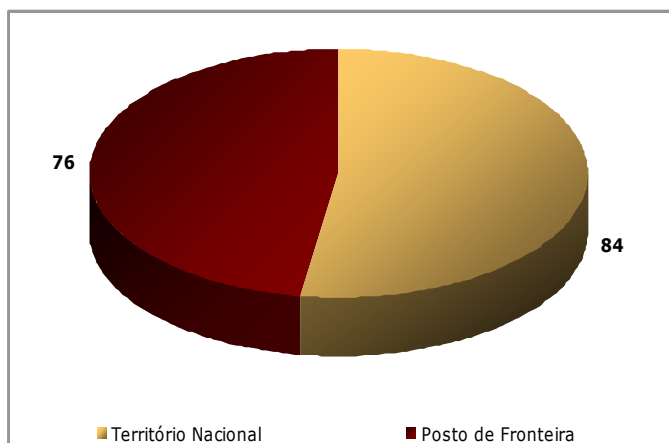
Os Estatutos de Protecção concedidos em Portugal assentam num acervo de instrumentos jurídicos comunitários (Directiva 2004/83/CE do Conselho, de 29 de Abril, sobre as normas mínimas relativas às condições a preencher por nacionais de países terceiros ou apátridas para beneficiar do estatuto de refugiado ou protecção internacional, e a Directiva 2001/55/CE do Conselho, de 20 de Julho, que estabelece as normas mínimas em matéria de concessão de protecção temporária no caso de afluxo massivo de pessoas deslocadas) e nacionais (Constituição da República Portuguesa, Lei de Asilo (Lei n.º 27/2008 de 30 de Junho) e Lei de Estrangeiros.)

Asilo e Protecção Internacional

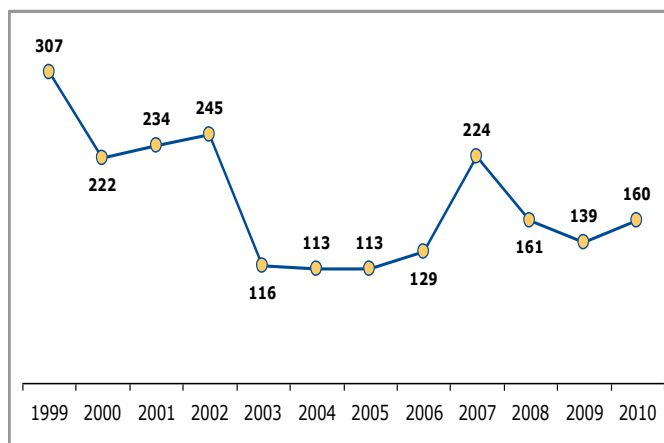
Em 2010 os **pedidos de asilo**²⁷ em Portugal ascenderam a **160**, o que expressa um aumento de 15,11 % face a 2009. Do total de pedidos, 84 foram formulados em território nacional (52,50%), e 76 em Postos de Fronteira (47,50%). De notar que 72,50% dos estrangeiros que requereram tal protecção eram do género masculino.

O facto do número de pedidos de asilo ter uma expressão diminuta em Portugal, quer em termos absolutos, quer no contexto europeu, impede a identificação de tendências ou padrões claros, ao longo da última década.

Pedidos de asilo - local do pedido

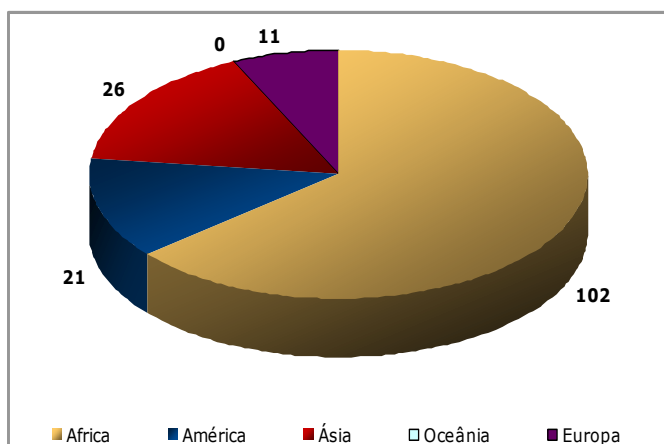


Pedidos de asilo- evolução



A maioria dos pedidos foi apresentada por cidadãos africanos (63,75%), com destaque para nacionais da Guiné Conacri (43), Angola (12), Guiné-Bissau (10) e República Democrática do Congo (9). Do continente asiático, o segundo mais relevante para este efeito (16,25%), a principal nacionalidade foi a iraniana (6). Relativamente ao continente americano (13,13%), destaca-se a Colômbia (16). A Europa (6,88%) teve como principal nacionalidade de requerentes de asilo a russa (5).

Requerentes de asilo por área geográfica



²⁷ De forma a minimizar o risco de identificação, subjacente ao princípio do segredo estatístico, no âmbito do asilo e protecção internacional, os dados sobre nacionalidade inferiores a cinco (5) são omitidos.

No ano em apreço foram concedidos 6 **estatutos de refugiado** a nacionais de países africanos e asiáticos, duplicando o valor face ao ano transacto. Em paralelo, no quadro da **protecção internacional**, foram concedidas 51 autorizações de residência por razões humanitárias (45 em 2009), maioritariamente a nacionais de países africanos (31) e dos continentes americano (16) e asiático (4).

Sobressai ainda a apresentação de 7 pedidos de asilo por menores desacompanhados, todos nacionais da Guiné Conacri, do género masculino e com idades compreendidas entre os 16 e 17 anos.

Durante 2010 foram renovados 39 títulos de refugiado e 69 autorizações de residência por razões humanitárias, procedimentos que implicam tratamento muito similar à instrução de um novo pedido de protecção internacional.

Em termos de **reinstalação**, dando continuidade às políticas nacionais de acolhimento e apoio aos beneficiários de protecção internacional, no quadro da Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2007, de 12 de Julho²⁸, durante o ano de 2010 foram reinstalados em Portugal 33 refugiados sob protecção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Estes refugiados encontravam-se em países como Ucrânia, Síria, Líbia, Bielorrússia e Moçambique. Das sete nacionalidades de refugiados reinstalados, destacam-se os nacionais do Iraque (13), República Democrática do Congo (7) e Afeganistão (6). Quanto ao género, 23 eram do sexo feminino e 10 do sexo masculino.

No quadro da transferência intra-comunitária de beneficiários de protecção internacional num determinado Estado Membro da União (**recolocação**), e no âmbito da solidariedade europeia manifestada a Malta, Portugal acolheu no seu território 6 beneficiários, ao abrigo do Projecto "Eurema".

No âmbito da aplicação do **Regulamento de Dublin**²⁹, Portugal realizou 15 pedidos a outros Estados Membros, efectuou 7 transferências e recebeu 42 pedidos de outros Estados Membros.



²⁸ Este diploma estabelece o objectivo de promover a criação de condições para conceder anualmente, no mínimo, asilo a 30 pessoas, designadamente para fazer face aos pedidos de reinstalação de refugiados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 15/98, de 26 de Março.

²⁹ Regulamento 343/2003, de 18 de Fevereiro.

Medidas técnicas e administrativas

O SEF e o CPR participaram no Projecto “Cooperação Prática entre Estados-Membros em Matéria de Reinstalação”, implementado pelo ACNUR, OIM e *International Catholic Migration Commission* (ICMC), destinado a reforçar a **co-operação** neste domínio da selecção de refugiados e da integração.

Na vertente do **acolhimento** foi promovido o projecto “Uma nova oportunidade para os Reinstalados”, a cargo do CPR, com financiamento do Fundo Europeu para os Refugiados³⁰ 2010. Neste projecto destacam-se as seguintes actividades: acolhimento e integração de refugiados reinstalados; curso de Português / Língua Estrangeira (intensivo); revisão do programa de orientação cultural; promoção do voluntariado dos reinstalados; consolidação de uma rede de trabalho para a reinstalação. Os grupos a reinstalar serão previamente identificados pelo ACNUR, em articulação com o SEF, cabendo ao CPR proceder ao seu acolhimento inicial. O apoio a prestar a estes grupos de refugiados é semelhante ao providenciado aos requerentes de asilo que chegam espontaneamente.

Em termos de capacitação na resposta aos pedidos de protecção internacional, em 2010 foram desenvolvidas **acções de qualificação** de elementos do SEF com actuação ao nível do encaminhamento de pedidos de protecção internacional. Por outro lado, foram estabelecidas regras harmonizadas de procedimentos para promoção da qualidade do serviço, tendo sido possível alcançar um tempo médio de instrução na 2ª fase dos pedidos inferior em 15% ao prazo legal.

³⁰ http://fundoscomunitarios.mai.gov.info/wp-content/uploads/2007/07/PA_2010_FER.pdf.



NACIONALIDADE

O actual regime legal de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa³¹ alargou significativamente o acesso à nacionalidade, ao reconhecer o estatuto de cidadania a quem tenha fortes laços com Portugal.

O presente quadro legal atribui a nacionalidade portuguesa de origem aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores aqui tiver nascido e aqui residir ao tempo do nascimento do filho, bem como aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que se não encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declararem que querem ser portugueses, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há, pelo menos, cinco anos.

No domínio da aquisição da nacionalidade, foi consagrado o direito subjectivo à naturalização por parte dos menores nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se, no momento do pedido, um dos progenitores aqui residir legalmente há cinco anos ou se o menor aqui tiver concluído o primeiro ciclo do ensino básico.


Em termos de direito adjectivo, a nova lei determina que todas as decisões de atribuição e de aquisição de acesso à nacionalidade portuguesa passassem a ser competência do Ministério da Justiça, cabendo ao SEF a emissão de parecer.

Pelo seu impacto ao nível da comunidade estrangeira em Portugal, deve assinalar-se que a aplicação do novo quadro legal fez aumentar substancialmente o número de estrangeiros que, desta forma puderam aceder à nacionalidade portuguesa.

Em termos de atribuição da nacionalidade portuguesa, e no quadro das competências do SEF neste domínio, foram solicitados 32.415 pedidos de parecer ao Serviço, tendo sido emitidos 17.376 pareceres (17.095 positivos e 281 negativos³²). Neste âmbito foram ainda emitidas 14.319 certidões.

Dos pedidos de parecer formulados, relevam por nacionalidade, os relativos ao Brasil (8.076), Cabo Verde (4.873), Angola (3.259), Ucrânia (3.060) e Guiné-Bissau (2.283).

Deste modo, destacam-se os Países de Língua Oficial Portuguesa, que integraram as primeiras vagas imigratórias para Portugal, e evidencia-se o crescimento das nacionalidades moldava e ucraniana, cujo grande afluxo ocorreu na transição do século XX para o XXI.

	Pedidos de Parecer	Pareceres Concedidos	Certidões Emitidas
Total	32.145	17.376	14.319
Principais Nacionalidades	Brasil (8.076) Cabo-Verde (4.873) Angola (3.259) Ucrânia (3.060) Guiné-Bissau (2.283)	Brasil (4.027) Cabo-Verde (2.873) Moldávia (1.713) Angola (1.642) Guiné-Bissau (1.319)	Cabo-Verde (2.479) Brasil (2.322) Angola (1.851) Moldávia (1.402) Ucrânia (1.302)

³¹ Lei Orgânica n.º 2/2007, de 17 de Abril.

³² Os pareceres negativos são emitidos com base em razões de segurança interna, existência de medidas cautelares nacionais ou internacionais, e não habilitação de título de residência.



INTEGRAÇÃO

O SEF tem contribuído de forma decisiva na implementação das políticas nacionais de integração de imigrantes, em especial no que se refere à gestão da imigração legal e na área documental, bem assim como no combate à criminalidade direccionada aos imigrantes e na salvaguarda dos direitos que lhes estão legalmente conferidos.

Neste contexto e para os efeitos que ora relevam, a recente avaliação feita pelo MIPEX III³³ (Índice de Políticas de Integração de Migrantes) coloca Portugal no primeiro lugar do *ranking* das políticas de reagrupamento familiar (direito cujo reconhecimento é da competência do SEF), bem como o quarto lugar no acesso dos imigrantes a autorizações de residência permanentes.

Prosseguindo e concretizando esta vertente da sua actuação, em 2010 o SEF deu continuidade a um conjunto determinante de programas e acções tendentes à promoção da integração de imigrantes e ao diálogo e interacção com os demais intervenientes relevantes nos processos migratórios.

Programa “SEF em Movimento”

O Programa “SEF em Movimento” visa aproximar e facilitar o relacionamento dos cidadãos com o SEF, direccionando um conjunto de serviços, nomeadamente na vertente documental, a grupos vulneráveis de cidadãos com dificuldades de deslocação ao Serviço (doentes, idosos, crianças). Direccionando a política de atendimento e acompanhamento aquele público-alvo, o SEF em Movimento contribui activamente para integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, através da regularização da situação documental.

	Entidades Sociedade Civil	Direcção-Geral dos Serviços Prisionais	SEF vai à Escola
	Beneficiários	1.351	128
Principais Nacionalidades	Cabo-Verde (334) Brasil (269) Angola (196) Tailândia (147) Guiné-Bissau (147)	Cabo-Verde (16) Brasil (8) Guiné-Bissau (7) Marrocos (7)	Brasil (278) Cabo-Verde (181) Guiné-Bissau (126)

Para o efeito, como elemento central deste programa, destaca-se o reforço da colaboração com outras entidades, designadamente:

- Parcerias com diversas entidades da administração pública e da sociedade civil³⁴;
- Protocolo de Cooperação com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, visando facilitação da comunicação de estrangeiros reclusos com o SEF e resolução da sua situação documental, na perspectiva da sua reinserção social³⁵;

O “SEF em Movimento” integra ainda o Projecto *SEF vai à Escola*, visando a sensibilização de imigrantes e de instituições para a relevância da legalização de jovens imigrantes em situação irregular, que frequentem estabelecimentos de ensino. Este projecto conta com a colaboração do Ministério da Educação.

No âmbito do Programa SEF em Movimento, em 2010 beneficiaram de atendimento e aconselhamento 1.351 cidadãos estrangeiros, destacando-se as nacionalidades cabo-verdiana (334), brasileira (269), angolana (196), tailandesa (147) e guineense – Bissau (147).

³³ O MIPEX III integra o projecto *Outcomes for Policy Change* (Resultados para a Mudança de Política), co-financiado pelo *European Fund for the Integration of Third-Country Nationals*/Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros e liderado pelo British Council e pelo Migration Policy Group.

³⁴ Associação Cultural do Moinho da Juventude (Buraca – Amadora), Câmara Municipal de Loures (no âmbito do Contrato Local de Segurança), Centros Educativos do Instituto de Reinserção Social, Junta de Freguesia Agualva-Cacém.

³⁵ Sem prejuízo da salvaguarda das questões atinentes à segurança interna, no que concerne à execução de medidas de afastamento de reclusos estrangeiros, em particular no que se refere à documentação para este efeito.

No quadro do Protocolo SEF/DGSP, o número de beneficiários ascendeu a 128, sendo a nacionalidade mais representativa a cabo-verdiana, com 38 cidadãos.

No que refere ao “SEF vai à Escola”, no decurso de 2010 este programa foi alargado a novas instituições, nomeadamente à CERC (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados). Foram promovidas 725 acções de legalização/sensibilização e legalizados 757 jovens, e destacando-se a nacionalidade brasileira (278), seguida da cabo-verdiana (181) e guineense Bissau (126).



SISTEMA ISU – Interface SEF-Universidades

Em 2010, o SEF procedeu ao lançamento do **Sistema ISU – Interface SEF-Universidades**. Este sistema destina-se à Certificação Simplificada de Cidadãos Estrangeiros no Acesso ao Ensino Superior, agilizando o processo de validação da situação dos alunos nacionais de países terceiros que pretendam matricular-se numa instituição de ensino superior portuguesa ou que nela se encontrem a estudar. Através deste sistema o SEF valida *online* a situação do aluno, bastando que este apresente o passaporte no acto da matrícula, evitando a sua deslocação ao Serviço para recolha da documentação que o habilita a permanecer em território nacional.

No ano em apreço, o sistema foi implementado na Universidade de Lisboa, Universidade de Aveiro, no Instituto Politécnico de Bragança e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Reforço do atendimento ao Público do SEF

A aproximação ao público, enquanto pilar de actuação do SEF, tem permitido elevar os padrões de qualidade do serviço prestado, nomeadamente no que refere ao tempo de concessão de autorização de residência. Com a introdução do título de residência electrónico e a implementação de um sistema de *workflow* na gestão documental (SIGAP), no ano em apreço foi possível reduzir o tempo médio de espera para atribuição do respectivo título de residente para 10,42 dias³⁶. De assinalar que SEF candidatou o SIGAP ao 8.º Prémio Boas Práticas no Sector Público, promovido pela Deloitte³⁷, tendo este projecto sido um dos 40 nomeados aos prémios de boas práticas, de entre 125 concorrentes.

Em 2010, este sistema estava implementado em seis postos de atendimento: Sede da DRLVTA, Postos de atendimento da Reboleira e Alverca; Delegação Regional Santarém; Loja do Cidadão de Faro e Delegação Regional Portimão.

³⁶ Este valor médio não compreende pedidos cuja instrução implique diligências instrutórias adicionais sobre o preenchimento dos requisitos para a concessão do direito de residência.

³⁷ Em colaboração com outras entidades, nomeadamente o Diário Económico, Instituto Nacional da Administração Pública e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Por outro lado, deve realçar-se a consolidação do Centro de Contacto³⁸ do SEF, bem como a possibilidade de agendamento de atendimentos e renovações (Títulos de Residência, Vistos e Cartões de Residência), evitando aos utentes deslocações desnecessárias ao SEF.



No ano de referência há ainda a salientar a inauguração do novo Posto Desconcentrado de Atendimento de Alverca/Vila Franca de Xira, para atendimento de cidadãos estrangeiros moradores na região norte da Área Metropolitana de Lisboa. Este posto de atendimento está vocacionado para a prestação de informação, renovação e entrega de Autorizações de Residência.

Reflexão e estudo sobre migrações e asilo

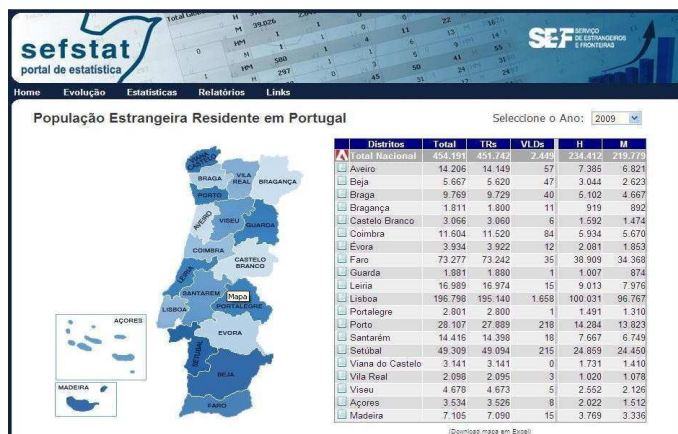
A reflexão e produção de conteúdos nos domínios da imigração e asilo constituem uma aposta do SEF, nos anos mais recentes. Neste contexto, sobressai a actualização no quadro da Rede Europeia das Migrações, da qual o SEF é Ponto de Contacto Nacional. Em 2010 foram promovidos dois estudos temáticos sobre “A satisfação das necessidades de mão-de-obra através da imigração: o caso português” e “Migração temporária e circular em Portugal”. Importa igualmente referir a tradução para língua portuguesa do primeiro Glossário Europeu de Imigração e Asilo, com conceitos e definições harmonizadas, a nível comunitário, e a participação activa do mecanismo informal de troca de informação entre Estados-membros e Comissão Europeia no domínio da imigração e asilo. Em 2010 foi igualmente lançado o *website* do Ponto de Contacto Nacional (PCN) da Rede Europeia das Migrações (REM), onde são disponibilizados todos os relatórios e estudos nacionais realizados no âmbito dos trabalhos da Rede.



PORTUGAL
PONTO DE CONTACTO NACIONAL
REDE EUROPEIA DAS MIGRAÇÕES

³⁸ O Centro de Contacto do SEF presta informação em 7 línguas, com o apoio de mediadores culturais, em especial no que se refere aos regimes legais de admissão e permanência de estrangeiros no território nacional..

Em 2010 foi também lançado o portal de estatística de imigração, o SEFSTAT (www.sefstat.sef.pt), que disponibiliza ao público informação estatística detalhada sobre a comunidade estrangeira residente em Portugal, incluindo, pela primeira vez, a distribuição da população estrangeira por concelhos.



Centros de Instalação Temporária – Unidade Habitacional de Santo António

A Unidade Habitacional de Santo António (UHSA)³⁹, localizada na cidade do Porto, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 44/2006, de 24 de Fevereiro, tendo como principal objectivo acolher cidadãos estrangeiros em situação irregular, alvo de uma medida de coacção de colocação em centro de instalação temporária⁴⁰, no decurso da instrução do processo de afastamento.

O SEF é o principal responsável pela instalação, organização, gestão do funcionamento e segurança da UHSA, contando com a colaboração do Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Para a prestação de cuidados médicos aos utentes concorrem os contributos dos hospitais de Santo António, S. João e Magalhães Lemos da ONG “Médicos do Mundo”, do Instituto Pia-get na área da enfermagem, bem como o apoio médico-psiquiátrico por um especialista do Hospital de S. João (consulta do imigrante).



³⁹ Para mais informação consultar <http://www.imigrante.pt/site-quinta-santonio/apresentacao.htm>. A UHSA proporciona apoio social, psicológico, jurídico e médico. As pessoas aí instaladas têm direito ao contacto com representantes consulares, advogados, organizações de apoio e representantes da sua comunidade religiosa. É também permitida a comunicação com familiares e amigos e/ou a sua visita. Em termos de instalações, conta com duas alas (feminina e masculina) e dois quartos familiares, para além de outros equipamentos, como sala de convívio, espaço infantil, refeitório, lavandaria, gabinete médico, instalações para prática de ginástica e campo de futebol, jardim.

⁴⁰ As medidas de coacção decretadas pelos tribunais decorrem do enquadramento, para efeitos de afastamento, nos artigos 146.º (instauração de processo expulsão administrativa), 147.º (condução à fronteira), 161.º (incumprimento da notificação da decisão de expulsão) e 187.º (violação da interdição de entrada) da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Em 2010 estiveram acomodados na UHSA 248 cidadãos estrangeiros (252 em 2009), tendo a duração das suas permanências variado entre um dia e uma semana. As nacionalidades mais representativas foram a brasileira, ucraniana, marroquina e chinesa. Quanto ao género, existe uma preponderância do sexo masculino (148) sobre o feminino (100). Por grupo etário, foram 222 os utentes entre os 16 e os 46 anos.

**Expulsão
Administrativa
169**

**Violação de
Interdição de
Entrada
7**

**Incumprimento
de Notificação de
Expulsão
38**

**Condução à
Fronteira
34**

Em 2010 a UHSA foi objecto de acções inspectivas da Provedoria de Justiça e da IGAI. Ambas as entidades evidenciaram a salvaguarda dos direitos dos cidadãos estrangeiros aí instalados, bem como as qualidades e preparação dos colaboradores. A existência de regulamento interno contendo, nomeadamente, os direitos e deveres dos utentes, e o registo dos factos diários relativos a cada indivíduo, foram identificadas como boa prática. Em 2010 a UHSA recebeu a visita oficial de diversas estrangeiras, nomeadamente de representante consular do Reino de Marrocos e da Direcção Nacional da Polícia de Cabo Verde.



ACTUAÇÃO INTERNACIONAL

Na concretização das suas competências a nível internacional, o SEF participa num conjunto alargado de reuniões, projectos e acções nas áreas da imigração, fronteiras e asilo e outras temáticas associadas, no contexto da política comum de imigração e asilo da União Europeia e no âmbito de diferentes *fora* e organizações internacionais. Por outro lado, desenvolve a sua actuação internacional na vertente da cooperação, nomeadamente com os Serviços congéneres dos países africanos de língua portuguesa.

No ano de 2010, foram registadas **138 participações** do SEF em eventos de âmbito internacional, a esmagadora maioria dos quais (119) no contexto de Grupos de Trabalho e Comitês da União Europeia. Estes valores espelham um decréscimo de 58,2 % da participação internacional do SEF, face a 2009 (330), essencialmente por razões de contenção orçamental.

União Europeia

A participação do SEF no âmbito da União Europeia constitui um elemento central para a definição e defesa das **posições nacionais**, no quadro da discussão técnica da **política comum de imigração, fronteiras e asilo**.

No ano em análise evidencia-se a participação/intervenção de peritos do SEF no Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo (CEIFA), Grupo de Alto Nível Asilo e Migração (GANAM), REM e ainda no âmbito dos trabalhos do Sistema de Informações Schengen (SIS II).



Ressalvando as condicionantes da presente conjuntura, em 2010 é de destacar o contributo do SEF para os trabalhos e discussões referentes à segunda fase do Sistema Europeu Comum de Asilo (propostas de alteração às Directivas “Qualificação”, “Acolhimento”, Procedimentos” e Regulamentos de Dublin e EURODAC). Ao nível das fronteiras, sobressai a participação na discussão da alteração ao “Regulamento FRONTEX” e, no âmbito da admissão, o contributo para os trabalhos das Directivas dos “Trabalhadores Sazonais” e dos “Trabalhadores Transferidos no Quadro de Empresa”.

Em termos de participações, no ano em análise ocorreram **119 participações** no âmbito dos Grupos de Trabalho e Comitês da União Europeia. Como já referido, estes valores espelham um acentuado decréscimo da participação internacional do SEF, representado um quebra acentuada face aos anos precedentes. Atenta a ausência dos peritos nacionais do SEF em boa parte das reuniões dos grupos de trabalho e comitês da UE, a representação portuguesa foi assegurada pela Representação Portuguesa junto da União Europeia (REPER).

Acontecimento de grande significado para Portugal e para o SEF foi a assinatura dos Memorandos de Entendimento entre Portugal, a Bulgária, Roménia e Liechtenstein, para a cedência do sistema **SISone4ALL**, presidida pelo Ministro da Administração Interna (15 de Novembro de 2010)⁴¹.

No ano de 2010 ocorreram também cinco Missões de **Avaliação da Correcta Aplicação do Acervo Schengen** a Portugal, nos domínios da Protecção de Dados, Cooperação Policial, Fronteiras Aéreas, Fronteiras Marítimas e Vistos (a avaliação SIS/SIRENE, realizar-se-á em Setembro de 2011).

A nível nacional, o SEF participou no processo tendente à transposição das Directivas “Sanções”, “Retorno” e “Trabalhadores altamente qualificados”. Neste contexto, deve ainda assinalar-se o papel do SEF na implementação nacional dos compromissos enunciados no Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo e no Programa de Estocolmo⁴².

No contexto da Parceria Euro mediterrânica / União para o Mediterrâneo, o SEF esteve activamente envolvido no projecto **Euromed Migrações II**⁴³, acolhendo em Portugal uma delegação das autoridades nacionais MEDA, numa visita dedicada às perspectivas sociais da migração⁴⁴. Por outro lado, os peritos do SEF participaram como formadores em duas sessões de formação sobre *Migração ilegal, em Chipre*, (27 a 29 de Abril) e *Marselha* (25 a 27 de Maio).

Ao nível do **Diálogo 5+5**⁴⁵, integrando a delegação do MAI, o SEF assegurou a chefia da delegação Portuguesa na Reunião de Altos Funcionários (SOM), no âmbito da VII Conferencia Ministerial sobre Migrações do Processo de Cooperação no Mediterrâneo Ocidental, (Dialogo 5 +5 Migrações) em Tripoli, dedicada à imigração ilegal nos países do sul do Mediterrâneo.

No que se prende com o **diálogo América Latina e Caraíbas / União Europeia** (EU-LAC), a par do envolvimento na Missão de Migração ao Peru, o SEF esteve participou na preparação da representação nacional na reunião de Alto Nível, realizada em Madrid, dedicada ao tema da família, grupos vulneráveis e migrações.

⁴¹ Desde Dezembro de 2007 que a aplicação deste software, desenvolvido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e pela empresa portuguesa Critical Software, vem assegurando a adesão de todos os Estados que forma admitidos no Espaço Schengen desde 2007.

⁴² Vide Relatório Político de Imigração de Asilo de 2010, da Rede Europeia das Migrações.

⁴³ Tem como beneficiários 9 países MEDA: Argélia, Autoridade Palestiniana, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria e Tunísia.

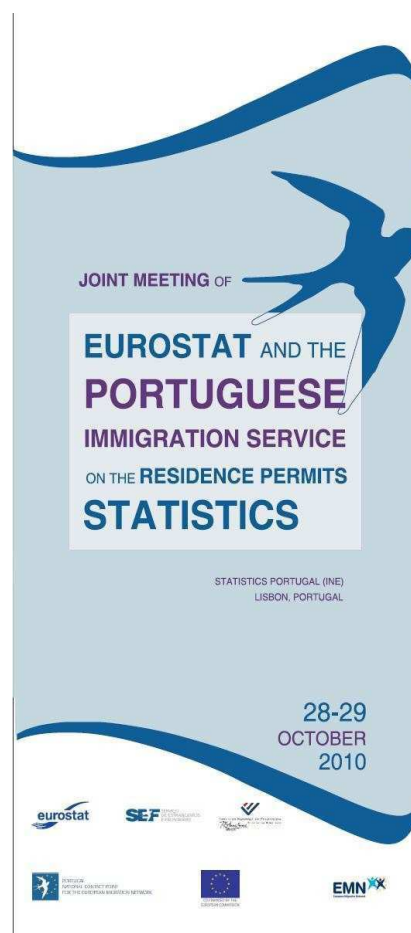
⁴⁴ Esta deslocação contou com a participação do IEF (MTSS), IPAD (MNE), CNAI de Lisboa (ACIDI), OIM e Associação Integrar, que trabalha com migrantes vulneráveis na região de Coimbra, onde os trabalhos da delegação se centraram.

⁴⁵ Trata-se de estrutura informal que reúne dez países do Mediterrâneo Ocidental (Argélia, Espanha, França, Itália, Líbia, Malta, Marrocos, Mauritânia, Portugal e Tunísia), tendo como principal objectivo a coesão geográfica, através da cooperação em vários domínios, nomeadamente o da Migração.

No âmbito da **Rede Europeia das Migrações**, da qual o SEF é o ponto de contacto nacional, sobressai o relatório anual sobre a evolução política e legislativa, incluindo a implementação do Pacto Europeu de Imigração e Asilo (PEIA) e dos relatórios estatísticos sobre imigração e asilo.



Neste contexto, o SEF promoveu a reunião conjunta anual do EUROSTAT sobre estatísticas de autorizações de residência. Esta reunião realizou-se em Lisboa, a 28 e 29 de Outubro, juntando peritos dos Estados-membros e da Comissão Europeia na área das estatísticas e das migrações, destinada a consolidar a implementação, a nível europeu, de sistemas estatísticos sobre autorizações de residência, no cumprimento do Regulamento Europeu de Estatísticas das Migrações e Asilo (Regulamento n.º 862/2007).



Uma nota ainda para a participação do SEF nos trabalhos da **Estratégia U.E. – África**, nomeadamente no contexto da Parceria Migrações, Mobilidade e Emprego (MME).

Agência Europeia FRONTEX

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX) é uma entidade especializada e independente que tem por função coordenar a actividade operacional entre os Estados Membros no domínio da segurança das fronteiras externas da União.

Em 2010 Portugal prosseguiu a sua actuação no âmbito das actividades da Agência FRONTEX, sendo de sublinhar a participação na primeira operação das **Equipas de Intervenção Rápida nas Fronteiras** (RABIT) na fronteira greco-turca, para fazer face à pressão massiva de fluxos migratórios entre a Grécia e a Turquia. Neste contexto, Portugal, através do SEF, enviou entre Novembro e Dezembro de 2010 dez peritos, versados em controlo de primeira linha, “*debriefers*” e peritos em análise documental.

No decurso de 2010 foram ainda destacados onze elementos do SEF para outras operações Frontex, nomeadamente as **operações de fronteiras aéreas** Hammer, Focal Points, Hubble e Meteor. Por outro lado, Portugal tem tido um papel muito destacado no contexto das actividades do *Document Specialist Board* da FRONTEX.

O SEF tem quatro **peritos nacionais destacados** na FRONTEX em Varsóvia (Sector de Fronteiras Aéreas, Sector de Fronteiras Marítima, Unidade de Análise de Risco e Gabinete de Assuntos Jurídicos) e um Oficial de Ligação



Outras participações internacionais

Para além da União Europeia, a actividade internacional do SEF desenvolve-se ainda num contexto internacional alargado, designadamente ao nível de outras Organizações e/ou entidades internacionais, Intergovernamentais e Não Governamentais. Assim, no desenvolvimento das suas competências a nível internacional, extra UE, ao longo de 2010 o SEF participou e representou Portugal em iniciativas, organizações e *fora* internacionais dedicados à imigração, fronteiras, asilo e temáticas associadas.

Centro Internacional para o Desenvolvimento de Política Migratória (ICMPD)

Para além da intervenção nos trabalhos do Comité Director, o SEF participou no projecto *Interactive Map on Migration in Africa, the Middle East and the Mediterranean Region* (I-MAP) - ferramenta electrónica para a prevenção e **combate da imigração irregular** - e no *Rapid Asylum Inflow Alert System* (RAIAS), iniciativa para recolha de informação estatística dos Estados Membros da organização sobre pedidos de asilo, países de origem e menores desacompanhados.

O SEF é também parceiro do ICMPD no projecto “*Promoting Transnational Partnerships – Preventing and Responding to Trafficking in Human Beings from Brazil to EU Member States*”, destinado a neutralizar, a médio e longo prazos, o fenómeno do **tráfico de seres humanos** oriundo do **Brasil** para a UE, em particular para Portugal e Itália. O projecto inclui pesquisa sobre rotas migratórias; elaboração de manual de assistência às vítimas de tráfico; campanhas de informação sobre tráfico de seres humanos; formação/capacitação da polícia de fronteiras do Brasil sobre esta temática e visitas de estudo de entidades brasileiras aos Estados-membros participantes. Na continuidade deste projecto, o SEF integrou o recente projecto *Itineris*, destinado a proteger os migrantes provenientes do Brasil para a UE contra a exploração. As actividades do *Itineris* centram-se em campanhas de informação que promovam a migração legal; promoção das capacidades nacionais na luta contra o tráfico de seres humanos e reforço da cooperação internacional no domínio da luta contra o tráfico.

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Em paralelo à implementação do **Programa de Retorno Voluntário (PRV)**, em 2010 o SEF integrou diversos outros projectos e acolheu diversas visitas de intercâmbio de funcionários das administrações públicas de outros países, promovidas pela OIM – Lisboa.

Complementarmente ao referido Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, foi promovida uma componente de “Acompanhamento no **Brasil**”, através da criação de uma **rede local de parceiros no Brasil** para acompanhamento de um grupo-alvo de 30 migrantes que regressaram ao país de origem beneficiando do PRV.

Direccionado ao estímulo à migração legal é de referir o projecto de **imigração circular temporária** com a **Ucrânia** (Temportu), coordenado pelo SEF, envolvendo a Ucrânia, a OIM e o Banco Mundial, tendo por objecto o recrutamento de mão-de-obra para o sector da agricultura, no contexto de esquemas de migração temporária de cidadãos ucranianos.

No âmbito do **Projecto “Gestão Reforçada das Migrações”** em **Timor-Leste**, da OIM, foi implementada a fase I do **sistema de controlo de fronteira no aeroporto de Díli**, tendo por base com o sistema PAS-SE, que se encontra em funcionamento.

Enquadrados no projecto de cooperação técnica em capacitação da gestão de migração com Angola, da OIM, peritos do SEF participaram em três acções de **formação** em documentação de segurança e fraude documental, respectivamente em **Luanda**, Cunene e Cabinda, destinadas a funcionários do Serviço de Migração e Estrangeiros e outras forças policiais angolanas. De igual forma, o SEF promoveu uma acção de **formação** em documentação de viagem fraudulenta na **China** (Maio 2010), no âmbito do projecto de Capacitação para a gestão migratória com este país (*Capacity Building for Migration Management in China*).

Conferência da Fraude e Imigração

Em 2010 o SEF foi anfitrião da **Conferência da Fraude e Imigração - IFC 2010**, estrutura que reúne especialistas europeus e americanos do campo da documentação de identificação e de viagem no seio da imigração e do controlo de fronteiras. A Região Administrativa Especial de **Macao** (RAEM) esteve presente nesta conferência entidade convidada. No âmbito desta iniciativa foi produzido um estudo sobre tendências de queda do número de casos de fraude documental detectados nas fronteiras. As conclusões desta conferência foram apresentadas às estruturas competentes do Conselho da União Europeia.

Conselho da Europa

No âmbito do **Conselho da Europa** o SEF acompanha as reuniões do CDMG (Comité Director para as Migrações) e actividades correlacionadas.

Cooperação Internacional

No domínio da cooperação internacional, as iniciativas promovidas permitiram estreitar as o diálogo e a cooperação entre o SEF e outras entidades e serviços congéneres, com especial ênfase para as relações com os países Lusófonos, na área da formação, cooperação técnica e novas tecnologias.

Dando continuidade à participação no **Programa de Cooperação Técnico-Policial** do MAI, financiado pelo IPAD, o SEF promoveu a realização de um total 17 acções de cooperação em 2010 que beneficiaram quadros de **Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe**.

No âmbito da **Formação Pedagógica de Formadores**, prosseguiu a implementação do modelo de formação pedagógica, que incide sobre as áreas de Dactiloscopia, Controlo de Fronteiras Aéreas e Técnicas Policiais de Investigação e Fiscalização. Foram capacitados 11 formandos de Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Concluíram-se igualmente 5 cursos de formação pedagógica de formadores (2º fase); 4 em Cabo Verde e 1 em Angola, beneficiando um total de 86 elementos (12 elementos formados pelo SEF e 74 elementos que beneficiaram de formação ministrada pelos formadores, sob a orientação do SEF).

Ao nível das **assessorias**, realizaram-se em 2 em **Angola** nos domínios do controlo de fronteiras aéreas e do direito de asilo, dirigidas, respectivamente ao Serviço de Migração e Estrangeiros no Aeroporto de Luanda e ao Departamento de Asilo. Na **Guiné-Bissau**, foi destacado um elemento, para assessoria ao serviço congénere, no domínio dos pareceres técnicos e legais e definição de procedimentos operacionais. Foi igualmente realizada uma assessoria no domínio da capacitação aeroportuária, no Aeroporto de Bissau, para reforço de competências dos respectivos funcionários.

Seguindo uma estratégia de consolidação e aplicação dos conhecimentos adquiridos no âmbito das formações de formadores, o SEF organizou um **estágio profissional** para responsáveis de formação e de recursos humanos direccionado para a gestão de recursos humanos e implementação de actividades internas de formação. Este estágio profissional beneficiou um total de oito elementos dos serviços congéneres de **Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe**.

No domínio das **novas tecnologias**, ao abrigo da cooperação portuguesa, em 2010 foi instalado o sistema de controlo de fronteira PASSE no **Aeroporto de São Tomé**, em São Tomé e Príncipe e foram encetadas diligências necessárias com vista à instalação de um sistema de controlo de fronteira no aeroporto de **Bissau**.

No domínio do combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal, a campanha nacional de sensibilização contra o Tráfico de Seres Humanos "**Não estás à Venda**" (lançada também em Cabo Verde, Brasil e Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Angola), prosseguiu as suas actividades em 2010 e, no contexto da cooperação técnico-policial, realizou-se em **Angola**, uma acção de formação para sensibilização dos elementos do Serviço de Migração e Fronteiras a temática do tráfico de seres humanos, com destaque para a recepção de denúncias e apoio às vítimas. O SEF realizou ainda uma acção de formação sobre tráfico de seres humanos, em Luanda, para funcionários do Serviço de Imigração angolano.

No que se refere às **Parcerias para a Mobilidade**, no quadro da Abordagem Global das Migrações da União Europeia, no ano de 2010 Portugal deu continuidade ao desenvolvimento de diversas iniciativas e projectos para **Cabo Verde** e **Moldávia**. É ainda de destacar a participação de Portugal nas Missões Migratórias realizadas no **Peru** e na **Ucrânia**.

Concretamente em **Cabo Verde**, foi concluído o ciclo de instalação do sistema de **controlo de fronteira PASSE** no **aeroporto** internacional de São Pedro, em **São Vicente**, que permitiu operacionalizar este sistema nos aeroportos internacionais da Cidade da Praia, Sal e Boavista. Em simultâneo, deu-se ao início à instalação do PASSE no porto do **Mindelo**, ilha de São Vicente, a primeira infra-estrutura portuária internacional do arquipélago a beneficiar deste sistema. No ano em análise, o SEF também participou activamente nos projectos comunitários de produção do **passaporte biométrico** de Cabo Verde e de reforço das capacidades deste país na gestão das migrações.

No que se prende com a Moldávia, decorreu a discussão para a conclusão de um modelo de protocolo bilateral de cooperação a celebrar com o Serviço Congéner.

No âmbito da cooperação bilateral com o **Brasil**, em 2010 sobressai a assinatura de um **Protocolo** sobre o “RAPID-Projecto Piloto” e a adopção de um **Plano de Acção** bianual de cooperação entre o SEF e o Departamento de Polícia Federal da República Federativa do Brasil.

Ao nível da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (**CPLP**), o SEF participou na V Reunião do Conselho de Chefes de Polícia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Maputo, e nos trabalhos do Grupo de Trabalho Alargado sobre Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP.

Destaque ainda para a intervenção do SEF no quadro do programa **MIEUX**, através da participação do oficial de ligação de imigração e de peritos do Serviço nas áreas do combate ao tráfico de seres humanos e fraude documental num seminário, em **Maputo**, para dirigentes da Direcção Nacional de Migração de Moçambique (DNM), a promoção de duas acções de formação na área de controlo de fronteiras e documentação de segurança, nas Províncias da Beira e Pemba e a visita de estudo ao SEF de oficiais da DNM.

Em **Angola**, o SEF integrou a missão de peritos dos Estados Membros da EU a Luanda, para avaliação e melhoria da legislação angolana de migração e asilo e da sua aplicação e participou num Seminário em Luanda sobre “O desenvolvimento da Legislação sobre a política migratória”.

O SEF participou também numa missão de recolha de informação junto das autoridades da **Zâmbia** para preparação de acções de formação na área do combate ao tráfico de seres humanos.

No âmbito do projecto da Comissão Europeia para assistência técnica e Intercâmbio de Informação (**TAIEX**), em 2010, peritos do SEF intervieram em eventos sobre a experiência nacional no domínio da imigração ilegal em Tirana, **Albânia**; sobre migração circular e outras iniciativas de divulgação de oportunidades de emprego na U.E., em Erevan, **Arménia** e ainda **sobre** migração circular e emprego, em Sarajevo, **Bósnia Herzegovina**.

Foram também reforçados os contactos com as autoridades da **Rússia**, incluindo visitas de carácter técnico no domínio do controlo electrónico de fronteira, estando em negociação a celebração de um protocolo de cooperação com o Serviço Federal de Migração.

Oficiais de ligação

Com recurso ao financiamento comunitário, em 2010 foi incrementada a rede de Oficiais de Ligação de Imigração, que passou a contar com um total de nove elementos destacados no **Brasil, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Senegal, Moçambique, Ucrânia e Rússia**.

Os OLI prosseguiram a sua actividade no quadro das competências que lhe estão adstritas, designadamente através do apoio aos serviços consulares e aos serviços congéneres, representando o Serviço em iniciativas nos domínios da sua actuação, participando em reuniões de trabalho com outros Oficiais de Ligação, colaborando com os vários departamentos do SEF e apoiando localmente nas iniciativas de cooperação.

A actividade dos OLIs contribui decisivamente para o reforço do diálogo e a cooperação efectiva com as entidades nacionais e locais dos respectivos países, nomeadamente no âmbito do combate, a partir da origem, da imigração ilegal e da regulação dos fluxos migratórios, na verificação e acompanhamento do processo de emissão de vistos, bem como auxiliando a investigação criminal, atentas as características transnacionais deste tipo de criminalidade.

Outros eventos

No decurso do período em referência, a imigração, fronteiras e asilo foram ainda abordadas em diversos outros eventos de cariz internacional, sendo de destacar as visitas de um conjunto alargado de entidades ao SEF, nomeadamente:

Angola – Visita de delegação do SME e do Ministério do Interior de Angola.

Arménia – Visita de delegação do Ministério do Interior da Arménia para aquisição de conhecimentos sobre o trabalho desenvolvido pelo SEF no âmbito da documentação de segurança e da biometria em documentos de identificação e de viagem.

Brasil – Visita de delegação brasileira no âmbito do tráfico de pessoas, exploração no trabalho e violência de género.

Cabo Verde – Visita de delegação, chefiada pelo Director Nacional da Polícia Nacional, para avaliação da cooperação conjunta.

Cazaquistão e Quirguistão – Visita de delegação de representantes dos governos do Cazaquistão e do Quirguistão, no âmbito de uma missão promovida pela OIM para familiarização com a política de imigração portuguesa.

Estados Unidos – Visita de delegação americana ao Aeroporto de Lisboa, no âmbito da XXVI Reunião da Comissão Bilateral Permanente luso americana.

França – Visita do Subdirector da Direcção Central de Polícia de Fronteira da França (DCPAF) para reforço da cooperação bilateral.

Hungria – Visita de responsáveis da Direcção da Polícia do Aeroporto de Budapeste, para conhecer o sistema automático de controlo de fronteira português – RAPID.

Macau – Visita do director, conselho pedagógico e estagiários do Centro de Formação de Magistrados de Macau para conhecimento da realidade migratória portuguesa.

Moçambique – Visita da Direcção do Departamento de Apoio à Mulher e Criança Vítimas de Violência da Polícia de Moçambique, focalizada na imigração ilegal e tráfico de seres humanos, na perspectiva do apoio e protecção a imigrantes e vítimas de tráfico.

Visita da Delegação da Polícia da República de Moçambique, dedicada à experiência adquirida pelo SEF na organização de grandes eventos, em particular no controlo da entrada, fiscalização da permanência e afastamento de estrangeiros.

Montenegro – Visita de representantes dos Ministérios do Interior e do Trabalho visando a capacitação desse país na área da gestão das migrações e a aproximação ao quadro migratório de referência da U.E.

Rússia – Visita de delegação do Serviço Fronteiras da

Suíça/Polónia – Visita de uma delegação mista suíço-polaca de responsáveis na área das migrações, com o objectivo de conhecer a política nacional de acolhimento e integração de imigrantes.

Timor-leste – Visita de Delegação de Deputados do Parlamento Nacional, da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais de Timor-leste, dedicada ao conhecimento dos sistemas de imigração e asilo nacionais.

Turquia – Visita de estudo de delegação do Ministério do Interior e da Polícia Nacional Turcos, chefiada pelo Director Nacional Adjunto da Polícia Turca, direccionada às matérias do asilo.

Ucrânia – Visita de delegação do Ministério do Interior Ucraniano para conhecimento sobre o SEF e a realidade nacional de imigração.

sefstat serviço de estrangeiros e fronteiras
Processado em 20-06-2011

102% POPULAÇÃO ESTRANGEIRA
Concessão de Título de Residência [por nacionalidade e sexo, segundo o despacho]
Dados de: 01-01-2010 a 31-12-2010

Nacionalidade e Sexo		Total	SubTotal	E01	E02	E03	E04	E06	E07	E08	E09	E10	E11	E12	E13	E14	E16	E17
Total Global		HM 50.747	28.480	854	9.248	95	87	297	45	1.772	1.938	278	36	1.175	4	30	18	3
	M	24.664	13.889	603	4.529	70	57	214	34	940	847	114	22	587	1	18	6	1
	M	26.083	14.591	251	4.319	25	30	83	11	832	1.091	164	14	588	3	12	12	2
	HM	19.483	3.346	117	687	9	0	24	4	61	305	6	0	6	0	3	14	1
	HM	15.371	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	998	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EUROPA		HM 484	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	514	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	75	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	211	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	111	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	1.367	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	789	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	578	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	32	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	HM	20	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ANEXOS ESTATÍSTICOS

Evolução da População Residente

ANO	RESIDENTES	AUTORIZAÇÕES DE PERMANÊNCIA E PRORROGAÇÕES DE AUTORIZAÇÕES DE PERMANÊNCIA (2001 - 2007)	PRORROGAÇÕES DE VISTOS DE LONGA DURAÇÃO (VLD) (2005 - 2010)	TOTAL POPULAÇÃO ESTRANGEIRA	CRESCIMENTO (%)
1980	50.750	-	-	50.750	
1981	54.414	-	-	54.414	7.21
1982	58.674	-	-	58.674	7.82
1983	67.484	-	-	67.484	15.01
1984	73.365	-	-	73.365	8.71
1985	79.594	-	-	79.594	8.49
1986	86.982	-	-	86.982	9.28
1987	89.778	-	-	89.778	3.21
1988	94.694	-	-	94.694	5.47
1989	101.011	-	-	101.011	6.67
1990	107.767	-	-	107.767	6.68
1991	113.978	-	-	113.978	5.76
1992	123.612	-	-	123.612	8.45
1993	136.932	-	-	136.932	10.77
1994	157.073	-	-	157.073	14.70
1995	168.316	-	-	168.316	7.15
1996	172.912	-	-	172.912	2.73
1997	175.263	-	-	175.263	1.35
1998	178.137	-	-	178.137	1.63
1999	191.143	-	-	191.143	7.30
2000	207.587	-	-	207.587	8.61
2001	223.997	126.901	-	350.898	69.02
2002	238.929	174.558	-	413.487	17.84
2003	249.995	183.655	-	433.650	4.87
2004	263.322	183.833	-	447.155	3.11
2005	274.631	93.391	46.637	414.659	-7.27
2006	332.137	32.661	55.391	420.189	1.33
2007	401.612	5.741	28.383	435.736	3.70
2008	436.020	-	4.257	440.277	1.04
2009	451.742	-	2.449	454.191	3.16
2010*	443.055	-	2.207	445.262	-1.97

* Dados provisórios

Dispersão geográfica da população estrangeira residente em Portugal

DISTRITOS	STOCK DE RESIDENTES*	PRORROGAÇÕES DE VLD	TOTAL 2010	TOTAL 2009	VARIAÇÃO
AVEIRO	14.017	33	14.050	14.206	-1,10%
BEJA	6.455		6.455	5.667	13,91%
BRAGA	10.244	40	10.284	9.769	5,27%
BRAGANÇA	2.118	11	2.129	1.811	17,56%
CASTELO BRANCO	3.152	22	3.174	3.066	3,52%
COIMBRA	12.005	77	12.082	11.604	4,12%
ÉVORA	3.957	6	3.963	3.934	0,74%
FARO	71.808	10	71.818	73.277	-1,99%
GUARDA	1.832	1	1.833	1.881	-2,55%
LEIRIA	17.023	8	17.031	16.989	0,25%
LISBOA	187.578	1.642	189.220	196.798	-3,85%
PORTALEGRE	2.973	1	2.974	2.801	6,18%
PORTO	27.028	84	27.112	28.107	-3,54%
SANTARÉM	14.443	17	14.460	14.416	0,31%
SETÚBAL	47.694	241	47.935	49.309	-2,79%
VIANA DO CASTELO	3.418		3.418	3.141	8,82%
VILA REAL	2.241	3	2.244	2.098	6,96%
VISEU	4.851	3	4.854	4.678	3,76%
AÇORES	6.764	1	6.765	7.105	-4,79%
MADEIRA	3.454	7	3.461	3.534	-2,07%
TOTAL NACIONAL	443.055	2.207	445.262	454.191	-1,97

* Dados provisórios

População Residente (Stock e Fluxo) por nacionalidade e género (dados provisórios)

NACIONALIDADE \ TOTAL	STOCK				FLUXOS			
	TOTAL	H	M	POND.	TOTAL	H	M	POND.
NACIONALIDADE \ TOTAL	445.262	225.564	219.698		50.747	24.664	26.083	
Afeganistão	3	3	0	0,00%	1	1	0	0,00%
África do Sul	580	237	343	0,13%	33	12	21	0,07%
Albânia	37	19	18	0,01%	6	3	3	0,01%
Alemanha	8.967	4.623	4.344	2,01%	998	484	514	1,97%
Andorra	2	1	1	0,00%				
Angola	23.494	11.534	11.960	5,28%	1.317	612	705	2,60%
Apátrida	21	16	5	0,00%				
Arábia Saudita	6	4	2	0,00%				
Argélia	253	184	69	0,06%	45	28	17	0,09%
Argentina	494	254	240	0,11%	62	35	27	0,12%
Arménia	94	52	42	0,02%	13	8	5	0,03%
Austrália	218	113	105	0,05%	22	13	9	0,04%
Áustria	494	266	228	0,11%	75	47	28	0,15%
Azerbaijão	17	8	9	0,00%	3	2	1	0,01%
Bahrein	1	1	0	0,00%				
Bangladesh	1.007	771	236	0,23%	187	139	48	0,37%
Barbados	5	0	5	0,00%	1	1	0	0,00%
Bélgica	1.707	887	820	0,38%	211	111	100	0,42%
Belize	2	0	2	0,00%				
Benin	32	30	2	0,01%	1	1	0	0,00%
Bermudas	6	4	2	0,00%				
Bielorrússia	910	407	503	0,20%	35	9	26	0,07%
Bolívia	117	34	83	0,03%	24	6	18	0,05%
Bósnia e Herzegovina	47	7	40	0,01%	4	0	4	0,01%
Botswana	5	3	2	0,00%	1	0	1	0,00%
Brasil	119.363	52.478	66.885	26,81%	16.165	6.920	9.245	31,85%
Brunei	2	0	2	0,00%	1	0	1	0,00%
Bulgária	8.174	4.539	3.635	1,84%	1.367	789	578	2,69%
Burkina Faso	16	11	5	0,00%	3	1	2	0,01%
Burundi	2	2	0	0,00%				
Cabo Verde	43.979	20.773	23.206	9,88%	4.223	1.973	2.250	8,32%
Camarões	76	50	26	0,02%	10	7	3	0,02%
Cambodja	10	6	4	0,00%	5	3	2	0,01%
Canadá	721	404	317	0,16%	67	34	33	0,13%
Cazaquistão	740	360	380	0,17%	75	38	37	0,15%
Chade	2	0	2	0,00%				
Chile	213	107	106	0,05%	37	19	18	0,07%
China	15.699	8.161	7.538	3,53%	1.653	794	859	3,26%
Chipre	11	7	4	0,00%	1	1	0	0,00%
Colômbia	586	173	413	0,13%	89	30	59	0,18%
Comores	1	0	1	0,00%				
Congo	91	36	55	0,02%	10	4	6	0,02%
Congo (Rep. Democrática)	171	86	85	0,04%	5	1	4	0,01%
Coreia do Norte	1	0	1	0,00%				
Coreia do Sul	146	66	80	0,03%	30	12	18	0,06%
Costa do Marfim	118	87	31	0,03%	20	14	6	0,04%
Costa Rica	56	32	24	0,01%	36	23	13	0,07%
Croácia	84	34	50	0,02%	19	5	14	0,04%
Cuba	816	376	440	0,18%	75	32	43	0,15%
Desconhecido	29	15	14	0,01%				
Dinamarca	464	251	213	0,10%	49	26	23	0,10%
Djibuti	1	0	1	0,00%				
Dominica	8	2	6	0,00%				
Egipto	333	268	65	0,07%	25	18	7	0,05%
El Salvador	30	14	16	0,01%	7	5	2	0,01%
Emiratos Árabes Unidos	1	1	0	0,00%				
Equador	419	191	228	0,09%	28	12	16	0,06%
Eritreia	1	1	0	0,00%				
Eslováquia	208	69	139	0,05%	40	8	32	0,08%
Eslovénia	60	26	34	0,01%	20	12	8	0,04%
Espanha	8.918	4.720	4.198	2,00%	1.664	896	768	3,28%
Estados Unidos da América	2.236	1.178	1.058	0,50%	255	139	116	0,50%
Estónia	113	22	91	0,03%	25	7	18	0,05%
Etiópia	30	14	16	0,01%	13	9	4	0,03%

População Residente (Stock e Fluxo) por nacionalidade e género (dados provisórios) - continuação

	STOCK				FLUXOS			
	TOTAL	H	M	POND.	TOTAL	H	M	POND.
NACIONALIDADE \ TOTAL	445.262	225.564	219.698		50.747	24.664	26.083	
Fidji (Ilhas)	2	1	1	0,00%				
Filipinas	540	129	411	0,12%	62	18	44	0,12%
Finlândia	374	163	211	0,08%	50	20	30	0,10%
França	5.111	2.608	2.503	1,15%	696	370	326	1,37%
Gabão	13	7	6	0,00%	1	0	1	0,00%
Gâmbia	110	88	22	0,02%	22	18	4	0,04%
Gana	169	112	57	0,04%	21	14	7	0,04%
Geórgia	1.098	752	346	0,25%	101	45	56	0,20%
Granada	3	1	2	0,00%				
Grécia	163	85	78	0,04%	33	18	15	0,07%
Guatemala	36	16	20	0,01%	8	2	6	0,02%
Guiana	4	4	0	0,00%				
Guiné	1.409	1.099	310	0,32%	222	156	66	0,44%
Guiné Bissau	19.817	11.636	8.181	4,45%	1.567	811	756	3,09%
Guiné Equatorial	7	3	4	0,00%				
Haiti	7	4	3	0,00%	2	2	0	0,00%
Holanda	4.725	2.493	2.232	1,06%	429	230	199	0,85%
Honduras	25	7	18	0,01%	7	5	2	0,01%
Hong Kong	12	4	8	0,00%				
Hungria	428	138	290	0,10%	103	41	62	0,20%
Iémen	9	7	2	0,00%	1	1	0	0,00%
Índia	5.271	3.896	1.375	1,18%	915	577	338	1,80%
Indonésia	99	56	43	0,02%	34	19	15	0,07%
Irão	261	149	112	0,06%	72	44	28	0,14%
Iraque	36	18	18	0,01%	1	1	0	0,00%
Irlanda	813	436	377	0,18%	148	91	57	0,29%
Islândia	42	18	24	0,01%	11	6	5	0,02%
Israel	71	38	33	0,02%	10	7	3	0,02%
Itália	5.067	3.106	1.961	1,14%	977	528	449	1,93%
Jamaica	10	5	5	0,00%	1	1	0	0,00%
Japão	368	164	204	0,08%	51	30	21	0,10%
Jordânia	36	20	16	0,01%	7	3	4	0,01%
Kosovo	10	8	2	0,00%	4	3	1	0,01%
Kuwait	2	1	1	0,00%				
Laos	13	10	3	0,00%	8	7	1	0,02%
Lesoto	1	1	0	0,00%				
Letónia	383	117	266	0,09%	94	27	67	0,19%
Líbano	47	29	18	0,01%	8	5	3	0,02%
Libéria	17	16	1	0,00%	1	0	1	0,00%
Líbia	13	9	4	0,00%	6	4	2	0,01%
Liechtenstein	4	3	1	0,00%				
Lituânia	614	259	355	0,14%	94	30	64	0,19%
Luxemburgo	137	85	52	0,03%	8	7	1	0,02%
Macau	3	1	2	0,00%				
Macedónia	11	4	7	0,00%	1	0	1	0,00%
Madagáscar	10	4	6	0,00%	1	0	1	0,00%
Malásia	29	10	19	0,01%	3	0	3	0,01%
Malawi	9	3	6	0,00%	1	1	0	0,00%
Mali	79	72	7	0,02%	5	4	1	0,01%
Malta	17	10	7	0,00%	2	1	1	0,00%
Marrocos	1.779	1.051	728	0,40%	259	114	145	0,51%
Maurícias (Ilhas)	4	1	3	0,00%				
Mauritânia	33	27	6	0,01%	1	1	0	0,00%
México	310	132	178	0,07%	74	24	50	0,15%
Moçambique	3.122	1.340	1.782	0,70%	299	142	157	0,59%
Moldávia	15.641	8.310	7.331	3,51%	1.152	512	640	2,27%
Mongólia	19	8	11	0,00%	5	2	3	0,01%
Montenegro	7	4	3	0,00%	1	0	1	0,00%
Myanmar (Birmânia)	4	1	3	0,00%	2	0	2	0,00%
Namíbia	15	7	8	0,00%	1	1	0	0,00%
Nepal	797	586	211	0,18%	225	178	47	0,44%
Nicarágua	21	6	15	0,00%	5	2	3	0,01%
Nigéria	286	179	107	0,06%	54	34	20	0,11%
Noruega	428	221	207	0,10%	72	32	40	0,14%
Nova Zelândia	35	14	21	0,01%	8	2	6	0,02%
Oman	2	2	0	0,00%	1	1	0	0,00%

População Residente (*Stock* e Fluxo) por nacionalidade e género (dados provisórios) - continuação

NACIONALIDADE \ TOTAL	STOCK				FLUXOS			
	TOTAL	H	M	POND.	TOTAL	H	M	POND.
	445.262	225.564	219.698		50.747	24.664	26.083	
Palestina	33	22	11	0,01%	7	4	3	0,01%
Panamá	32	8	24	0,01%	5	1	4	0,01%
Paquistão	2.604	1.908	696	0,58%	357	204	153	0,70%
Paraguai	88	24	64	0,02%	26	10	16	0,05%
Peru	267	95	172	0,06%	39	14	25	0,08%
Polónia	1.195	408	787	0,27%	279	76	203	0,55%
Quénia	41	19	22	0,01%	4	1	3	0,01%
Quirguistão	41	24	17	0,01%	1	1	0	0,00%
Reino Unido	17.196	8.869	8.327	3,86%	1.763	937	826	3,47%
Reino Unido (British Subject)	6	1	5	0,00%	2	0	2	0,00%
República Centro-Africana	5	1	4	0,00%				
República Checa	251	95	156	0,06%	74	33	41	0,15%
República Dominicana	86	25	61	0,02%	19	5	14	0,04%
Roménia	36.830	20.924	15.906	8,27%	6.047	3.415	2.632	11,92%
Ruanda	14	6	8	0,00%	2	1	1	0,00%
Rússia	5.299	2.163	3.136	1,19%	311	98	213	0,61%
Santa Lúcia	1	0	1	0,00%				
São Marino	1	0	1	0,00%				
São Tomé e Príncipe	10.495	4.751	5.744	2,36%	1.273	592	681	2,51%
São Vicente e Granadinas	3	3	0	0,00%				
Senegal	1.677	1.314	363	0,38%	167	99	68	0,33%
Serra Leoa	55	45	10	0,01%	4	2	2	0,01%
Sérvia	219	98	121	0,05%	35	15	20	0,07%
Seychelles	4	2	2	0,00%				
Singapura	21	5	16	0,00%	2	2	0	0,00%
Síria	25	9	16	0,01%	5	1	4	0,01%
Sri Lanka	18	12	6	0,00%	2	2	0	0,00%
Suazilândia	10	2	8	0,00%	2	0	2	0,00%
Sudão	7	4	3	0,00%				
Suécia	804	423	381	0,18%	124	76	48	0,24%
Suíça	1.036	546	490	0,23%	77	31	46	0,15%
Suriname	2	0	2	0,00%				
Tailândia	722	550	172	0,16%	298	263	35	0,59%
Taiwan	26	11	15	0,01%	12	3	9	0,02%
Tajiquistão	3	1	2	0,00%	1	0	1	0,00%
Tanzânia	54	25	29	0,01%	6	2	4	0,01%
Timor Leste	158	96	62	0,04%	73	43	30	0,14%
Togo	50	33	17	0,01%	3	3	0	0,01%
Trindade e Tobago	6	3	3	0,00%	1	0	1	0,00%
Tunísia	132	90	42	0,03%	23	16	7	0,05%
Turquemenistão	3	2	1	0,00%				
Turquia	404	212	192	0,09%	327	154	173	0,64%
Ucrânia	49.505	27.165	22.340	11,12%	2.057	860	1.197	4,05%
Uganda	8	4	4	0,00%				
Uruguai	135	66	69	0,03%	14	9	5	0,03%
Uzbequistão	1.075	700	375	0,24%	153	88	65	0,30%
Vanuatu	0				1	1	0	0,00%
Venezuela	2.009	918	1.091	0,45%	126	55	71	0,25%
Vietname	79	55	24	0,02%	19	9	10	0,04%
Zâmbia	8	2	6	0,00%	2	2	0	0,00%
Zimbábwe	33	13	20	0,01%	1	0	1	0,00%



WWW.SEF.PT

AVENIDA DO CASAL DE CABANAS
URBANIZAÇÃO CABANAS GOLF Nº1
2734-506 BARCARENA

TELEFONE: +351 214 236 200
FAX: +351 214 236 640